



EN
Electricidade do Norte, S.A.



CENEL
Electricidade do Centro, S.A.



LTE
Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.



SLE
Electricidade do SUL, S.A.

Assim é o nosso mundo...





página 002





EN, Electricidade do Norte, S.A.

8	Relatório Contas 98 da EN
11	Índice
21	Relatório de Gestão
41	Documento de Prestação de Conta
77	Documento de Apreciação e Certificação

CENEL, Electricidade do Centro, S.A.

84	Relatório Contas 98 da CENEL
87	Índice
97	Relatório de Gestão
117	Documento de Prestação de Conta
151	Documento de Apreciação e Certificação

LTE, Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

158	Relatório Contas 98 da LTE
161	Índice
171	Relatório de Gestão
191	Demonstrações Financeiras
223	Documento de Apreciação e Certificação

SLE, Electricidade do Sul, S.A.

230	Relatório Contas 98 da SLE
233	Relatório de Gestão
243	Documento de Prestação de Conta
260	Demonstrações Financeiras
289	Documento de Apreciação e Certificação



Mensagem do Presidente

Senhores Accionistas

O ano de 1998 representou para as empresas de distribuição o início de novos desafios, atendendo à publicação da Directiva Europeia relativa ao Mercado Interno de Electricidade e ao primeiro ano de plena actividade da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE).

Estamos perante uma elevada pressão competitiva sobre o negócio da Distribuição, caracterizada por uma redução tarifária, por novos requisitos de serviço decorrente da regulação, a que as empresas de distribuição souberam responder e que irão continuar a responder, com uma melhoria geral dos indicadores de gestão relacionados com o serviço ao cliente e à qualidade técnica de serviço.

Mantendo um nível de investimento semelhante ao verificado no ano anterior e apostando em equipamentos e sistemas orientados para a automatização e o telecomando de instalações, foi possível melhorar a qualidade de serviço,

reduzir o pessoal e melhorar os principais indicadores económicos: cash-flow, resultados operacionais e resultados líquidos em todas as empresas.

De assinalar também foi a contribuição dada pelas empresas embebidas de produção hidroeléctrica - cujo capital é detido totalmente pelas empresas de distribuição - que, mercê de um ano de elevadas afluências hidráulicas e da gestão cuidada da sua produção obtiveram também excelentes resultados.

Como aspectos mais relevantes da actividade comum desenvolvida durante o ano salienta-se a preparação para a entrada do EURO e para a passagem de ano 2000, como a realização de diversas obras relacionadas com a iluminação pública que traduzem um relacionamento privilegiado com as Câmaras Municipais.

Durante o ano foram publicados pela ERSE os Regulamentos Tarifário, de Relações Comerciais



e de Acesso às Redes e Interligações que entrarão em vigor em 1999 e, já no final do ano, foi publicado pela mesma entidade o novo sistema tarifário a vigorar nos próximos três anos, o que, em conjunto com a entrada em vigor da Directiva do Mercado Interno de Electricidade colocará grandes desafios às empresas distribuidoras em 1999.

Por forma a antecipar a preparação das empresas para esses desafios, foram já assumidas durante o ano de 1998 algumas alterações organizativas que conduziram a uma gestão coordenada das quatro empresas, bem como das Direcções Centrais da EDP que passaram a constituir uma Área de Apoio Global à Distribuição.

Já no final do ano deu-se início a um estudo organizativo, designado por Projecto Distribuição 21 com o apoio de um consultor especializado, tendo em vista redefinir o modelo empresarial que potencie as sinergias resultantes de uma gestão mais integrada, que aumente a eficiência global da distribuição e a sua competitividade e,

portanto, responda aos desafios da liberalização do mercado.

Não obstante a redução significativa das tarifas, e a abertura do mercado para clientes com consumo superior a 9 GWh/ano estamos conscientes que no ano de 1999 iremos contar com a capacidade mobilizadora dos trabalhadores da Distribuição, para a mudança organizativa e cultural necessária por forma a enfrentar com êxito um novo ambiente regulativo mais liberalizado e mais competitivo.

Eng. Jorge Ferreira Guimarães

Conselho de Administração



Engº Jorge Ferreira Guimarães
Presidente
EN, CENEL, LTE, SLE

Eng. João Aguiar
Vogal
EN, CENEL, LTE, SLE

Engº Carlos Brandão
Vogal
EN, CENEL

Bach. Celestino Rocha
Vogal
EN, CENEL



página 007

Engº António Oliva
Vogal
EN, GENEL

Engº Marcos da Silva
Vogal
LTE, SLE

Engº Manuel Minderico
Vogal
LTE, SLE

Dr. Carlos Pires
Vogal
LTE, SLE







Índice

12	Enquadramento
13	Caracterização da Empresa
14	Macroestrutura da Empresa
15	Corpos Sociais e Quadros Dirigentes
17	Síntese
19	Movimentos de Energia
21	Relatório de Gestão da EN
22	Actividade Empresarial
24	Rede Técnica
28	Recursos Humanos
31	Evolução Económica e Financeira
37	Considerações Finais
38	Nota Final
39	Anexo ao Relatório de Gestão
41	Documentos de Prestação de Contas da EN
42	Balanço em 31 de Dezembro de 1998
44	Demonstração dos Resultados do Exercício de 1998
46	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
72	Demonstração dos Fluxos de Caixa
73	Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos
74	Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
75	Valor Acrescentado Bruto
77	Documentos de Avaliação e Certificação da EN
78	Certificação Legal das Contas
80	Relatório e Parecer do Fiscal Único
82	Parecer dos Auditores ao Conselho de Administração
83	Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Enquadramento



A privatização de cerca de 19% do capital social da EDP constituiu o acontecimento mais relevante do ano de 1998, acentuando, decisivamente, o processo de aprofundamento da consolidação do Grupo EDP e, designadamente, da Distribuição.

A publicação, pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, do Regulamento das Relações Comerciais, do Regulamento Tarifário e do Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações, marcou claramente o ano de 1998 pela sua incidência no relacionamento com os nossos clientes.

Nos âmbitos das alterações introduzidas para prevenção de problemas informáticos no ano 2000, para a adopção do EURO como opção de moeda e da preparação do início de actividade da CERTIEL como entidade certificadora e fiscalizadora, a acção desenvolvida pela EDP envolveu, para além da mobilização de importantes recursos humanos e materiais, um esforço importante de informação e esclarecimento de Clientes e entidades interlocutoras. Com este envolvimento esperamos que os problemas que pudessem aparecer estejam devidamente controlados.

Melhorou-se a eficiência do investimento, usando, sistematicamente as ferramentas de planeamento de Redes e uma rigorosa análise económica, e progrediu o estudo da racionalização da conservação, enquanto que no domínio da condução foram instalados

novos Sistemas de Comando e Controlo e adaptadas medidas de melhoria e eficácia.

Acções de racionalização diversa e um controlo sistemático e de rigor permitiram conter a verba de Fornecimento e Serviços Externos de entidades exteriores ao Grupo.

Os níveis de qualidade de serviço das redes de distribuição melhoraram em 1998 relativamente a 1997,

Continuou a colaboração prestada à Internet, contribuindo para o sucesso do esforço de internacionalização do Grupo.

Efectuaram-se alterações processuais e ajustamentos organizativos, com o objectivo de um mais eficiente uso das sinergias no seio de cada Empresa de Distribuição e entre estas.

O Cliente manteve-se como o centro das preocupações da Empresa. Nesta perspectiva, continuou a pautar-se pela prossecução de objectivos de melhoria do serviço prestado ao Cliente, tanto na obtenção de ganhos de satisfação como na procura de soluções propiciadoras de um relacionamento mais fácil às suas necessidades.

A política ambiental da Distribuição inseriu-se na estratégia do Grupo EDP, procurando conciliar naquelas orientações o carácter arquitectónico das instalações técnicas, bem como uma integração paisagística das redes.

Caracterização da Empresa



A EN desenvolve a sua actividade em 90 concelhos pertencentes aos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Abastece de energia eléctrica a um pouco mais de 3,7 milhões de habitantes.

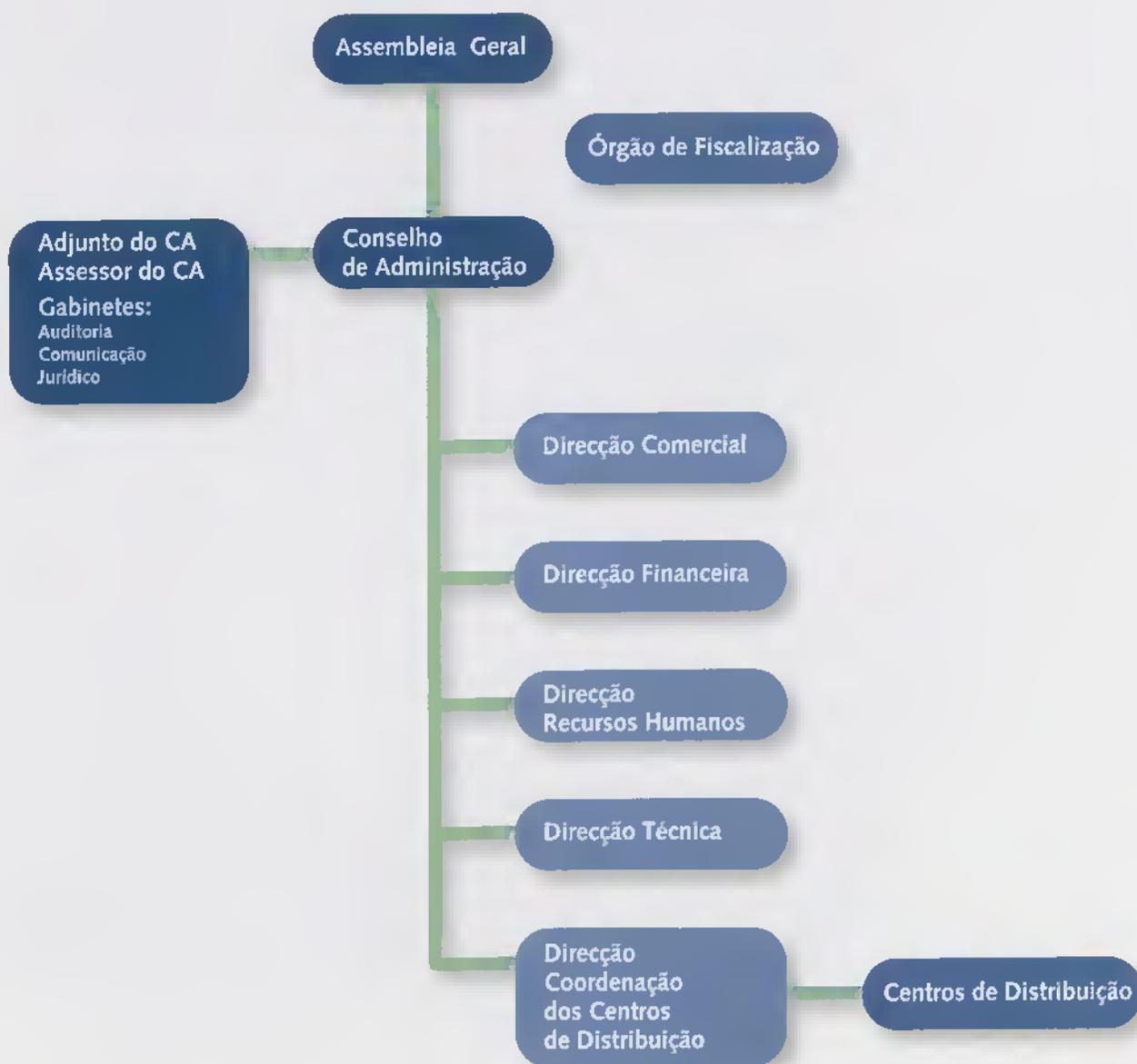
A energia vendida atingiu os 11 974 GWh, a que corresponde um volume de vendas superior a 233 milhões de contos.

A Empresa realizou no ano transacto um investimento de 18 milhões de contos a custos técnicos e conta com a colaboração de 3 751 trabalhadores.

Para prestação do serviço de abastecimento de energia eléctrica aos seus 1 828 mil Clientes, a Empresa está estruturada em onze Centros de Distribuição - Aveiro, Braga, Bragança, Guimarães, Maia, Matosinhos, Penafiel, Porto, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Vila Real.



Macroestrutura da Empresa



Corpos Sociais e Quadros Dirigentes



Mesa da Assembleia Geral

Eng.º João Carlos de Campos Guimarães
Presidente

Eng.º José António Moreira da Silva Neto
Vice-Presidente

Eng.º Agostinho Gonçalves Barreira
Secretário

Órgão de Fiscalização

ROC

António Magalhães & Carlos Santos - SROC
Efectivo

Leal & Carreira - SROC
Suplente

Conselho de Administração

Eng.º Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Presidente

Eng.º João José Gomes de Aguiar
Vogal

Eng.º Carlos Manuel do Carmo Brandão
Vogal

Bacharel José Celestino Oliveira Rocha
Vogal

Eng.º António Eduardo da Silva Oliva
Vogal

Assessor

Eng.º António Ribeiro dos Santos
Assessor do Conselho de Administração

Director Adjunto

Eng.º Fernando Leonel Ganso Barão
Director Adjunto do Conselho de Administração

Corpos Sociais e Quadros Dirigentes



Gabinetes

- Dr. Manuel Cerveira Dias
Director de Gabinete Auditoria
- Dr. Manuel Peres Correia
Director de Gabinete Jurídico
- Dr. António Cândido Santos Silva
Resp. Comunicação

Direcções

- Eng.º Paulo Manuel S. Pinto de Almeida
Director Comercial
- Dr.ª Maria de Fátima Gomes Sousa Nobre
Directora Financeira
- Eng.º José António M. Silva Neto
Director Recursos Humanos
- Eng.º Agostinho Gonçalves Barreira
Director Técnico

Centros de Distribuição

- Eng.º António Manuel Marques de Sousa
Director de Centro Aveiro
- Eng.º Mário Cunha Rodrigues Guimarães
Director de Centro Braga e Viana do Castelo
- Eng.º José Marcelino Gonçalves
Director de Centro Bragança
- Eng.º Téc. Armando da Silva Carvalho
Director de Centro Guimarães
- Eng.º José Carlos Bronze Ramos
Director de Centro Maia e Matosinhos
- Eng.º Téc. António Benjamim L. Santos Ferreira
Director de Centro Penafiel e Vila Real
- Eng.º António José G. Machado Vaz
Director de Centro Porto
- Eng.º Téc. Tiago Gonçalves Cruz e Silva
Director de Centro Vila Nova de Gaia



1. Em 1998 a EN prosseguiu o esforço de melhoria do serviço, efectuando o fecho de várias malhas da rede de AT, que se traduziu numa redução apreciável das perdas, melhores condições de exploração e melhoria da qualidade de serviço prestada aos clientes, continuando por outro lado, a instalação de sistemas de protecção adequados às condições de segurança exigidas, de modo a possibilitar a execução de trabalhos em tensão (TET).

2. Foi dada continuidade à implementação da rede de Alto Débito de telecomunicações, tendo-se efectuado a instalação de cabos com fibras ópticas. A rede de circuitos ópticos da EN apresenta assim um comprimento total de 205 km, que constituem o seu actual Sistema de Telecomunicações Industriais de Segurança, o qual recorre ainda à partilha de 200 km de fibras da REN.

Complementarmente, prosseguiu-se com a estratégia de centralização do telecomando da rede AT no Despacho da Empresa.

3. Prosseguiu a introdução do Sistema de Informação Técnica (SIT) através da digitalização da rede do Centro de Distribuição do Porto e da preparação de novos trabalhos, rede AT da EN e toda a rede eléctrica dos Centros de Distribuição de Matosinhos e Maia.

4. A EN realizou diversas acções visando a implantação de uma cultura de Qualidade Total, destacando-se o lançamento de uma acção de sensibilização, "Apostar na Mudança

para Ganhar o Futuro", destinada a todos os colaboradores da Empresa.

5. A política de Ambiente da EN constitui uma vertente essencial na cultura empresarial. A EN tem desenvolvido todos os esforços para conciliar as necessidades técnico-económicas da Empresa com a protecção do ambiente. Estão nesta linha as orientações de carácter arquitectónico presentes nos edifícios das subestações, insonorização dos equipamentos de energia e integração paisagística das redes no contexto ambiental.

6. Foi concluído o processo de reestruturação dos armazéns, reduzindo-se de 12 para 4 o seu número, e de 91 para 42 o número de trabalhadores afectos a esta área.

7. Registou-se um acréscimo de 5,7% na energia entrada, que se situou nos 13 075 GWh.

8. A facturação de energia eléctrica foi de 233 milhões de contos, tendo crescido 5,3% em relação a 1997.

9. Prosseguiu a estratégia de adequação dos recursos humanos às necessidades da sua actividade, tendo-se reforçado o peso dos Quadros Superiores e dos Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados. Realizaram-se 856 acções de formação profissional interna, com um total de 6 027 participações.

10. Os resultados líquidos após impostos atingiram os 33,1 milhões de contos, valor superior ao do ano anterior em 44,5%, verificando-se uma clara melhoria nos indicadores financeiros e económicos.



11. Foi possível financiar com meios internos o investimento (17 milhões de contos a custos técnicos) e prosseguir a amortização da dívida à Holding de acordo com o programado.

12. A situação patrimonial da empresa revela-se consistente com o rácio da solvabilidade total a situar-se em 1,8.

Movimentos de Energia



O balanço energético da EN apresenta um acréscimo de 5,7% de energia entrada relativamente a 1997, cujo valor atingiu os 13 075 GWh. A taxa média de crescimento nos últimos cinco anos da energia entrada foi de 5,2%.

O principal fornecedor foi a Rede Eléctrica Nacional (REN) com 11 556 GWh, correspondentes a 88,3% do total de fornecimentos.

Os produtores independentes, incluindo a Enernova, forneceram à EN 1 298 GWh, o que representa um acréscimo de 7,7% face ao ano anterior.

O total de energia saída foi, em 1998, de 11 982 GWh, ou seja 5,7% mais do que no ano anterior. Este valor reparte-se por 11 974 GWh de venda de energia e por 8 GWh de consumos próprios.

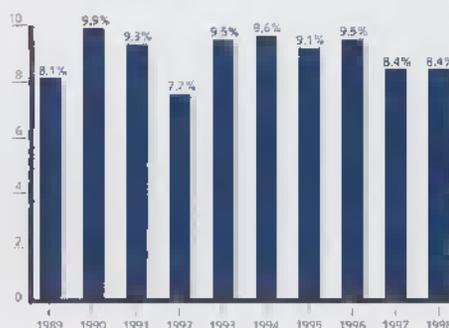
As perdas, calculadas a partir da comparação entre a energia entrada na rede e a energia saída, atingiram 8,4%, correspondendo a uma diminuição de 0,6% em relação a 1997.

Na análise por tensão dos consumos verifica-se que, em 1998, 53% corresponde aos fornecimentos em Muito Alta Tensão (MAT), Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) e 47% a fornecimentos em Baixa Tensão (BT) e Iluminação Pública (IP). Relativamente ao ano anterior, relevam-se os aumentos verificados em MAT e AT a que correspondeu uma inversão da tendência de

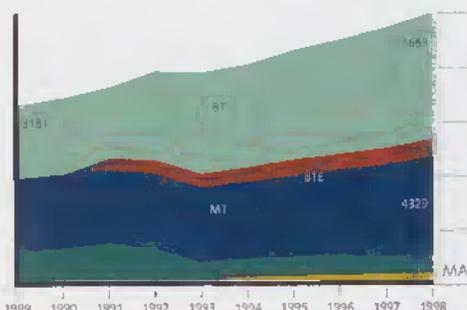
perda de peso que se vinha registando em AT e a um ligeiro incremento em MAT.

Na segmentação dos consumos de electricidade por sectores de actividade verifica-se que o crescimento global de 5,7% se fica a dever, fundamentalmente, aos consumos não domésticos e, em menor escala, para usos industriais e consumos domésticos.

Evolução das Perdas



Evolução dos consumos (GWh)



Adicionalmente, verifica-se uma ligeira diminuição do peso dos consumos domésticos no total da procura, em oposição a um crescimento contínuo dos não domésticos. Por outro lado, o peso do consumo industrial estabilizou, representando cerca de 44% do total.



página 020





22	Actividade Empresarial
24	Rede Técnica
28	Recursos Humanos
31	Evolução Económica e Financeira
37	Considerações Finais
38	Nota Final
39	Anexo ao Relatório de Gestão

Actividade Empresarial

Política Comercial

A satisfação das necessidades e expectativas diferenciadas dos seus clientes é um objectivo estratégico da política comercial da EN.

A melhoria da qualidade do serviço é, portanto, uma preocupação constante na sua actividade, constituindo um valor da sua tradição e cultura empresarial.

Para facilitar aos clientes o pagamento das suas facturas, foi intensificada a promoção de diferentes modalidades, designadamente, transferência bancária e conta-certa que se traduziu em significativas novas adesões.

No domínio do controlo da potência contratada, é de assinalar a expressiva redução (-55%) do número de locais de consumo com horas de utilização superiores a 200 horas.

Número de Clientes

Em 31 de Dezembro de 1998 a EN tinha um total de 1 827 662 Clientes, sendo 1 cliente de MAT, 31 de AT, 6 248 de MT, 8 359 de BTE e 1 813 023 de BT.

Compra e Venda de Energia

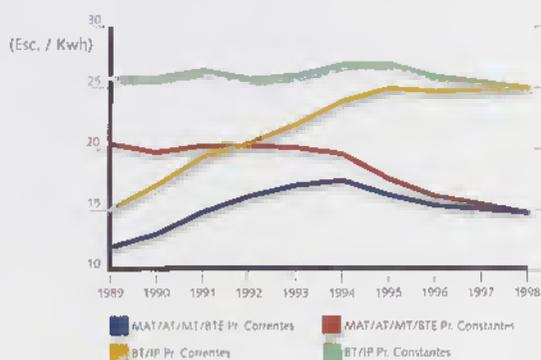
O total da energia adquirida em 1998 ascendeu a 131,2 milhões de contos, apresentando um crescimento de 2,5% em relação a 1997.

Os proveitos do exercício resultantes da venda de energia ascenderam a 233,4 milhões de contos, o que corresponde, relativamente a 1997, a um acréscimo de 11,8 milhões de contos, ou seja, 5,3%. Este valor resultou da conjugação do aumento dos consumos (5,7%) e de um decréscimo do preço unitário médio global de venda de energia da ordem de 0,4%.

Facturação de Energia Eléctrica 1998

Nível Tensão	Valor (milhares de contos)	Energia (MWh)	Preço Médio (Esc./kWh)
MAT	2.161	287.258	7,52
AT	8.593	882.922	9,73
MT	64.785	4.326.992	14,97
BTE	16.768	828.885	20,23
BT	135.319	5.298.879	25,54
IP	5.808	349.527	16,62
Total	233.434	11.974.463	19,49

Evolução dos Preços Médios de Venda



Facturação e Cobrança

A facturação de energia eléctrica, incluindo IVA, atingiu, em 1998, o montante global de 245 milhões de contos. Relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento global de 5,3%. A análise da repartição permite concluir





que os fornecimentos em BT, incluindo a IP, com 60,5% do total, continuam a representar a maior parcela da facturação de energia eléctrica.

Tal como em anos anteriores, a facturação de 1998 teve uma redução de 2,1 milhões de contos por força da aplicação da Adenda à Convenção Tarifária relativa aos Clientes grandes consumidores de energia eléctrica e à interruptibilidade.

Na área das modalidades de pagamento, é de salientar o incremento verificado na cobrança por transferência bancária e conta-certa, reflexo da acção comercial promotora destas modalidades e tendentes a inverter a escala de preferências dos Clientes, para além dos consequentes benefícios para a Empresa e para o Cliente, atingindo-se o final do ano com, respectivamente, 39% e 7% dos Clientes de Baixa Tensão a adoptarem estas formas de pagamento.

No que respeita à cobrança, a preocupação e o esforço da Empresa promovendo o pagamento dos consumos de electricidade dentro dos prazos, bem como desenvolvendo acções que visam a progressiva normalização das dívidas em atraso, conduziram à contenção dos montantes em débito (+2%),

não obstante o crescimento da facturação ter sido bastante superior (5,3%).

Assim, constata-se que o indicador cobrança/facturação, referente a fornecimentos de energia eléctrica, abaixo inscrito, relativo a 1998 é de 99,9%, atingindo, portanto, um valor ligeiramente inferior ao verificado no ano anterior.

1993 1994 1995 1996 1997 1998

Evolução do Rácio

Cobrança/Facturação % 100,4 99,7 100,5 101,2 100,2 99,9

Dívidas de Clientes

Os créditos sobre Clientes resultantes da facturação por fornecimentos de energia eléctrica, excluída a dívida das autarquias consolidada em 1988.12.31, era de 35,3 milhões de contos, um acréscimo de 2% face ao ano anterior. O valor da dívida corresponde a 14,4% da facturação anual de electricidade de 1998, enquanto no ano anterior representava 14,8%.

A análise por sectores evidencia um ligeiro agravamento da dívida em todos os sectores de actividade, sendo mais significativo no Sector do Estado e Organismos Oficiais.

Dívidas de Clientes de Electricidade

(milhares de contos)

Tipo de cliente	97/12/31		98/12/31		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Estudos e Organismos Oficiais	1.380	4,0	1.555	4,4	175	25,0
Autarquias Locais	6.919	20,0	7.105	20,2	186	26,6
Sector Empresarial e Privados	26.259	76,0	26.598	75,4	339	48,4
Total	34.558	100,0	35.258	100,0	700	100,0

Rede Técnica

Desenvolvimento da Rede

No ano de 1998 foram concluídas as subestações de Barrosas, Lapa e Vitória, e o posto de corte AT da Prelada. Todas estas instalações entraram em exploração, bem como a subestação de Mirandela, cuja montagem havia sido concluída no final de 1997. A potência total nas subestações da EN passou a ser, no final de 1998, de 4 856 MVA.

Completou-se a automatização das subestações urbanas da cidade do Porto, com excepção da subestação de Camões, através da conversão em Unidades Remotas de Teleacção e Automatismos (URTA), das URT das subestações de Campo Alegre, Antas, Boavista, Campo 24 de Agosto, Monte dos Burgos e Paranhos.

Foi dada continuidade à implementação da rede de Alto Débito de telecomunicações, tendo-se efectuado a instalação de cabos com fibras ópticas (OPGW, cabo dieléctrico auto-suportado e de conduta), envolvendo 16 linhas de AT, 3 linhas de MT e 9 traçados subterrâneos. Com estes novos 121 km de fibras, a rede de circuitos ópticos da EN apresenta um comprimento total de 205 km, que constituem o seu actual Sistema de Telecomunicações Industriais de Segurança, o qual recorre ainda à partilha de 200 km de fibras da REN. O planeamento e a implementação desta rede tem sido efectuada de forma integrada com a REN e com o E3G.

Complementarmente, prosseguiu-se com a estratégia de centralização do telecomando da rede AT no Despacho da Empresa, através da implementação do protocolo normalizado Elcom, na interligação aos Centros de Comando de Subestações.

Finalmente, integrado no esforço de melhoria da qualidade de serviço, procedeu-se à remodelação de sistemas de protecção em painéis de MT de 7 subestações.

No que se refere a linhas aéreas de 60 kV, entraram em serviço 6 novos traçados, associados quer à reconfiguração de rede, quer à entrada em serviço das subestações de Barrosas, Mirandela e posto de corte da Prelada. Esta acção, conjuntamente com a desactivação de alguns traçados, contribuíram para que, fisicamente, a extensão de linhas aéreas deste nível de tensão passasse para 1 888 km.

Foram ainda concluídos 3 novos traçados (Oleiros-Lamações, Dume-Lamações e Arouca-S. Pedro do Sul) numa extensão de 19 km, que aguardam entrada em serviço.

Entraram em serviço os cabos subterrâneos da rede de 60 kV que interligam as subestações da Lapa, Vitória e do posto de corte da Prelada, bem como os que interligam este posto de corte às subestações de Monte Burgos e Paranhos, correspondendo a um aumento de 17 km na extensão da rede subterrânea de AT, que totaliza 61 km.





Efectuou-se o fecho de várias malhas da rede de AT, que se traduziu numa redução apreciável das perdas, melhores condições de exploração e melhoria da qualidade de serviço prestada aos clientes.

Deu-se ainda continuidade ao programa de Automatização e Telecomando da Rede MT da EN, através da montagem de 15 IAR's, 1 DAR e 6 IAT's, tendo-se atingido o número total de 165 IAR's, 1 DAR e 6 IAT's, instalados em vários Centros de Distribuição.

O esforço levado a cabo, na rede de MT centrou-se, no aumento da sua fiabilidade, através da sua remodelação e optimização da sua exploração, de forma a reduzir o tempo de interrupção de fornecimento de energia.

Em termos de realizações na rede MT, entraram em serviço 273 km de linhas aéreas e 158 km de cabos subterrâneos, passando a sua extensão total a ser de 14 067 km e 2 044 km, respectivamente.

Foram ainda ligados 579 novos postos de transformação representando uma potência instalada de 239 MVA. A potência total instalada em postos de transformação atingiu, no final do ano, 4 714 MVA, distribuída por 15 545 postos de transformação.

Relativamente à rede de BT entraram em serviço 822 km de linhas aéreas e 244 km de cabos subterrâneos. A rede BT da EN atingiu assim uma extensão

total de 38 491 km de redes aéreas e 7 627 km de redes subterrâneas.

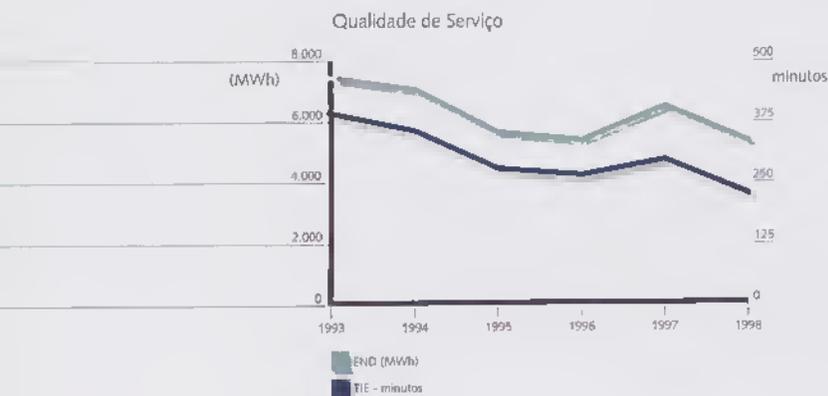
Indicadores de utilização

Os indicadores de utilização das redes evoluíram positivamente durante o ano de 1998. Assim, a utilização da rede MT cresceu 3,3%, tendo atingido os 671 MWh/km; a rede BT registou 141 MWh/km com um aumento de 2,5%, e os postos de transformação tiveram uma utilização de 1 375 MWh/MVA e um acréscimo de 1,0%.

Qualidade de serviço

Em 1998 verificaram-se 4 342 interrupções a linhas MT e Clientes AT, das quais resultaram 5 337 MWh de Energia Não Distribuída (END), representando uma redução, em relação ao ano de 1997, de 477 interrupções e 1 234 MWh, respectivamente.

O esforço continuado de investimento e de manutenção, feito ao longo destes últimos anos, permitiu melhorar substancialmente a Qualidade de Serviço relativamente ao ano anterior. Para isso contribuiu também a ocorrência de condições atmosféricas particularmente favoráveis no último trimestre do ano.



Sistemas de Informação Técnica

A implementação do Sistema de Informação Técnica (SIT) na área técnica da EN prosseguiu em 1998 essencialmente em dois aspectos: continuação da implementação no Centro de Distribuição Porto e preparação de novos trabalhos (rede de AÏ da EN e toda

a rede eléctrica dos Centros de Distribuição Matosinhos e Maia).

No que respeita ao Centro de Distribuição Porto, efectuou-se a digitalização de toda a rede existente, registada em cartas e bases de dados. A figura abaixo inscrita mostra um exemplo do trabalho final em redor da Câmara Municipal do Porto.

Iniciou-se também a preparação da metodologia de actualização do SIT, reconhecendo-se que a sua eficiência dependerá muito de uma reorganização da área técnica do CD, da utilização de ferramentas informáticas de recolha de informação no terreno e do melhoramento da rede de comunicações entre os terminais e o servidor.



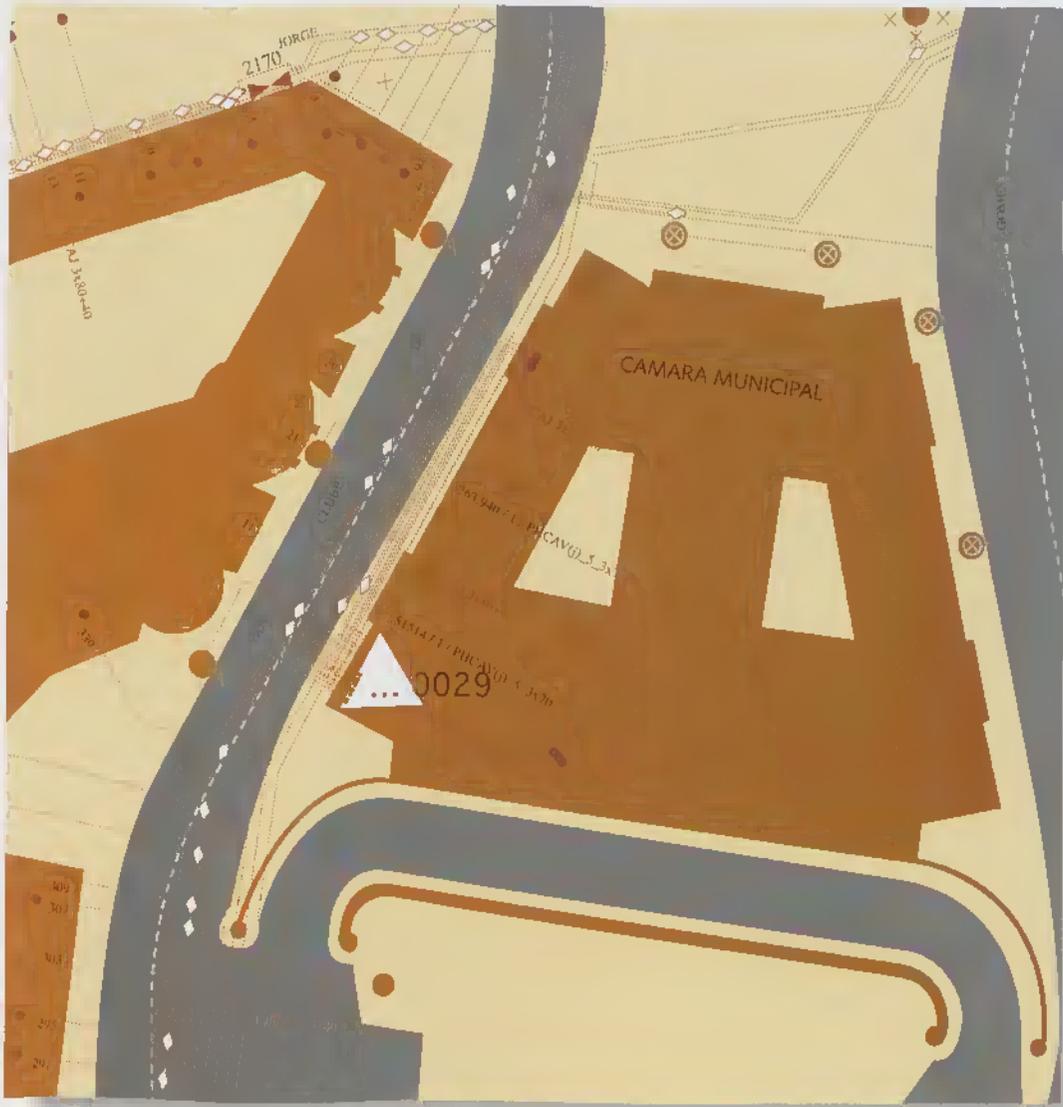


Fig. Rede eléctrica em redor da Câmara Municipal do Porto

Recursos Humanos

Quadro de Pessoal

Em 31 de Dezembro de 1998, o número de trabalhadores colocados na EN era de 3765,

dos quais 1 se encontrava requisitado pela Holding e 13 são trabalhadores cujo vínculo laboral com a EN estava suspenso por diversas razões, tendo ocorrido 489 saídas e 58 entradas.

Evolução de Efectivos

	96.12.31	97.12.31	1998			98.12.31	98/97
			Entradas	Saídas	Saldo		%
Quadro Permanente Activo	4.304	4.177	38	464	-426	(*) 3.751	-10.2
Contratados a Termo	29	5	20	25	-5	0	-100.0
Total	4.333	4.182	58	489	-431	3.751	-10.3
Colocados e em exercício na Holding	9	1				1	
Colocados e em exercício noutras Empresas do Grupo	0	4				1	
Quadro Suspenso	25	14				12	
Em exercício sem colocação (outras formas contratuais)	0	0				0	

(*) Inclui 2 membros do CA com vínculo laboral na EN



página 028

Número de Trabalhadores por Categoria Profissional

No final de 1998, prestavam serviço efectivo na EN 3751 trabalhadores,

pertencendo todos ao quadro permanente visto não existirem contratados a termo. A sua distribuição por categoria profissional pode ser observada no quadro seguinte.

Número de Trabalhadores por Categoria Profissional

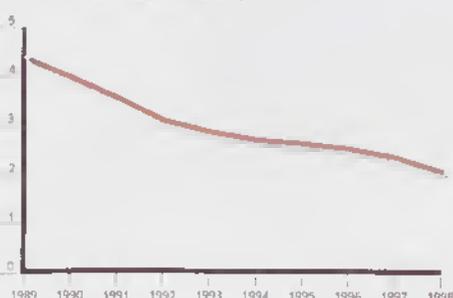
Categoria Profissional	1996		1997		1998	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Directores/Chefias Superiores	25	0,6	28	0,7	26	0,7
Quadros Superiores	291	6,7	292	7,0	272	7,3
Quadros Médios	22	0,5	20	0,5	19	0,5
Chefias Intermédias/Secção	118	2,7	101	2,4	93	2,5
Profissionais Alt. Qualificados	524	12,1	530	12,7	511	13,6
Profissionais Qualificados	1.273	29,4	1.267	30,3	1.164	31,0
Profissionais Semi-Qualificados	1.895	43,7	1.800	43,0	1.564	41,7
Profissionais Não-Qualificados	156	3,6	139	3,3	102	2,7
Contratos a Termo	29	0,7	5	0,1	0	0,0
Total	4.333	100,0	4.182	100,0	3.751	100,0



Em 1998, a EN prosseguiu a estratégia de adequação dos Recursos Humanos às necessidades da sua actividade, através da formação profissional e da movimentação de trabalhadores.

Um dos indicadores utilizados para medição da produtividade na Distribuição é o Número de Trabalhadores por mil Clientes. Este indicador tem evoluído positivamente, conforme se infere do gráfico seguinte e apresentava em 31 de Dezembro de 1998 o valor de 2,05 por mil.

Número de Trabalhadores por 1000 Clientes



Formação Profissional

Realizaram-se 856 acções de formação profissional interna, com um total de 6 027 participações, obtendo-se assim uma taxa de participação de 160%, mais 41% do que a verificada em 1997 (119%).

A taxa de ocupação em formação, foi de 1,12%, maior do que a do ano anterior (1,03%). Os principais destinatários da actividade formativa foram os colaboradores semi-qualificados

(52,6% do total das participações), altamente qualificados e qualificados (27,0%) e Quadros Superiores (13,5%).

Prevenção e Segurança

Continuou a ser dada prioridade à sensibilização em segurança como meio de alterar atitudes e comportamentos que levem à redução da sinistralidade na Empresa e a atingir as metas de qualidade de serviço por todos pretendidas.

"Apostar na Segurança: O Futuro com Confiança", foi o lema de uma campanha de sensibilização em Segurança, que decorreu de Junho a Julho de 98 envolvendo 1280 trabalhadores da EN pertencentes às áreas técnicas. A equipa de Projecto desta acção terminou recentemente o pesado tratamento das sugestões dos participantes, cerca de 5 500, e dentro em breve estar-se-á em condições de as divulgar e de pôr em prática aquilo que for possível. Note-se, que algumas das recomendações mais frequentes e de tratamento mais imediato já foram, ou estão a ser, implementadas.

Registaram-se 84 acidentes de trabalho com baixa, sem acidentes mortais. Este número de acidentes foi igual ao de 1997.

Os índices de frequência, 13,0%, e incidência, 20,8%, registaram um ligeiro acréscimo relativamente ao ano anterior, fruto

da adequação dos Recursos Humanos que fez reduzir as horas de exposição ao risco. O índice de gravidade, 0,99%, em contrapartida diminuiu consideravelmente em comparação com o ano anterior (2,0%).

Continuaram em 1998 a manter-se os índices de sinistralidade dentro de valores considerados muito bons para uma Empresa com as características da EN.



Evolução Económica e Financeira



O desempenho económico e financeiro da EN em 1998 continuou a progredir no sentido positivo dos últimos anos.

Os proveitos por vendas de electricidade aumentaram 5,3% enquanto o seu custo aumentou apenas 2,4%, pelo que a margem bruta teve um aumento de 9,3%.

Os restantes custos operacionais, no seu conjunto, aumentaram apenas 1,2%, reflectindo um esforço acentuado na contenção dos custos, embora não traduzindo, ainda, os efeitos significativos, esperados, da reestruturação planeada; não obstante, os resultados operacionais aumentaram, relativamente aos do exercício anterior em 26,4%.

A melhoria persistente dos resultados financeiros e, sobretudo, os resultados extraordinários, com movimentos avultados de provisões, continuam a ter um forte contributo para os resultados líquidos da empresa, pelo que o aumento destes foi de 44,5%. Assim, apesar de se terem utilizado os resultados transitados em 6 251 milhares de contos, a rentabilidade dos capitais próprios aumentou de 13,96%, em 1997, para 19,25% em 1998.

A generalidade dos indicadores melhoraram, evidenciando uma crescente solidez económica e financeira da Empresa bem como uma situação de tesouraria confortável.

Financiamento

O plano de amortização da dívida à EDP foi rigorosamente cumprido, nos seus termos e nos seus prazos, pelo que a dívida foi amortizada em 12 490 milhares de contos (16,66%), sendo o seu saldo, no final do ano, em termos nominais, de 62 448 milhares de contos.

Os encargos da dívida totalizaram 3 603 milhares de contos, verificando-se uma redução de 25,97% relativamente aos encargos suportados em 1997. A taxa de juros continuou a tendência decrescente do ano anterior, tendo atingido o valor mínimo, de 4,332%, em Dezembro.

A amortização da dívida da HDN à EN foi de 571 milhares de contos, sendo o saldo em dívida, no final do ano, de 2 853 milhares de contos. Os juros recebidos totalizaram 165 milhares de contos.

Evolução da Dívida

(milhares de contos)

	Saldo Inicial		Saldo Final	
Médio e Longo Prazo	62.448	83,3%	49.958	80,0%
Curto Prazo	12.490	16,7%	12.490	20,0%
Total	74.938	100,0%	62.448	100,0%

No exercício de 1998 a tesouraria continuou a recuperar do esforço financeiro de 1996, apesar de os recebimentos em 1998 superarem os de 1997 em apenas 0,87% e os pagamentos terem sido superiores em 6,94%.

A variação dos pagamentos ficou a dever-se, fundamentalmente, ao pagamento de 50%

dos dividendos do exercício de 1996 (6 600 milhares de contos), ao aumento dos dividendos (+35,6%), e do IRC (+31,97%) do exercício de 1997, pagos em 1998.

No final de 1998, as disponibilidades, em Caixa, em Bancos e na Holding, apresentam-se com um saldo confortável de 11 831 milhares de contos, com todos os compromissos vencidos satisfeitos, incluindo os compromissos para com o Accionista, o Estado e o Fundo de Pensões.

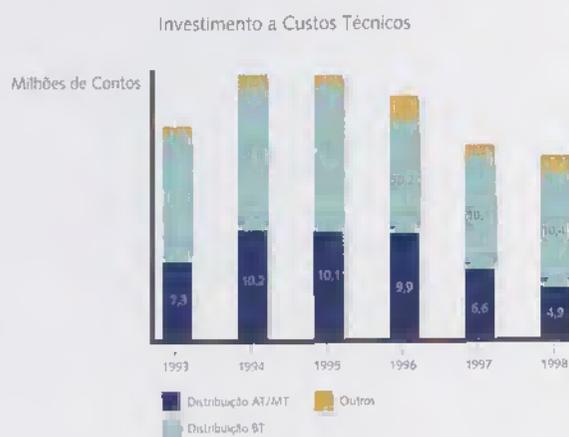
Os fluxos de tesouraria em 1998 (fluxos monetários e fluxos escriturais) resumem-se no quadro seguinte:

(milhares de contos)	
Saldo em 1.1.98	14.116
Recebimentos	263.317
Pagamentos	265.602
Saldo em 31.12.98	11.831

As compensações recebidas pelas disponibilidades da Empresa na Holding totalizaram 695 milhares de contos, tendo sido de 151 milhares de contos os proveitos de antecipações de pagamentos, valores ligeiramente inferiores aos de 1997.

Investimento

A evolução do investimento a custos técnicos pode ser observada no gráfico seguinte:



Como se constata, o investimento realizado pela Empresa no imobilizado em AT/MT continua a diminuir significativamente, na sequência de uma maior racionalização da capacidade instalada e da melhor gestão dos activos técnicos.

A vida média daquele imobilizado é de cerca de 54% enquanto que a do imobilizado BT é apenas de 45%, com destaque para o imobilizado em contadores e acessórios de BT que é de 34%.

Assim, o investimento tem vindo a ser orientado, prioritariamente e de forma selectiva, para o imobilizado em BT, pelo que, do total deste investimento, 44,2% foi realizado na instalação e substituição de contadores.



O aumento do Equipamento Básico bruto da Empresa teve, no exercício, um aumento de 24 081 milhares de contos, tendo o investimento realizado pela Empresa contribuído em 40,9% e as entregas em espécie em 59,1% (estas, de 4 358 milhares de contos, valor superior ao de 1997 em 12%).

Os subsídios ao investimento totalizaram 5 494 milhares de contos, financiando o investimento, a custos directos, em 37,4%, relação que tem vindo a aumentar sistematicamente (26,3% em 1996 e 35,8% em 1997).

A estrutura dos custos do investimento em 1998 foi a seguinte:

Investimento 1998				
	(milhares de contos)			
	Custos Directos	Custos Estrutura	Encargos Financeiros	Total
Distribuição AT/MT	4.353	587	281	5.221
Distribuição BT	8.719	1.646	77	10.442
Outros	1.630	47	66	1.743
Total	14.702	2.280	424	17.406

A relação dos encargos de estrutura sobre o investimento a custos directos tem vindo a aumentar, em virtude de os encargos de estrutura não terem vindo a baixar na mesma proporção do investimento a custos directos.

Aquela relação foi de 15,5% em 1998 e de 14,9% em 1997.

Balanço

A evolução da situação patrimonial foi a seguinte:

Balanço				
	(milhares de contos)			
	1997 Valor	1998 Valor	1998	Variação %
ACTIVO				
Imobilizado Líquido	315.816	315.283		-0,2
Circulante	56.149	63.406		12,9
Acréscimos e Diferimentos	8.092	8.023		-0,9
Total	380.057	386.712		1,8
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO	164.184	172.071		4,8
PASSIVO	215.873	214.641		-0,6
A médio e longo prazo	100.243	98.132		-2,1
A curto prazo	53.886	50.942		-5,5
Acréscimos e Diferimentos	61.744	65.567		6,2
Total	380.057	386.712		1,8

O imobilizado encontra-se adequadamente coberto pelos capitais permanentes, tendo o grau de cobertura evoluído de 83,7%, em 1997, para 85,7%, em 1998.

Se considerássemos os subsídios ao investimento, 61 724 milhares de contos, relevados em proveitos diferidos, como um passivo a Médio e Longo Prazo (MLP), o imobilizado líquido ficaria totalmente coberto por capitais permanentes.

A redução do passivo a MLP em apenas 2,1%, reflecte a diminuição das dívidas em 12,8 milhões

de contos e o aumento das provisões para riscos e encargos em 10,7 milhões de contos.

O grau de liquidez continuou a melhorar, passando de 91,78% em 1997 para 92,69% em 1998, sendo adequado, atendendo aos diferentes graus de exigibilidade dos créditos e das dívidas.

Custos e Proveitos

A evolução dos custos e proveitos, na óptica do valor acrescentado, foi a seguinte:

Custos e Proveitos		(milhares de contos)		
		1997 Valor	1998 Valor	Variação %
Vendas de Electricidade		221.668	233.433	5,3
Outras vendas e prestações de serviços		863	888	2,9
Trabalhos para a própria empresa (a)		9.707	9.938	2,4
Produtos e trabalhos em curso		-6	-1	-83,3
Outras receitas correntes		505	496	-1,8
Proveitos inerentes ao Valor Acrescentado	(+)	232.737	244.754	5,2
Compras de electricidade		128.054	131.156	2,4
Materiais diversos		7.670	7.988	4,1
Fornecimentos e serviços externos		11.627	11.480	-1,3
Impostos indirectos		71	80	12,7
Consumos	(-)	147.422	150.704	2,2
Valor Acrescentado Bruto	(=)	65.315	94.050	10,2
Despesas com o pessoal	(-)	21.879	22.346	2,1
Outros encargos de exploração	(-)	8.113	8.529	5,1
Outros proveitos de exploração	(+)	118	212	79,7
Excedente Bruto de Exploração	(=)	55.441	63.387	14,3
Despesas financeiras	(-)	4.878	3.606	-26,1
Recelitas financeiras	(+)	2.651	2.540	-4,2
Imputação de despesas financeiras a TPE	(+)	537	424	-21,0
Resultados extraordinários (b)	(+)	3.992	417	-89,6
Imposto sobre o rendimento	(-)	13.098	15.115	15,4
Meios Libertos Líquidos (Cash-Flow)	(=)	44.645	48.047	7,6
Amortizações (líquidas)	(-)	22.369	21.064	-5,8
Provisões (líquidas)	(-)	-640	-6.141	859,5
Resultado Líquido	(=)	22.276	33.124	44,5

(a) sem encargos financeiros

(b) expurgados das amortizações e das provisões (líquidas), não consideradas nos resultados operacionais





É de salientar o acréscimo dos proveitos por vendas de electricidade, mas principalmente, o aumento da margem bruta das vendas, que foi de 9,3%.

Realça-se ainda o aumento de 14,3% dos Excedentes Brutos de Exploração. Em consequência daqueles factos e do ajustamento das provisões para as dívidas consolidadas com acordo, os meios libertos líquidos tiveram um aumento de 7,6%.

Os resultados operacionais do exercício são de 39 437 milhares de contos, superiores aos do exercício anterior em 8 036 milhares de contos, praticamente o aumento da margem bruta das vendas de electricidade que foi de 8 663 milhares de contos, evidenciando uma correlação muito estreita entre a margem e os resultados operacionais da Empresa, em virtude de uma boa parte dos custos operacionais apresentarem um elevado grau de rigidez.

No contexto actual da estrutura organizativa da Empresa, os Fornecimentos e Serviços de Terceiros, embora tenham diminuído 1,3%, não terão condições de diminuir muito para além do nível que apresentam, pois os custos de conservação do imobilizado técnico específico representam 28% do total de FSEs.

Os custos com pessoal aumentaram 2,1%, não obstante a redução de efectivos. A Empresa tem vindo a absorver, por

imperativos superiores, trabalhadores de outras empresas do Grupo, onerando os respectivos encargos.

Os custos de amortização aumentaram 2,4%, como consequência de as obras em curso entrarem mais rapidamente em exploração, dado que cerca de 61% do investimento realizado foi em obras de BT. Com efeito, as obras em AT e MT são de execução mais demorada e o investimento neste imobilizado tem vindo a diminuir.

Os resultados financeiros continuam a melhorar significativamente, não só em consequência das sucessivas baixas da taxas de juros de financiamento e da diminuição da dívida à EDP, diminuindo os custos financeiros, mas também por se terem praticamente mantido no nível do exercício anterior os ganhos e proveitos financeiros, evidenciando uma boa gestão de tesouraria.

Os resultados extraordinários, reflectindo movimentos significativos no âmbito das provisões e do mecanismo da correcção de hidraulicidade, têm tido sempre uma forte influência nos resultados líquidos da Empresa. Com efeito, no exercício de 1998 contribuíram para os resultados líquidos em 9 868 milhares de contos, tendo em 1997 contribuído em 6 841 milhares de contos.

Dos resultados extraordinários do presente exercício destacam-se: a redução

de 10 429 milhares de contos da provisão para dívidas consolidadas de Autarquias, com acordos efectuados em 1997, em virtude de se ter procedido à actualização financeira daquela dívida, com referência ao final do exercício, e o reforço das provisões para reformas, actos médicos e racionalização de efectivos, no valor total de 14 297 milhares de contos, dos quais 6 237 milhares de contos foram constituídos por resultados extraordinários. O mecanismo da correcção de hidraulicidade originou um proveito extraordinário de 1 376 milhares de contos, inferior em 3 214 milhares de contos ao proveito originado no exercício anterior.

Assim, os resultados líquidos antes de impostos são de 48 239 milhares de contos, superiores aos de 1997 em 33,9% e, depois de impostos, os resultados líquidos do exercício são de 33 124 milhares de contos, com uma variação positiva, relativamente ao exercício anterior, de 44,5%.

Em consequência, a rentabilidade dos capitais próprios aumentou mais de 5 pontos percentuais, situando-se em 19,25%.

Os meios libertos líquidos (cash-flow) foram de 48 047 milhares de contos, suficientes, portanto, para financiar as actividades de investimento e de financiamento da Empresa. Com todos os compromissos vencidos satisfeitos, as disponibilidades, no final do exercício, incluindo as disponibilidades na Holding, são de 11 831 milhares de contos.

Indicadores

A rentabilidade e a estrutura financeira da empresa podem ser observadas no quadro seguinte:

	1997	1998
Rentabilidade dos Capitais Próprios Resultados Líquidos / Capital Próprio (%)	13,96	19,25
Rentabilidade Económica Resultados Operacionais / Activo (%)	8,26	10,20
Rentabilidade das Vendas Resultados Líquidos / Vendas (%)	10,33	14,18
Rotação do Activo Vendas / Activo (%)	58,36	60,40
Autonomia Financeira Capital Próprio / Activo (%)	43,20	44,50
Liquidez Geral Capital Circulante (*) / Passivo Curto Prazo (%)	91,78	92,69
Estrutura Financeira Capital Próprio / Passivo M.L.P.	1,64	1,75
Capacidade de Autofinanciamento Cash Flow / Investimento Custos Técnicos	2,48	2,83
Cobertura do Imobilizado Capital Permanente / Activo Imobilizado (%)	83,73	85,70
Solvabilidade Total Activo / Passivo	1,76	1,80
Prazo Médio de Recebimentos (meses) Créditos Correntes Clientes / Vendas x 12	1,07	1,05
Taxa de Cobertura de Materiais Diversos (meses) Existências / Consumos x 12	1,36	1,46
V.A.B. Per Capita (milhares de contos) V.A.B. / Número médio de Efectivos	19,97	23,25
Vendas Per Capita (milhares de contos) Vendas / Número médio de Efectivos	51,92	57,75

(*) Deduzido dos Créditos de M.L.P.

Todos os indicadores mais relevantes continuam a evoluir favoravelmente, alguns de forma significativa.





Perspectivas para 1999

Em 1999, a actividade da Empresa será balizada pelos objectivos estratégicos constantes do Plano Estratégico a médio prazo, decorrente dos objectivos mais gerais traçados pelo Conselho de Administração da Holding.

Espera-se que durante o ano de 1999 o desempenho económico e financeiro da Empresa, em termos globais, não se altere, relativamente a 1998, desde que não ocorram alterações significativas nas variáveis chave do negócio.

A redução do tarifário a Clientes finais, imporá uma redobrada atenção na contenção dos custos gerais de funcionamento.

Tendo como objectivo estratégico central a satisfação dos Clientes, prosseguirá a implementação da Gestão pela Qualidade Total.

No âmbito do SIREN - Sistema Integrado de Redes de Distribuição -, continuar-se-á com a implementação, do Sistema de Informação Técnica (SIT), o qual permitirá uma acrescida melhoria da gestão das redes e do serviço prestado.

Dar-se-á continuidade ao plano global de automatização e telecomando da rede MT, que visa uma maior flexibilidade da rede e eficiência de manobras.

Vai continuar o programa de instalação da rede de Alto Débito, envolvendo a interligação entre o Despacho da Empresa e os Centros de Comando das Subestações.

A nível da função investimento haverá uma política acrescida de selectividade das obras de investimento, em função do seu mérito técnico-económico, esperando-se, em consequência, a continuação da melhoria dos índices de utilização das redes.

Dedicar-se-á particular atenção à gestão dos Recursos Humanos, cujo contributo será decisivo para o aumento dos ganhos de produtividade que a Empresa espera alcançar, através da prossecução da sua valorização profissional, da sua crescente identificação com os objectivos da Empresa e ainda com a intensificação de uma verdadeira cultura empresarial.

Prevê-se que as vendas de electricidade em GWh cresçam a uma taxa anual em torno dos 4%.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Artº 25º dos Estatutos da EN, propõe que o resultado líquido do exercício de 1998 no valor de 33 124 469 043\$00 tenha a seguinte aplicação:

P/Reserva Legal	1 656 230 000\$00
P/Dividendos	29 000 000 000\$00
P/Resultados Transitados	2 468 239 043\$00

Nota Final

Ao concluir a apresentação do Relatório do Exercício de 1998 o Conselho de Administração em exercício manifesta o seu reconhecimento a todos os que contribuíram para a concretização dos objectivos da Empresa.

Aos trabalhadores pelo seu valoroso empenhamento e competência profissional.

Às entidades governamentais e da Administração Pública e Local em geral, pelo apoio e colaboração que nos prestaram sempre que necessário, contributo decisivo para o bom desempenho da Empresa.

Ao Conselho de Administração da EDP, pelo modo como nos apoiou e pela confiança que sempre nos manifestou.

Ao Revisor Oficial de Contas pela sua disponibilidade e colaboração no exercício das suas atribuições.

Porto, 8 de Março de 1999

O Conselho de Administração

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

Presidente

João José Gomes de Aguiar

Carlos Manuel do Carmo Brandão

José Celestino de Oliveira Rocha

António Eduardo da Silva Oliva



Anexo ao Relatório de Gestão



1) Art.º 447.º n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP - Electricidade de Portugal, S.A., com a qual a EN - Electricidade do Norte, S.A., está em situação de Grupo:

Membros do CA	Nº de Acções
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães Cônjuge: Emília M. Pimentel Morgado	816 254
João José Gomes de Aguiar Cônjuge: Maria de Fátima Bárbara Madeira de Aguiar	841 303
Carlos Manuel do Carmo Brandão	300
José Celestino Oliveira Rocha Cônjuge: Maria Cardoso Roldão	325 100
António Eduardo da Silva Oliva	225
ROC	
Carlos Alberto Freitas dos Santos Cônjuge: Maria da Concelção Dias Leite Freitas dos Santos	278 278

2) Art.º 448.º n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 1998, eram titulares do Capital da EN - Electricidade do Norte, S.A. :

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.,
com sede na Avenida José Malhoa,
lote A 13, Lisboa 100% do capital social

Não se verificou durante o exercício de 1998 qualquer mudança de titularidade das acções da sociedade por qualquer causa.

Porto, 8 de Março de 1999

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Presidente

João José Gomes de Aguiar
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva





42	Balanço em 31 de Dezembro de 1998
44	Demonstração dos Resultados do Exercício de 1998
46	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
72	Demonstração dos Fluxos de Caixa
73	Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos
74	Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
75	Valor Acrescentado Bruto

Balanço em 31 de Dezembro de 1998

Notas		Exercício			
		1998		1997	
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
10	Imobilizações incorpóreas:				
	Despesas de Instalação	24.532.390	14.256.494	10.275.896	15.182.372
		<u>24.532.390</u>	<u>14.256.494</u>	<u>10.275.896</u>	<u>15.182.372</u>
03.a/10	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	28.710.131.393	25.584.689.657	3.125.441.736	3.760.689.053
	Terrenos e recursos naturais	4.862.475.678		4.862.475.678	4.798.046.491
	Edifícios e outras construções	7.434.440.094	3.425.744.085	4.008.696.009	4.171.240.311
	Equipamento básico	586.066.195.527	297.962.165.47	288.104.030.048	284.175.520.365
	Equipamento de transporte	2.889.232.438	2.304.526.929	584.705.509	555.348.157
	Ferramentas e utensílios	491.927.162	455.882.204	36.044.958	45.648.271
	Equipamento administrativo	3.339.310.960	2.635.304.903	704.006.057	795.135.084
	Diferenças de câmbio	569.216.539	99.602.370	469.614.169	488.591.641
	Outras imobilizações corpóreas	116.504.563	49.532.900	66.971.663	63.939.550
	Imobilizações em curso	5.787.655.771		5.787.655.771	9.315.518.046
	Adiantamento p/conta imob. corpóreas	57.938.801		57.938.801	
		<u>640.325.028.926</u>	<u>332.517.448.527</u>	<u>307.807.580.399</u>	<u>308.169.676.969</u>
03.b/10	Investimentos financeiros:				
	Partes de capital em empresas do grupo	7.092.072.033		7.092.072.033	7.302.257.223
	Títulos e outras aplicações financeiras	372.838.777		372.838.777	328.957.904
		<u>7.464.910.810</u>		<u>7.464.910.810</u>	<u>7.631.215.127</u>
	Circulante:				
03.c/41	Existências:				
	Matérias-primas, subsid. e consumo	970.959.855		970.959.855	863.256.762
42	Produtos e trabalhos em curso	3.407.398		3.407.398	3.933.729
		<u>974.367.253</u>		<u>974.367.253</u>	<u>867.190.491</u>
	Dívidas de Terceiros - Médio Longo Prazo:				
23/48.a	Autarquias - Dívida de 31/12/88 s/ac	12.628.686.412	12.628.686.412		
	Autarquias - Dívida de 31/12/89 c/ac	25.182.223.782	12.852.173.339	12.330.050.443	2.077.133.985
48.i	Empresas do Grupo - Empréstimos	2.282.743.470		2.282.743.470	2.853.429.342
48.d	Imobilizados em integração compensados	2.670.114.927	1.243.722.961	1.426.391.966	1.621.326.850
32.a	Outros Devedores	147.946.080		147.946.080	138.927.360
		<u>42.911.714.671</u>	<u>26.724.582.712</u>	<u>16.187.131.959</u>	<u>6.690.817.537</u>
	Dívidas de terceiros - curto prazo:				
	Autarquias - Dívida até 31/12/88 c/ac	456.664.000		456.664.000	409.852.000
	Clientes c/c	20.520.596.315		20.520.596.315	19.794.421.276
	Clientes-títulos a receber				40.000.000
23	Clientes de cobrança duvidosa	14.883.322.233	14.752.960.966	130.361.267	161.225.501
48.i	Empresas do Grupo - Empréstimos	570.685.872		570.685.872	570.685.872
48.j	Estado e outros entes públicos	77.743.849		77.743.849	8.067.317
23/48.c	Outros devedores	24.220.554.004	145.819.642	24.074.734.362	27.125.736.185
		<u>60.729.566.273</u>	<u>14.898.780.608</u>	<u>45.830.785.665</u>	<u>48.109.988.151</u>
	Depósitos Bancários e Caixa:				
	Caixa	73.445.427		73.445.427	29.110.343
	Depósitos à Ordem	340.528.400		340.528.400	452.204.488
		<u>413.973.827</u>		<u>413.973.827</u>	<u>481.314.831</u>
48.b	Acréscimos e Diferimentos:				
	Acréscimos de proventos	6.887.594.467		6.887.594.467	6.763.794.595
	Custos diferidos	1.135.137.099		1.135.137.099	1.328.238.060
		<u>8.022.731.566</u>		<u>8.022.731.566</u>	<u>8.092.032.655</u>
	Total de Amortizações		<u>332.531.705.021</u>		
	Total de Provisões		<u>41.623.363.320</u>		
	Total do Activo	<u>760.866.825.716</u>	<u>374.155.060.341</u>	<u>386.711.757.176</u>	<u>380.057.418.133</u>

Direcção Financeira
A Directora e Técnica Oficial de Contas
Maria de Fátima Gomes de Sousa Nobre





Capital Próprio e Passivo

Unidade: Escudo

Notas	Exercício	
	1998	1997
36/37/40 Capital próprio		
Capital	67.950.000.000	67.950.000.000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(158.999.039)	(76.611.515)
Reservas:		
40.a Reservas Legais	3.228.112.160	2.082.312.160
Outras Reservas	67.926.491.946	67.926.491.946
40.c Resultados transitados	588.106	3.385.946.114
Subtotal	138.946.193.173	141.268.138.705
Resultado líquido do exercício	33.124.469.043	22.915.504.861
Total do Capital Próprio	172.070.662.216	164.183.643.566
Passivo		
03.h.I/34 Provisões para riscos e encargos		
Provisões p/reformas antecipadas	13.053.100.985	10.154.625.378
Outras provisões p/riscos e encargos	26.057.626.000	18.249.876.800
	39.110.726.985	28.404.502.178
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo		
48.h Empresas do Grupo - Empréstimos	49.958.599.346	62.448.249.170
29 Outros credores	5.936.924.088	5.629.705.625
03.a.III Conta de regularização (DL 344-B/82)	3.125.441.736	3.760.689.053
	59.020.965.170	71.838.643.848
Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
Dívidas a instituições de crédito	2.594.332.630	2.422.513.855
Fornecedores c/c	15.507.161.379	13.844.641.770
Fornecedores - Fact. em recepção e conf.	2.329.888	11.311.435
48.h Empresas do Grupo - Empréstimos	12.489.649.824	12.489.649.824
Fornecedores de imobilizado c/c	2.581.485.594	2.058.520.240
48.j Estado e outros entes públicos	16.067.827.406	13.857.849.401
48.c Outros credores	1.699.361.652	9.201.116.073
	50.942.148.373	53.885.602.598
48.b Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de custos	3.842.604.820	7.361.360.993
Proveltos diferidos	61.724.649.811	54.383.664.950
	65.567.254.631	61.745.025.943
Total do Passivo	214.641.095.159	215.873.774.567

página 043

Total do Capital Próprio e do Passivo

385.711.757.375

380.057.418.133

O Conselho de Administração:
 Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
 João José Gomes de Aguiar
 Carlos Manuel do Carmo Brandão
 José Celestino de Oliveira Rocha
 António Eduardo da Silva Oliva

Demonstração dos Resultados do Exercício de 1998

Custos e Perdas

Unidade: Escudo

Notas	Exercício		
	1998	1997	
41	Custo das existências vendidas e consumidas		
	Electricidade	131.155.753.236	128.053.613.719
	Material Diversos	7.988.374.056	7.670.363.826
		139.144.127.292	135.723.977.545
	Fornecimentos e serviços externos	11.480.122.036	11.626.839.203
	Custos com o pessoal:		
	Remunerações		
43	Remuneração dos órgãos sociais	32.930.043	29.061.648
	Remuneração do pessoal	14.662.451.886	14.018.364.317
	Encargos sociais:		
03.h	Complemento de pensões de reforma	769.983	1.925.794
	Prémios para pensões	561.483.215	1.168.500.000
	Encargos s/remunerações	3.483.819.881	3.410.761.701
	Custos de acção social	1.962.195.008	1.915.136.687
	Outros	1.642.279.475	1.335.278.109
		22.345.929.491	21.879.028.256
10.b	Amortizações do exercício	21.990.551.649	21.478.771.367
34	Provisões do exercício	2.383.852.730	3.098.446.358
		24.374.404.379	24.577.217.725
	Impostos:		
	Impostos indirectos	80.172.883	70.988.759
	Impostos directos	19.275.689	9.848.553
03.a.III	Rendas de concessões	8.385.252.000	7.965.072.000
	Outros custos e perdas operacionais	124.685.498	138.121.862
		8.609.386.070	8.184.031.174
	A - Custos e Perdas Operacionais	205.953.969.268	201.991.093.903
45	Custos e perdas financeiras		
45.a	Juros	3.604.474.436	4.868.867.654
	Perdas em Emp. do Grupo e Associadas	85.047	4.857.464
	Diferenças de câmbio (Desfavoráveis)	61.148	2.340.156
	Out. custos e perdas financ. e similares	1.340.581	1.930.235
		3.605.961.212	4.877.995.509
	C - Custos e Perdas Correntes	209.559.930.480	206.869.089.412
46	Custos e perdas extraordinárias		
	Dívidas incobráveis	512.765.787	60.944.109
	Perdas em existências	10.032.683	9.452.089
	Perdas em imobilizações	117.556.094	93.912.580
	Correcções exercícios anteriores	648.581.577	15.929.166
	Outros custos e perdas extraordinárias	8.471.757.032	8.081.668.442
		9.760.693.173	8.261.906.386
	E - Custos e Perdas do Exercício	219.320.623.653	215.130.995.798
48.j	Imposto sobre o rendimento do exercício	15.114.877.821	13.097.635.716
	G - Custos Totais	234.435.501.474	228.228.631.514
	Resultado líquido do exercício	33.124.469.043	22.915.504.861
	TOTAL	267.559.970.517	251.144.136.375
	Resultados Operacionais (B)-(A)		
	Resultados Financeiros [(D)-(B)]-[(C)-(A)]		
	Resultados Correntes (D)-(C)		
	Resultados Antes dos Impostos (F)-(E)		
	Resultado líquido do Exercício (F)-(G)		

página 044



Direcção Financeira
 A Directora e Técnica Oficial de Contas
 Maria de Fátima Gomes de Sousa Nobre



Proveitos e Ganhos

Unidade: Escudo

Notas	Exercício		
	1998	1997	
44	Vendas:		
	De energia eléctrica	233.433.486.208	221.668.036.218
	Outras	159.386.192	151.812.752
	Prestações de serviços	728.219.436	710.775.030
42	Variação da produção		
	Produtos e trabalhos em curso:		
	Existências finais	3.407.398	3.933.729
	Existências iniciais	3.933.729	(526.331)
		9.532.562	(5.598.833)
48.l	Trabalhos para a própria empresa		
	Proveitos suplementares	10.362.479.649	10.243.985.375
48.e	Subsídios à exploração		
	Outros proveitos e ganhos operacionais	495.926.044	504.912.072
		163.857.504	78.423.005
		48.165.672	39.571.410
	B - Proveitos e Ganhos Operacionais	245.390.994.374	233.391.917.029
45	Proveitos e ganhos financeiros		
45.b	Outros juros e proveitos similares		
	Ganhos em Emp. do Grupo e Associadas	2.078.176.338	2.099.675.730
	Diferenças de câmbio favoráveis	461.811.180	550.500.391
		5.106	2.539.992.624
		416.311	2.650.592.432
	D - Proveitos e Ganhos Correntes	247.930.986.998	236.042.509.461
46	Proveitos e ganhos extraordinários		
	Ganhos em Imobilizações	53.541.243	86.241.522
	Reduções de amortizações e de provisões	14.761.985.337	5.474.592.979
	Correcções relativas a exercícios anteriores	180.208.763	25.095.136
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	4.633.248.176	19.628.983.519
		9.515.697.277	15.101.626.914
	F - PROVEITOS TOTAIS	267.559.970.517	251.144.136.375
		39.437.025.106	31.400.823.126
		(1.065.968.588)	(2.227.403.077)
		38.371.056.518	29.173.420.049
		48.239.346.864	36.013.140.577
		33.124.469.043	22.915.504.861

O Conselho de Administração:
 Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
 João José Gomes de Aguiar
 Carlos Manuel do Carmo Brandão
 José Celestino de Oliveira Rocha
 António Eduardo da Silva Oliva

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

00 - Nota Introdutória

a) Objecto e detentores do capital

A EN – Electricidade do Norte, S.A., resultou da cisão da EDP em harmonia com o disposto no DL 7/91, de 8 de Janeiro e 131/94, de 19 de Maio, aprovada em assembleia geral de accionistas de 18 de Agosto de 1994, e tem por objecto o estabelecimento e a exploração do serviço público de distribuição e venda de energia eléctrica nas áreas onde se encontra legalmente autorizada.

O capital social da EN - Electricidade do Norte, S.A., de 67 950 milhões de contos, é detido totalmente pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A., tendo sido integralmente realizado em espécie por bens activos e passivos.

b) Regime de preços de venda de energia eléctrica

Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas), são fixados por convenção negociada entre o Grupo EDP e a Direcção Geral da Concorrência e Preços, nos termos do Decreto-Lei n.º 18-A/89, de 12 de Janeiro.

c) Regime de preços de compra de energia eléctrica

As condições de aquisição de energia eléctrica à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. foram estabelecidas no documento "Sistema tarifário Transporte-Distribuição 1995; Regras de

Facturação e Preços", elaborado e posto em aplicação pela EDP, S.A..

As condições de aquisição de energia eléctrica a terceiros são reguladas pelos Decretos-Lei 189/88 de 27 de Maio, 186/95 de 27 de Julho e 313/95 de 24 de Novembro.

d) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em Baixa Tensão está atribuído aos municípios. A Empresa no entanto, procede à distribuição de energia eléctrica neste nível de tensão, com base em contratos de concessão estabelecidos com os municípios da sua área de exploração.

Esta concessão tem como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes. (nota 03.a.III).

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão de distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração da Empresa.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas (notas 03.a. III e 10.c.II), sendo as mesmas compensadas por





uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (nota 03.a.III).

e) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas omitidas ou não são aplicáveis à empresa ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

Os valores indicados são expressos em Escudos, salvo quando se indique unidade diferente.

01 - Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e na base da continuidade das operações da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Atendendo à entrada em vigor no exercício de 1998 da Directriz Contabilística nº 19 –Benefícios de Reforma, a Empresa procedeu à alteração da sua norma de contabilização

de benefícios de reforma, passando a adoptar a referida norma e abandonando as normas USA FAS 87 Employers' Accounting For Pensions e FAS 106 Employers' Accounting For Postretirement Benefits Other Than Pensions.

O efeito da aplicação desta alteração, traduziu-se na relevação contabilística das "responsabilidades passadas ainda não reconhecidas como custo", efectuada através de Resultados Transitados por contrapartida em Provisões no montante de 6 251 100 contos e, dos "ganhos e perdas actuariais", efectuada através de Resultados Extraordinários do Exercício por contrapartida em Provisões no montante de 2 310 495 de contos.

03 - Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações Corpóreas

1) Imobilizações de propriedade da EN

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores de custo que resultaram do processo de reestruturação da EDP, S.A. em referência a 1 de Janeiro de 1994 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura.

As amortizações são calculadas pelo método de quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do artº 39 do Estatuto da EDP, por despacho do Secretário de Estado de Energia e Indústrias de Base de 79.02.01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (nota 46), pela amortização das comparticipações registadas em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios para Investimento, efectuada durante um período de trinta anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do exercício no ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidos para custos do exercício num período máximo de seis anos (nota 48.b.I)

II) Imobilizações em regime de locação financeira

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidas no Balanço. Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos nos valores das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

III) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, conforme referido na alínea d) da nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela Empresa.

Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em Imobilizações Corpóreas (nota 10), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da sua avaliação à data do encontro de contas entre os municípios e a EDP e das diversas



reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais, líquidos das amortizações acumuladas.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (nota 46), pela redução em igual montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores - Conta de Regularização do DL 344-B/82).

Pela exploração deste património são pagas rendas de concessão às Autarquias concedentes. Os períodos de concessão vigoram, de um modo geral, por um prazo de vinte anos, renovável, podendo a concessão ser revogada mediante aviso prévio de dezoito meses.

b) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros, em partes de capital em associadas, são contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística.

c) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas ao exterior,

e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio ponderado.

d) Dívidas a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira relacionam-se inteiramente com aquisições para investimento e conservação da rede de distribuição e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações.

No final do ano, os saldos a pagar em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do balanço (nota 04), sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas em Resultados do Exercício.

e) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias e levantamentos de informação das redes eléctricas para o Sistema de Gestão de incidentes (SGI) são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidos para resultados no período máximo de seis anos.

No exercício de 1997 foram também contabilizados nesta rubrica 800 000 contos pagos à C.M. Santo Tirso referentes à prorrogação do contrato de concessão. De conformidade com a Directriz Contabilística n.º 4/91, estes custos são

transferidos para resultados durante o prazo do referido contrato (nota 48.b).

f) Encargos Financeiros

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a imobilizações em curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (nota 11).

g) Encargos de Estrutura

Os encargos gerais de estrutura (incluindo os custos de gestão da Holding) são repartidos entre o investimento e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao Investimento imputada aos diversos empreendimentos em curso.

h) Pensões e Encargos Associados

A Empresa procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº 19.

A empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que

excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Para este efeito o Grupo EDP constituiu um Fundo de Pensões autónomo, comum a todas as Empresas do Grupo, para o qual foi transferida a totalidade das responsabilidades passadas existentes em 98.12.31. A Empresa continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício.

Os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela passagem à situação de reforma antecipada, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Os trabalhadores da Empresa ao passarem à situação de reforma mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

i) Provisões para Revisão da Contratação Colectiva e para Racionalização de Recursos Humanos

Foi decidido criar em 1997 estas provisões para ocorrer aos encargos decorrentes da reestruturação da Empresa, prevista no Plano Estratégico da EDP.

A Provisão para Racionalização de Recursos Humanos foi reforçada no montante de 3 926 229 contos e utilizada no montante de 673 103 contos correspondendo





a indemnizações pagas em processos de rescisão negociada e em incentivos para antecipação da data de passagem à situação de reforma antecipada ou de pré-reforma.

j) Provisões para Dívidas Consolidadas de Autarquias

No presente exercício alterou-se o critério do cálculo da provisão para dívidas consolidadas de Autarquias com acordo de pagamento, passando a ser feito para a dívida financeiramente actualizada à data final do exercício.

l) Correção de Hidraulicidade

A Correção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (DL n.º 338/91) de compensação dos custos variáveis de produção de energia eléctrica induzidos pela variabilidade hidrológica, sendo gerido globalmente para a totalidade do Grupo EDP.

Neste mecanismo compete às Empresas de Distribuição o reconhecimento de uma parcela, bonificação (proveito) ou agravamento (custo), que corresponde ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo da Correção de Hidraulicidade, a prazo de 10 anos, igual a um adequado nível de referência.

04 - Câmbios Utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão

dos saldos a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal - cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1998/12/31:

ESP.....1,2049

FRF.....30,563

06 - Imposto Sobre o Rendimento

O Grupo EDP é tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início no exercício de 1994.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos (dez para a Segurança Social).

Deste modo as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1994 a 1998, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1998.

A Empresa não tem por política reconhecer contabilisticamente o eventual efeito das diferenças temporárias entre activos e passivos numa base fiscal e contabilística.

07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 4 045 (1997: 4 272), não existindo assalariados.

08 - Despesas de Instalação

Esta rubrica inclui custos com o registo comercial e com a mudança da sede social da Empresa.

10. Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de Instalação	24.532.390					24.532.390
Total (1)	24.532.390					24.532.390
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	28.772.817.383				(62.685.990)	28.710.131.393
Subtotal (2.1)	28.772.817.383				(62.685.990)	28.710.131.393
Imobilizações Próprias EN						
Terrenos e Recursos Naturais	4.798.046.491		64.429.187			4.862.475.678
Edifícios e Outras Construções	7.526.737.035		12.491.374	(104.788.315)		7.434.440.094
Equipamento Básico	561.984.540.882		24.762.580.310	(63.266.486)	(617.659.179)	586.066.195.527
Equipamento Técnico Específico	561.502.470.298		24.729.182.838	(63.266.486)	(616.423.400)	585.551.963.250
Distribuição de Electricidade	561.502.470.298		24.729.182.838	(63.266.486)	(616.423.400)	585.551.963.250
Outro Equipamento Básico	482.070.584		33.397.472		(1.235.779)	514.232.277
Equipamento de Transporte	2.810.875.909		283.253.057	(132.741.565)	(72.154.963)	2.889.232.438
Ferramentas e Utensílios	506.240.190		11.353.336	(517.153)	(25.149.211)	491.927.162
Equipamento Administrativo	3.227.209.593		146.472.307	(1.166.939)	(33.204.001)	3.339.310.960
Diferenças de Câmbio	569.216.539					569.216.539
Outras Imobilizações Corpóreas	116.161.585		18.965.346	(258.000)	(18.364.368)	116.504.563
Subtotal (2.2)	581.539.028.224		25.299.544.917	(302.738.458)	(766.531.722)	605.769.302.961
Imobilizações em Curso	9.315.518.046		16.949.944.386		(20.477.806.661)	5.787.655.771
Adiantamento p/c de Imobilizações em curso			67.393.983		(9.455.182)	57.938.801
Subtotal (2.3)	9.315.518.046		17.017.338.369		(20.487.261.843)	5.845.394.572
Total (2)	619.627.363.653		42.316.883.286	(302.738.458)	(21.316.479.555)	640.325.028.926
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de Capital em Empresas do Grupo	7.631.215.127	(166.304.317)				7.464.910.810
Total (3)	7.631.215.127	(166.304.317)				7.464.910.810
Total Geral (1)+(2)+(3)	627.283.111.170	(166.304.317)	42.316.883.286	(302.738.458)	(21.316.479.555)	647.814.472.126





10. Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

b) Amortizações

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Reforços	Regularização e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação	9.350.018		4.906.476		14.256.494
Total (1)	9.350.018		4.906.476		14.256.494
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	25.012.128.330		635.247.317	(62.685.990)	25.584.689.657
Subtotal (2.1)	25.012.128.330		635.247.317	(62.685.990)	25.584.689.657
Imobilizações Próprias EN					
Edifícios e Outras Construções	3.355.496.724		144.026.834	(73.779.473)	3.425.744.085
Equipamento Básico	277.809.020.517		20.696.433.786	(543.288.824)	297.962.165.479
Equipamento Técnico Específico	277.424.929.244		20.673.985.598	(538.702.573)	297.560.212.269
Distribuição de Electricidade	277.424.929.244		20.673.985.598	(538.702.573)	297.560.212.269
Outro Equipamento Básico	384.091.273		22.448.188	(4.586.251)	401.953.210
Equipamento de Transporte	2.255.527.752		235.405.908	(186.406.731)	2.304.526.929
Ferramentas e Utensílios	460.591.919		19.249.250	(23.958.965)	455.882.204
Equipamento Administrativo	2.432.074.509		237.661.236	(34.430.842)	2.635.304.903
Diferenças de Câmbio	80.624.898		18.977.472		99.602.370
Outras Imobilizações Corpóreas	52.222.035		4.669.023	(7.358.158)	49.532.900
Subtotal (2.2)	286.445.558.354		21.356.423.509	(869.222.993)	306.932.758.870
Total (2)	311.457.686.684		21.991.670.826	(931.908.983)	332.517.448.527
Total Geral (1)+(2)	311.467.036.702		21.996.577.302	(931.908.983)	332.531.705.021

Os reforços das amortizações incluem 6 025 653 escudos referentes a amortizações de imobilizado cedido por outras Empresas do Grupo tendo sido de 21 990 551 649 escudos as amortizações do exercício.

distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão transferidos das autarquias locais em regime de concessão. Estes patrimónios, embora explorados pela EN, continuam propriedade das autarquias, totalizando em 31 de Dezembro de 1998:

c) Observações

I) Nas imobilizações próprias, o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a distribuição de energia eléctrica e os respectivos terrenos, edifícios e instalações que lhes estão afectos.

II) As imobilizações corpóreas do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à

Imobilizado	28 710 131 393
Amortizações	25 584 689 657
Valor Líquido	3 125 441 736

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade da EN para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos municípios (nota 48 d).

11 - Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na nota 03.f, foram capitalizados no exercício em Imobilizações em Curso juros de financiamento nos seguintes montantes:

Rubricas	Juros de Financiamento	
	1998	1997
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO		
Edifícios e Outras Construções	3.548.977	2.999.969
Equipamento Básico	385.656.221	500.364.669
Equipamento Técnico Específico	385.656.221	500.364.669
Distribuição de Electricidade	385.656.221	500.364.669
Estudos e Projectos	34.842.106	34.079.496
Total	424.047.304	537.444.134

12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas pela EDP, ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78 Decreto-Lei nº 171/85 Decreto-Lei nº 7/91
 Decreto-Lei nº 219/82 Decreto-Lei nº 118-B/86 Decreto-Lei nº 49/91
 Decreto-Lei nº 399-G/84 Decreto-Lei nº 111/88 Decreto-Lei nº 264/92

Em consequência da reestruturação da EDP e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

14 - Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos)

	1998	1997
Afectas à Distribuição de Electricidade	287.991.750.981	284.077.541.054
Não específicas	10.784.229.096	10.959.759.928
Implantadas em propriedade alheia	60.564.014	56.168.888
Reversíveis (*)	3.125.441.736	3.760.689.053

(*) As imobilizações reversíveis correspondem aos patrimónios afectos à Distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão em regime de concessão, transferidos das Autarquias Locais.

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício

	1998	1997
Juros de financiamento	424.047.304	537.444.134





15 - Bens Utilizados em Regime de Locação Financeira

Os bens utilizados em regime de locação financeira são exclusivamente Equipamento de Transporte.

Rubricas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento de Transporte	35.354.569	5.181.105	30.173.464

Pagamentos futuros:

Rubricas	Amortização do Capital em Dívida	Encargos Financeiros	IVA	Total
Equipamento de Transporte	26.130.886	1.582.011	4.711.199	32.424.096

16 - Investimentos Financeiros

Unidade: Escudo

Firma e Sede	Capital detido %	Capitais Próprios	Resultado do exercício	
			Ano	valor
EMPRESAS DO GRUPO				
HDN - Energia do Norte, S.A. Rua do Caíres, 292-1º-Eº BRAGA	100%	7.092.072.033	1998	295.124.014
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP (à Rua Cidade de Goa) SACAVÉM	10%	2.107.028.879	1998	1.412.153.412
LABELEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A. Rua Cidade de Goa, 4 SACAVÉM	5%	803.366.448	1998	211.666.228
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua Cova da Moura, 2-4º LISBOA	10%	159.143.988	1998	(850.475)
SÁVIDA - Medicina Apoiada, S.A. Avº Casal Ribeiro, 15-6º LISBOA	10%	207.149.226	1998	71.124.053
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36 PORTO	5%	1.016.043.816	1998	134.253.108
PROET - Proj. Engenharia Tecnologia, S.A. Avº Estados Unidos da América, 55-2º LISBOA	5%	690.465.873	1998	21.050.384
OPTET - Emp. Telecom. Globals, S.A. Avº José Malhoa, Lote A/13 LISBOA	0.02%	5.000.000	1998	
O93X - Telecomunicações Celulares, S.A. Avº José Malhoa, Lote A/13 LISBOA	0.02%	5.000.000	1998	

A consolidação de contas é feita pela
EDP – Electricidade de Portugal, S.A.,
com sede na Avenida José Malhoa,
Lote A/13 - LISBOA.





22 - Valor das Existências que se encontram fora da Empresa

	1996	1997
Materiais diversos em trânsito	169.040	1.444.271
Materiais à guarda de terceiros		2.350.823
Total	169.040	3.795.094

23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

	1996	1997
Clientes C/C - Autarquias locais		
Dívida consolidada em 31/12/88 sem acordo	12.628.686.412	12.628.686.412
Clientes de cobrança duvidosa	14.883.322.233	14.964.339.735
Outros Devedores	2.885.919.117	2.900.906.248
Total	30.397.927.762	30.493.932.395

25 - Valores a Receber e a Pagar do e ao Pessoal

	1996	1997
A receber do Pessoal	31.107.681	30.051.881
A pagar ao Pessoal	1.755.172	389.398

Dos valores a receber constam 7 727 contos de adiantamentos de remunerações a regularizar aquando do seu processamento e 12 890 contos de adiantamentos para assistência médica a trabalhadores do activo e a reformados.

28 - Dívidas Vencidas ao Estado e Outros Entes Públicos

A empresa não tem dívidas em mora ao Estado e outros Entes Públicos, incluindo à Segurança Social.

29 - Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo

	1998		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos (Holding)	49.958.599.346		49.958.599.346
Outros credores		5.936.924.088	5.936.924.088
Cauções recebidas de clientes		5.936.924.088	5.936.924.088
Conta de regularização - (DL 344-B/82)	1.426.391.966	1.699.049.770	3.125.441.736
	51.384.991.312	7.635.973.858	59.020.965.170

	1997		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos (Holding)	62.448.249.170		62.448.249.170
Outros credores		5.629.705.625	5.629.705.625
Cauções recebidas de clientes		5.629.705.625	5.629.705.625
Conta de regularização - (DL 344-B/82)	1.621.326.850	2.139.362.203	3.760.689.053
	64.069.576.020	7.769.067.828	71.838.643.848

31 - Compromissos Financeiros que não constam no Balanço

a) A responsabilidade por letras descontadas ascende a 8 500 contos.

b) A responsabilidade por encomendas não satisfeitas para imobilizado é de 906 712 contos.

c) Pensões e Encargos Associados

A responsabilidade actual projectada para a data prevista para a reforma é, em 31 de Dezembro de 1998, de 54 188 milhares de contos no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas e de 21 068 milhares de contos no que respeita a Actos Médicos, encontrando-se ambas integralmente cobertas, quer por activos do Fundo de Pensões de 40 433 milhares de contos, quer por provisões.

No exercício foram reconhecidos os seguintes custos operacionais (em milhares de contos):

	Pensões	Actos Médicos
Custo dos serviços correntes	871.8	631.7
Custo dos juros	2.969.5	1.247.6
Retorno dos activos do Fundo de Pensões	(3.136.5)	--
Ganhos e perdas actuariais	(143.3)	(70.1)

Pressupostos utilizados no estudo actuarial realizado no exercício de 1998:

Taxa anual de desconto	6,5%
Taxa anual de rendimento	8,0%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada	40,0%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,5%
Taxa anual de crescimento do total das pensões	2,5%
Taxa anual de crescimento das pensões da segurança social	2,25%
Taxa de inflação	2,0%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1998	6,0%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1999 e anos seguintes	5,0%





32 - Responsabilidades Contingentes

a) Garantias prestadas a terceiros.

A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 157 498 contos.

Daquele valor destaca-se a garantia entregue em numerário à Sãvida, por serviços médicos, no montante de 147 946 contos. O restante é constituído, na sua quase totalidade, por garantias bancárias prestadas a Tribunais e ao Estado e Organismos Oficiais. Não existem garantias reais.

b) Garantias solidárias

Atendendo a que na reestruturação da EDP, S.A., e consequente cisão, realizada no exercício de 1994, o endividamento financeiro continuou a ser detido pela EDP, S.A., embora os activos que juridicamente o suportavam tivessem sido transferidos para as empresas "nucleares" então constituídas, tornou-se necessária a emissão por estas de garantias solidárias a favor de entidades credoras de parte da dívida financeira externa. O valor destas garantias ascende, no final do exercício de 1998, a 103 643 milhares de contos.

34 - Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
PROVISÕES P/COB. DUVIDOSAS	52.219.895,539	574.652,730	11.171.184,949	41.623.363,320
Para dívidas de clientes	50.980.068,046	335.470,343	11.081.717,672	40.233.820,717
Para outras dívidas de terceiros	1.239.827,493	239.182,387	89.467,277	1.389.542,603
PROVISÕES P/RISCOS E ENCARGOS	28.404.502,178	14.297.025,195	3.590.800,388	39.110.726,985
Reformas Antecipadas	10.154.625,378	5.222.100,985	2.323.625,378	13.053.100,985
Actos Médicos	16.513.376,800	5.148.695,210	594.072,010	21.068.000,000
Revisão Contratação Colectiva	21.000,000			21.000,000
Racionalização de Recursos Humanos	1.715.500,000	3.926.229,000	673.103,000	4.968.626,000
Total	80.624.397,717	14.871.677,925	14.761.985,337	80.734.090,305

A redução da provisão para dívidas de clientes inclui o valor de 10 429 115 contos em virtude de se ter efectuado a actualização financeira com referência a 31/12/98 de Autarquias com Acordos efectuados em 1997 (nota 03.j).

O valor das provisões para outras dívidas de terceiros inclui 1 243 723 contos para dívidas de autarquias garantidas por património actualmente desvalorizado neste montante.

35 - Realização do Capital Social da Empresa

O capital social da EN - Electricidade do Norte, S.A., de 67 950 milhares de contos foi subscrito na totalidade pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A., e integralmente realizado em espécie por bens activos e passivos, em 1994.

36 - Capital - Número de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 67 950 000 acções escriturais nominativas de 1 000 escudos cada.

37 - Capital - Detentores

O capital é detido em 100% pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A..





40 - Movimento dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	67.950.000.000			67.950.000.000
Ajustamentos de partes de Capital	(76.611.515)	87.670.392	170.057.916	(158.999.039)
Reservas				
Reserva Legal	2.082.312.160	1.145.800.000		3.228.112.160
Reservas Livres	67.926.491.946			67.926.491.946
Resultados Transitados	3.385.946.114	22.915.504.861	26.300.862.869	588.106
Resultado Líquido do Exercício	22.915.504.861	33.124.469.043	22.915.504.861	33.124.469.043
Total	164.183.643.866	57.273.444.296	49.386.425.646	172.070.662.216

a) A Reserva Legal não está, ainda, totalmente constituída nos termos da Lei, pelo que, no mínimo, 5% dos lucros a apropriar destinar-se-ão à sua dotação. Em 1994 a dotação efectuada foi de 10% e em 1995, 1996 e 1997 de 5%.

Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento de Capital.

b) A Reserva Livre incluída nos capitais próprios da Empresa representa o património

líquido, transferido para a EN no acto da reestruturação da EDP, S.A., não coberto por capital social.

Na constituição da Empresa a parte do património líquido não coberta pelo Capital Social ficou a constituir uma Reserva considerada equivalente, apenas para este efeito, a um "Prémio de Emissão".

c) O movimento do exercício dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo Inicial	3.385.946.114
Transferência do resultado do exercício de 1997	22.915.504.861
Por aplicação em:	
Reserva Legal	1.145.800.000
Dividendos	17.900.000.000
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	50.870.000
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	833.800.000 (19.930.470.000)
Regularizações Diversas	(6.370.392.869)
Saldo Final	588.106

41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Electricidade	Mat.-Primas, Subsidiárias e de Consumo Mat. Diversos	Total
Existências Iniciais		863.256.762	863.256.762
Compras e Produções Internas	131.155.753.236	8.104.996.806	139.260.750.042
Regularização de Existências		(8.919.657)	(8.919.657)
Existências Finais		970.959.855	970.959.855
Custo do Exercício	131.155.753.236	7.988.374.056	139.144.127.292

42 - Variação da Produção (Produtos e Trabalhos em Curso)

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

	1996	1997
Existências finais	3.407.398	3.933.729
Existências iniciais	3.933.729	9.532.562
Variação do exercício	(526.331)	9.532.562

43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

	1996	1997
Conselho de Administração	32.460.243	26.605.848
Fiscal Único (a)	5.033.490	4.939.592
Mesa da Assembleia Geral	469.800	455.800
Total	37.963.533	34.001.240

(a) R elevado na conta 62





44 - Vendas e Prestações de Serviços

	Exercício			
	1998		1997	
(a) Vendas				
(a.1) de energia eléctrica				
em Alta Tensão	10.753.677.286		10.331.719.290	
em Média Tensão	64.784.709.681		62.492.027.122	
em Balxa Tensão (>39,6 kva)	16.768.038.192		15.848.293.442	
em Baixa Tensão	135.319.236.631		127.728.712.953	
em Baixa Tensão (Iluminação Pública)	5.807.824.418	233.433.486.208	5.267.283.411	221.668.036.218
(a.2) Outras				
Materiais Diversos		159.386.192		151.812.752
(b) Prestações de Serviços				
de Electricidade	372.238.821		388.054.779	
de Outros	355.980.615	728.219.436	322.720.251	710.775.030
		234.321.091.836		222.530.624.000

45 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas

	Exercício	
	1998	1997
Juros Suportados	3.604.474.436	4.868.867.654
Perdas em Emp. do Grupo e Assoc.	85.047	4.857.464
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	61.148	2.340.156
Outros Custos e Perdas Financeiras	1.340.581	1.930.235
Resultados financeiros	(1.065.968.588)	(2.227.403.077)
	2.539.992.624	2.650.592.432

Proveitos e Ganhos

	Exercício	
	1998	1997
Juros Obtidos	1.034.876.114	1.055.524.798
Ganhos em Empresas do Grupo e Assoc.	461.811.180	550.500.391
Rendimentos de Imóveis	2.525.796	2.695.424
Diferenças de Câmbio Favoráveis	5.106	416.311
Rendimentos de Part. Capital Emp. Grupo		
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	151.238.814	167.192.641
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	889.535.614	874.262.867
	2.539.992.624	2.650.592.432

a) A rubrica de Juros Suportados inclui entre outros os seguintes montantes:

	1998	1997
Juros de empréstimos	3.603.316.758	4.867.441.945

b) A rubrica de Juros Obtidos inclui entre outros os seguintes montantes:

	1998	1997
Juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE, por atraso no pagamento de facturas	175.118.154	189.343.573
Juros de empréstimos concedidos	164.645.285	222.406.582
Juros de gestão de tesouraria	695.032.329	643.491.996

c) A rubrica Outros Proveitos e Ganhos Financeiros inclui o montante de 888 078 contos referentes a compensações debitadas a clientes de Baixa Tensão por motivo de atraso na liquidação de facturação.





46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas

	Exercício	
	1998	1997
Donativos	1.993.000	5.531.463
Dívidas Incobráveis	512.765.787	60.944.109
Perdas em Existências	10.032.683	9.452.089
Perdas em Imobilizações	117.556.094	93.912.580
Multas e Penalidades	631.057	172.214
Correcções Relativas a Exerc.Ant.	648.581.577	15.929.166
Outros Custos e Perdas Extraordinárias:		
Insuficiência Estim. p/ Impostos	97.828.798	
Prémios Extraord. p/ Pensões	701.899.015	1.342.600.000
Indemnizações por Despedimento	454.103.000	31.750.000
Prov. p/ Reformas Antecipadas	1.442.040.000	
Reg.Patrim. Reg. DL 344-B/82		3.436.736.987
Prov. p/ Actos Médicos	868.455.210	
Prov. p/ Rev.Contratação Colectiva		21.000.000
Prov. p/ Racion. de Rec. Humanos	3.926.229.000	1.715.500.000
Cust. c/ Pessoal - Cx. Crist. Magalhães	567.607.090	571.247.235
Cust.c/ Pes. - Cx. G. Aposentações	387.517.192	393.251.139
Regulariz.SEGEC - 3.ª fase	(232.880)	543.762.570
Outros	23.686.550	20.116.834
	9.760.693.173	8.261.906.386
Resultados Extraordinários	9.868.290.346	6.839.720.528
	19.628.983.519	15.101.626.914

Proveitos e Ganhos

	Exercício	
	1998	1997
Recuperação de Dívidas	58.106	396.390
Ganhos em Existências	817.641	1.657.081
Ganhos em Imobilizações	53.541.243	86.241.522
Benefícios de Penalidades Contratuais	2.965.723	393.500
Reduções de Amortizações e Provisões	14.761.985.337	5.474.592.979
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	180.208.763	25.095.136
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários:		
Excesso de Estim. p/ Impostos		80.293.726
Em Subsídios para Investimento	2.513.834.169	2.186.198.500
Compensação de Amortiz. DL 344 - B/82	635.247.317	680.857.722
Reg.Patrim. Reg. DL 344 - B/82		1.865.428.714
Correcção de Hidraulicidade-bonificação	1.376.151.001	4.590.662.157
Outros	104.174.219	109.809.487
	19.628.983.519	15.101.626.914

a) Os valores registados em 1997 nas rubricas de Reg.Pat. DL 344-B/82, resultaram dos acordos de dívida celebrados com Câmaras Municipais pelos quais foram transferidos para a EN patrimónios daquelas autarquias. Referem-se a regularização de amortizações (Custos) e dos acréscimos por

reavaliação (Proveitos) efectuadas no período compreendido entre a data da sua integração na EDP e a assinatura do referido acordo.

b) No exercício de 1998, decorreu do mecanismo de hidraulicidade, a contabilização de 1 376 151 contos (Nota 03.I).

48 - Outras Informações

a) Clientes

O montante da rubrica Autarquias - Dívida Consolidada em 31/12/1988 é mostrado líquido da compensação de débitos relacionados com

patrimónios em integração a transferir para a EN (alínea d) desta mesma nota.

b) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço

	Exercício	
	1998	1997
Acréscimos de proventos		
Energia a fact., por cons. ocorridos até à data do balanço	6.887.594.467	6.759.748.835
Outros acréscimos de proventos		4.045.760
	<u>6.887.594.467</u>	<u>6.763.794.595</u>
Custos diferidos		
Reparações e beneficiações do imobilizado	4.452.901	8.899.741
Levantamentos de Redes Eléctricas para o SGI	423.871.986	565.136.922
Outros encargos de concessão (C.M. Sto. Tirso)	705.882.352	752.941.180
Outros custos diferidos	929.860	1.260.217
	<u>1.135.137.099</u>	<u>1.328.238.060</u>
Acréscimos de custos		
Férias e subsídio de férias	2.305.759.716	2.293.601.933
Compras e aquisições a Empresas do Grupo	700.089.145	3.678.325.000
Outros acréscimos de custos	836.755.959	1.389.434.060
	<u>3.842.604.820</u>	<u>7.361.360.993</u>
Proventos diferidos		
Subsídios para investimento	61.724.649.811	54.383.664.950
I) Reparações e Beneficiações de Imobilizado		
Os movimentos na rubrica reparações e beneficiações de Imobilizado foram os seguintes:		
Saldo inicial	8.899.741	13.346.587
Transferência para resultados	4.446.840	4.446.846
	<u>4.452.901</u>	<u>8.899.741</u>
II) Levantamento de Redes Eléctricas para SGI.		
Os movimentos na rubrica levantamento de redes eléctricas para SGI foram os seguintes:		
Saldo inicial	565.136.922	706.401.836
Transferência para resultados	141.264.936	141.264.914
	<u>423.871.986</u>	<u>565.136.922</u>
III) Outros encargos de concessão (nota 03.e)		
Os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:		
Saldo inicial	752.941.180	
Aumentos		800.000.000
Transferência para resultados	47.058.828	47.058.820
	<u>705.882.352</u>	<u>752.941.180</u>

IV) Os subsídios para investimento recebidos no exercício ascendem a 9 854 819 contos, sendo 368 893 contos de fundos comunitários da UE,

5 127 975 contos de participações financeiras de Clientes e o restante, de 4 357 951 contos, de participações em espécie.





c) Outros Devedores e Credores - a curto prazo

Decomposição dos saldos evidenciados
no Balanço:

	Exercício	
	1998	1997
Outros Devedores		
Empresas do Grupo		
Devedores por fornec. de outros bens e prest. de serviços	18.259.297	9.224.566
Sistema Financeiro (Holding/DFN)	14.011.580.128	16.056.800.659
Devedores diversos a)	9.291.838.835	10.492.729.418
	<u>23.321.678.260</u>	<u>26.558.754.643</u>
a) Inclui 9 104 842 149 de pagamento por conta do IRC		
Terceiros		
Devedores por fornec. de outros bens e prest. serviços	119.657.158	60.922.140
Devedores diversos	779.218.586	697.098.818
	<u>898.875.744</u>	<u>758.020.958</u>
Total	24.220.554.004	27.316.775.601
Outros Credores		
Empresas do Grupo		
Credores por fornec. de outros bens e prest. de serviços	382.547.571	426.775.208
Credores diversos	25.411.819	7.469.179.540
	<u>407.959.390</u>	<u>7.895.954.748</u>
Terceiros		
RDP - Taxas de radiodifusão	737.900.925	741.007.715
Cauções e retenções recebidas de fornecedores	85.980.067	79.654.886
Rendas de concessão	297.611.815	332.234.104
Credores diversos	169.909.455	152.264.620
	<u>1.291.402.262</u>	<u>1.305.161.325</u>
Total	1.699.361.652	9.201.116.073

O saldo na conta Sistema Financeiro (Holding/DFN) corresponde às disponibilidades da Empresa na Holding, resultantes dos fluxos reais e escriturais entre a Empresa e a Holding em conformidade com o esquema de funcionamento da função financeira no Grupo EDP.

d) Imobilizados em integração compensados

Os imobilizados em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração das dívidas até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Imobilizações Corpóreas do regime do Decreto-Lei 344-B/82).

As transferências destes valores para Imobilizações Corpóreas está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolo de regularização das dívidas a celebrar entre a EN e as autarquias (nota 10 c-II).

e) Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração referem-se, na totalidade, a subsídios recebidos de terceiros para alteração de traçados na rede de distribuição em exploração.

f) Trabalhos para a própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na
demonstração dos resultados

	1998	1997
Para Imobilizações em curso		
Consumo de materiais	6.149.260.931	5.803.222.942
Encargos directos internos	1.507.394.135	1.570.573.167
Encargos de estrutura (nota 03.g)	2.281.001.299	2.331.248.824
Encargos financeiros (nota 03.f)	424.047.304	537.444.134
Para produção interna de materiais	775.980	1.496.308
	<u>10.362.479.649</u>	<u>10.243.985.375</u>





g) Inventário de Participações Financeiras

	Saldo em 31.12.97				Ajustam. de partes de capital	Saldo em 31.12.98				Fracção de Capital Próprio
	Quant.	Valor Unitário Ajustado	Valor nominal	Valor		Quant.	Valor Unitário Ajustado	Valor nominal	Valor	
EMPRESAS DO GRUPO										
HDN										
Energia do Norte, S.A. Rua do Caires, 292-1º-Eº										
BRAGA	4.900.000	1.490	1.000	7.302.257.223	(210.185.190)	4.900.000	1.447	1.000	7.092.072.033	100%
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS										
EDINFOR										
Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP (à Rua Cidade de Goa)										
SACAVÉM	40.000	4.319	1.000	172.747.676	37.955.038	40.000	5.268	1.000	210.702.714	10%
LABELEC										
Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A. Rua Cidade de Goa, 4										
SACAVÉM	27.500	1.349	1.000	37.091.522	3.076.800	27.500	1.461	1.000	40.168.322	5%
MRH										
Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua Cova da Moura, 2-4º										
LISBOA	10.000	1.600	1.000	15.999.445	(85.047)	10.000	1.591	1.000	15.914.398	10%
SÁVIDA										
Medicina Apolada, S.A. Avª Casal Ribello, 15-6º										
LISBOA	11.500	1.536	1.000	17.661.686	3.053.236	11.500	1.801	1.000	20.714.922	10%
HIDRORUMO										
Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36										
PORTO	40.000	1.145	1.000	45.794.188	5.008.005	40.000	1.270	1.000	50.802.193	5%
PROET										
Proj. Engenharia e Tecnologia, S.A. Avª Est. Un. América, 55-2º										
LISBOA	32.250	1.230	1.000	39.661.387	(5.127.159)	32.250	1.071	1.000	34.534.228	5%
OPTEP										
Emp. Telecom. Globals, S.A. Avª José Malhoa, Lote A/13										
LISBOA	1	1.000	1.000	1.000		1	1.000	1.000	1.000	0,02%
O93X										
Telecom. Celulares, S.A. Avª José Malhoa, Lote A/13										
LISBOA	1	1.000	1.000	1.000		1	1.000	1.000	1.000	0,02%

h) Empresas do Grupo – Empréstimos

Movimento da dívida
da EN à Holding (em contos)

	1998	1997
I) Dívida		
Débito no início do ano	74.937.898	87.427.548
Amortização do ano	12.489.650	12.489.650
Débito no final do ano	62.448.248	74.937.898
II) Encargos da dívida		
Juros de financiamento	3.603.317	4.867.442

i) Empresas do Grupo – Empréstimos

Movimento da Dívida
da HDN à EN (em contos)

	1998	1997
I) Dívida		
Débito no início do ano	3.424.115	3.994.801
Amortização do ano	570.686	570.686
Débito no final do ano	2.853.429	3.424.115
II) Encargos da dívida		
Juros de financiamento	164.645	222.406





j) Estado e Outras Entidades Públicas

Decomposição dos Saldos evidenciados
no balanço

	1998	1997
Saldos Devedores		
Retenção na fonte a Terceiros	380.626	446.326
IVA a recuperar	77.363.223	4.251.363
Outros Impostos a reembolsar (ex.: Fundo Desemprego)		3.369.628
	<hr/>	<hr/>
	77.743.849	8.067.317
Saldos Credores		
IRC - Imposto Estimado (a)	15.114.877.821	13.097.635.716
Retenção de Imp. s/Rendimentos	375.379.992	194.935.983
IVA a pagar	90.714.823	133.051.733
Imposto de Selo		1.922.744
Segurança Social	366.912.344	342.554.875
DGE - Taxas de Exploração	119.930.568	87.736.467
Outras entidades Públicas	11.858	11.883
	<hr/>	<hr/>
	16.067.827.406	13.857.849.401

a) Os pagamentos por conta estão localizados em Outros Devedores - Empresas do Grupo (nota 48 c)

Direcção Financeira
A Directora e Técnica Oficial de Contas
Maria de Fátima Gomes de Sousa Nobre

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
João José Gomes de Aguiar
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade: milhar de escudos

DESIGNAÇÃO	Parciais	Totais
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	233.934.336	
Pagamentos a fornecedores	(144.433.442)	
Pagamentos ao pessoal	(21.457.758)	
Fluxos gerados pelas operações	68.043.136	
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(13.777.218)	
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	4.685.324	
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(16.411.174)	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	42.540.068	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	287.407	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(2.083.886)	
Fluxos das actividades operacionais (1)		40.743.589
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	2.526	
Imobilizações corpóreas	136.031	
Imobilizações incorpóreas		
Subsídios de Investimento	5.494.786	
Juros e proveitos similares		
Dividendos	426.050	6.059.393
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	16.965.649	
Imobilizações incorpóreas		(16.965.649)
Fluxos das actividades de Investimento (2)		(10.906.256)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		
Aumentos de Capital		
Emprést. concedidos	570.686	570.686
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	12.489.650	
Juros e custos similares	2.302.750	
Dividendos	17.900.000	
Empréstimos concedidos		(32.692.400)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(32.121.714)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)		(2.284.381)
Sistema Financeiro (DFN) (5)		
Saldo no Início do Período	16.056.801	
Saldo no Fim do Período	14.011.580	(2.045.221)
Caixa e Bancos (6)		
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início no período	(1.941.200)	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(2.180.360)	(239.160)
Variação das disponibilidades (7) = (5)+(6)		(2.284.381)

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	1998	1997
Numerário	73.445	29.110
Depósitos Bancários (Saldos devedores)	340.528	452.204
Depósitos Bancários (Saldos credores)	(2.594.333)	(2.422.514)
Caixa e seus equivalentes:	(2.180.360)	(1.941.200)
Outras disponibilidades		
Saldo sistema financeiro Interno - DFN	14.011.580	16.056.801
Disponibilidades constantes do Balanço:	11.831.220	14.115.601

Direcção Financeira
A Directora e Técnica Oficial de Contas
Maria de Fátima Gomes de Sousa Nobre

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferreira Gulmarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva



Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos



Unidade: Escudo

ORIGEM DOS FUNDOS			APLICAÇÃO DE FUNDOS	
Internas			Distribuições	
Resultados líquidos	33.124.469.043		Por aplicação de resultados	18.784.670.000
Amortizações e reintegrações de exercício	21.064.668.319			
Variação das provisões	<u>109.692.588</u>	54.298.829.950		
Diminuição de investimentos financeiros			Externas	
Partes de capital		166.304.317	Diminuição de capitais próprios	
			Ajust. de partes de capital e result. transitados	6.452.780.393
Movimentos financeiros a médio e longo prazo			Movimentos financeiros a médio e longo prazo	
Diminuição de dívidas de terceiros			Diminuição de dívidas a terceiros	
Autarquias - dívida em 31/12/88	443.177.603		Accionistas	12.489.649.824
Accionistas	<u>570.685.872</u>	1.013.863.475	Conta de regularização (DI. 344-B/82)	<u>635.247.317</u>
				13.124.897.141
Aumento das dívidas a terceiros			Aumento de dívidas de terceiros	
Outros credores		307.218.463	Cauções prestadas Serviços Médicos	9.018.720
Diminuição de imobilizações			Aumento de imobilizações	
Imobilizações em curso		3.469.923.474	Imobilizações corpóreas	24.167.588.747
Acréscimos e diferimentos			Aumento dos Fundos Circulantes	
Proveltos diferidos - Subsídios p/investimento		7.340.984.861		4.058.169.539
Total	66.597.124.540	Total	66.597.124.540	

Direcção Financeira
A Directora e Técnica Oficial de Contas
Mária de Fátima Gomes de Sousa Nobre

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferréira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

Unidade: Escudo

ACTIVAS				PASSIVAS	
Aumento das existências				Diminuição das existências	
Materiais diversos 107.703.093				Produtos e trabalhos em curso 526.331	
Aumento das dívidas de terceiros a curto prazo				Diminuição das dívidas de terceiros a curto prazo	
Autarquias - dívida em 31/12/88 46.812.000				Clientes - títulos a receber 40.000.000	
Clientes c/ gerais 726.175.039				Clientes de cobrança duvidosa 81.017.502	
Estado e outros entes públicos 69.676.532 842.663.571				Outros devedores 3.096.221.597 3.217.239.099	
Diminuições das dívidas a terceiros a curto prazo				Aumentos das dívidas a terceiros a curto prazo	
Fornecedores fact. recepção e conferência 8.981.547				Dívidas a instituições de crédito 171.818.775	
Outros credores 7.501.754.421 7.510.735.968				Fornecedores c/gerais 1.662.519.609	
				Fornecedores de imobilizado c/c 522.965.354	
				Estado e outros entes públicos 2.209.978.005 4.567.281.743	
Acréscimos e diferimentos				Acréscimos e diferimentos	
Acréscimos de custos 3.518.756.173				Outros custos diferidos 193.100.961	
Acréscimos de proveitos 123.799.872 3.642.556.045					
Aumento das disponibilidades:				Diminuição das disponibilidades	
Caixa 44.335.084				Depósitos à ordem 111.676.088	
				Aumento dos Fundos Circulantes 4.058.169.539	
Total 12.147.993.761				Total 12.147.993.761	

página 074

Direcção Financeira
A Directora e Técnica Oficial de Contas
Mária de Fátima Gomes de Sousa Nobre

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferrelrá Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva



Valor Acrescentado Bruto



Unidade: Milhar de escudos

Descrição	Exercício	
	1998	1997
Vendas e Prestações de serviços	234.321.092	222.530.624
Trabalhos para a própria empresa	9.938.432	9.706.541
Produtos e trabalhos em curso	(526)	(5.599)
Outras receitas	495.926	504.912
(A) - Proveitos internos inerentes ao V.A.	244.754.924	232.736.478
Compras de electricidade	131.155.753	128.053.614
Materiais diversos	7.988.374	7.670.364
Fornecimentos e serviços externos	11.480.122	11.626.839
Impostos indirectos	80.173	70.989
(B) - Consumos corrigidos	150.704.422	147.421.806
V A B - Valor Acrescentado Bruto (A-B)	94.050.502	85.314.672
Despesas com pessoal	22.345.929	21.879.028
Despesas financeiras	3.605.961	4.877.996
- Receitas financeiras	(2.539.993)	(2.650.592)
- Impulsão de despesas financeiras a TPE	(424.047)	(537.444)
Amortizações	21.990.552	21.478.771
Provisões	2.383.853	3.098.446
Outros encargos de exploração	8.529.213	8.113.042
- Outros proveitos	(212.023)	(117.994)
- Resultados extraordinários	(9.868.290)	(6.839.721)
Imposto sobre o Rendimento do exercício	15.114.878	13.097.636
Resultados líquidos do exercício	33.124.469	22.915.505
(C) = (A) - (B) = V A B	94.050.502	85.314.673
V A L - Valor Acrescentado Líquido (VAL=VAB-AMORT.)	72.059.950	63.835.902

Direcção Financeira
A Directora e Técnica Oficial de Contas
Maria de Fátima Gomes de Sousa Nobre

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
João José Gomes de Aguiar
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva





78	Certificação Legal das Contas
80	Relatório e Parecer do Fiscal Único
82	Parecer dos Auditores ao Conselho de Administração
83	Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da "EN – Electricidade do Norte, S.A.", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1998, (que evidencia um total de balanço de 386 711 757 contos e um total de capital próprio de 172 070 662 contos, incluindo um resultado líquido de 33 124 469 contos), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e sua divulgação tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.





Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "EN – Electricidade do Norte, S.A.", em 31 de Dezembro de 1998, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Porto, 10 de Março de 1999

António Magalhães & Carlos Santos - SROC,
representada por Carlos Alberto Freitas
dos Santos - ROC. nº 177

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas:

Cumprindo com a legislação em vigor e o mandato que nos foi atribuído, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório da nossa actividade e o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas, elaborados pelo Conselho de Administração da "EN – ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A.", respeitantes ao exercício de 1998.

Efectuando uma síntese dos aspectos mais relevantes da gestão do ano findo, apontaremos os diversos Regulamentos publicados pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, que passaram a condicionar a actividade e os resultados de exploração da empresa, a reestruturação em curso no sector dos Recursos Humanos e a segunda fase da privatização da EDP, representando cerca de 19% do seu capital social, seguramente com reflexos futuros na área da Distribuição.

Os resultados líquidos, no valor de 33 124 469 contos, representando um acréscimo de 44,5% em relação ao ano anterior, e o elevado grau de autofinanciamento conseguido, permitiram o reforço da situação financeira da empresa.

Acompanhámos, como nos competia, ao longo do ano findo, a gestão da empresa e verificámos a regularidade das relevações contabilísticas e o cumprimento das normas

legais e estatutárias. Assinalamos e agradecemos as informações e a colaboração que recebemos do Conselho de Administração e dos Serviços da empresa que facilitaram o nosso trabalho.

Examinámos os documentos de prestação de contas do exercício, que incluíam o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, estas compostas por balanço, demonstração dos resultados por naturezas, demonstração dos fluxos de caixa e respectivos anexos.

O Relatório de Gestão, que é pormenorizadamente elucidativo da vida da empresa, no ano em apreciação, e as Demonstrações Financeiras, que reflectem os valores inscritos nos livros contabilísticos, foram preparados com obediência às normas aplicáveis.

Como corolário do nosso trabalho de revisão de contas, emitimos a Certificação Legal das Contas, dando cumprimento ao disposto no Código das Sociedades Comerciais e legislação específica.





Em presença do exposto, somos
do parecer que:

- a) sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 1998.
- b) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados expressa no Relatório de Gestão.
- c) nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais, se proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Porto, 11 de Março de 1999

O Fiscal Único

António Magalhães & Carlos Santos -
S.R.O.C., representada por
Carlos Alberto Freitas dos Santos
- R.O.C. n.º 177

Parecer dos Auditores ao Conselho de Administração EN - Electricidade do Norte, S.A.

Auditámos o Balanço de EN-ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A., em 31 de Dezembro de 1998, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data e o respectivo Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.

de EN-ELECTRICIDADE DO NORTE, S.A., em 31 de Dezembro de 1998, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo nessa data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 23 de Março de 1999

ERNST & YOUNG

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo Conselho de Administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras. É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira





ACTA N.º 9

«(...)

Depois de proferir as habituais palavras de saudação ao representante do accionista único, o Senhor Presidente da Mesa declarou iniciada a discussão do número um da ordem de trabalhos, tendo dado a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração.

No uso da palavra, o Engenheiro Jorge Guimarães fez uma exposição circunstanciada da actividade da sociedade, referindo designadamente a sua articulação e coordenação com o conjunto das empresas do Grupo EDP.

Seguidamente passou-se à votação do número um da ordem de trabalhos, tendo sido aprovados, por unanimidade, o relatório de gestão e todos os demais documentos de prestação de contas do exercício de mil novecentos e noventa e oito.

(...)







Índice

88	Enquadramento
89	Caracterização da Empresa
90	Macroestrutura da Empresa
91	Corpos Sociais e Quadros Dirigentes
93	Síntese
94	Movimentos de Energia
97	Relatório de Gestão da CENEL
98	Actividade Empresarial
100	Rede Técnica
103	Recursos Humanos
106	Evolução Económica e Financeira
113	Considerações Finais
114	Nota Final
115	Anexo ao Relatório de Gestão
117	Documentos de Prestação de Contas da CENEL
118	Balanço em 31 de Dezembro de 1998
120	Demonstração dos Resultados do Exercício de 1998
122	Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados
145	Demonstração dos Fluxos de Caixa
146	Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos
147	Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
148	Valor Acrescentado Bruto
151	Documentos de Apreciação e Certificação da CENEL
152	Certificação Legal das Contas
154	Relatório e Parecer do Fiscal Único
155	Parecer dos Auditores ao Conselho de Administração
156	Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Enquadramento

A privatização de cerca de 19% do capital social da EDP constituiu o acontecimento mais relevante do ano de 1998, acentuando, decisivamente, o processo de aprofundamento da consolidação do Grupo EDP e, designadamente, da Distribuição.

A publicação, pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, do Regulamento das Relações Comerciais, do Regulamento Tarifário e do Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações, marcou claramente o ano de 1998 pela sua incidência no relacionamento com os nossos clientes.

Nos âmbitos das alterações introduzidas para prevenção de problemas informáticos no ano 2000, para a adopção do EURO como opção de moeda e da preparação do início de actividade da CERTIEL como entidade certificadora e fiscalizadora, a acção desenvolvida pela EDP envolveu, para além da mobilização de importantes recursos humanos e materiais, um esforço importante de informação e esclarecimento de Clientes e entidades interlocutoras. Com este envolvimento esperamos que os problemas que pudessem aparecer estejam devidamente controlados.

Melhorou-se a eficiência do investimento, usando, sistematicamente as ferramentas de planeamento de Redes e uma rigorosa análise económica, e progrediu o estudo da racionalização da conservação, enquanto que no domínio da condução foram instalados

novos Sistemas de Comando e Controlo e adaptadas medidas de melhoria e eficácia.

Acções de racionalização diversa e um controlo sistemático e de rigor permitiram conter a verba de Fornecimento e Serviços Externos de entidades exteriores ao Grupo.

Os níveis de qualidade de serviço das redes de distribuição melhoraram em 1998 relativamente a 1997.

Continuou a colaboração prestada à Internet, contribuindo para o sucesso do esforço de internacionalização do Grupo.

Efectuaram-se alterações processuais e ajustamentos organizativos, com o objectivo de um mais eficiente uso das sinergias no seio de cada Empresa de Distribuição e entre estas.

O Cliente manteve-se como o centro das preocupações da Empresa. Nesta perspectiva, continuou a pautar-se pela prossecução de objectivos de melhoria do serviço prestado ao Cliente, tanto na obtenção de ganhos de satisfação como na procura de soluções propiciadoras de um relacionamento mais fácil às suas necessidades.

A política ambiental da Distribuição inseriu-se na estratégia do Grupo EDP, procurando conciliar naquelas orientações o carácter arquitectónico das instalações técnicas, bem como uma integração paisagística das redes.



Caracterização da Empresa



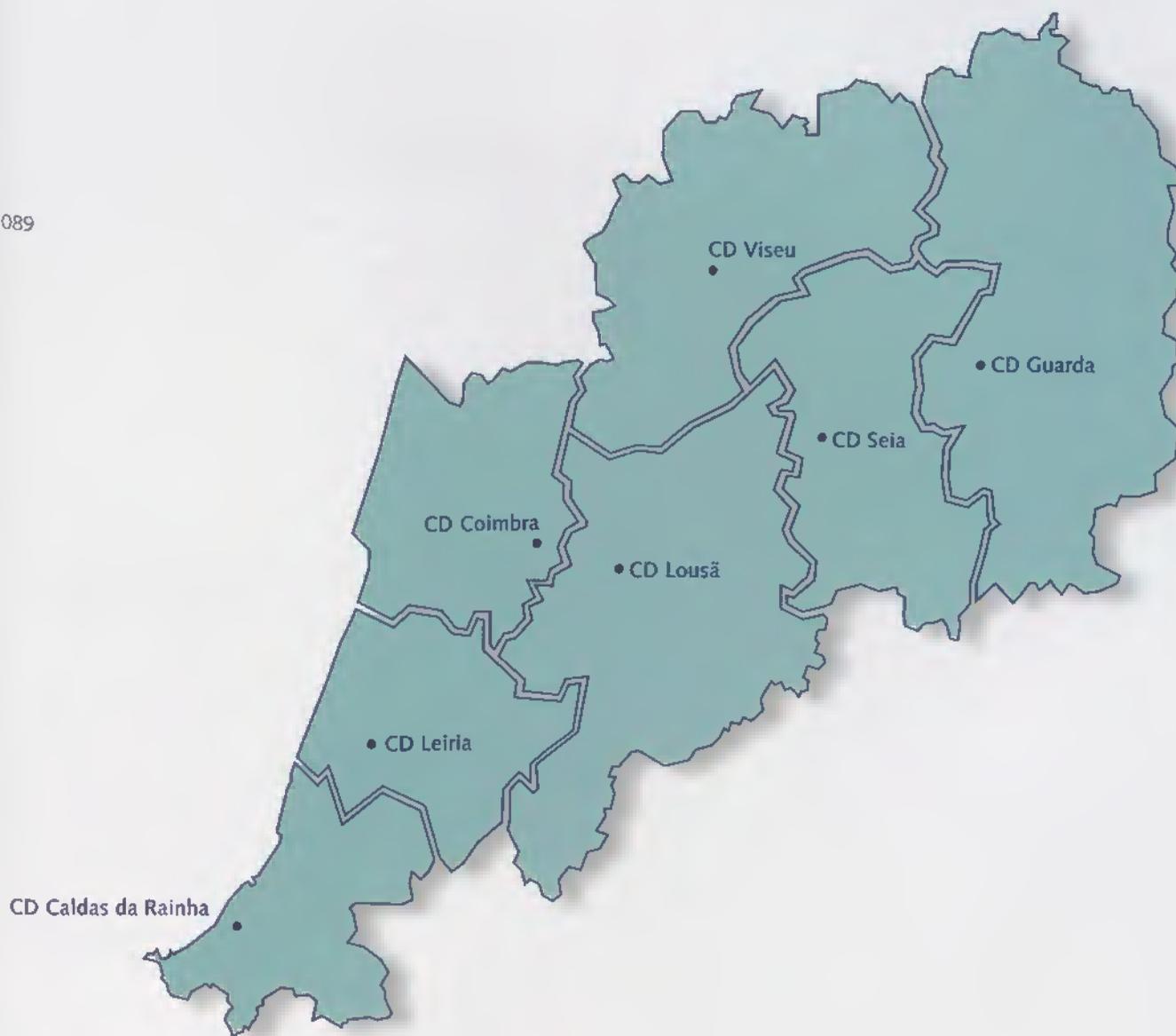
A CENEL desenvolve a sua actividade em 76 concelhos dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu.

Abastece de energia eléctrica cerca de 1,7 milhões de habitantes.

A energia vendida atingiu 4 929 GWh, a que corresponde um volume de vendas de 96 milhões de contos.

A Empresa realizou no ano transacto um investimento de cerca de 11 milhões de contos a custos técnicos e conta com a colaboração de 1 871 trabalhadores.

Para prestação do serviço de abastecimento de energia eléctrica aos seus 980 mil clientes, a Empresa está estruturada em sete Centros de Distribuição - Caldas da Rainha, Coimbra, Guarda, Leiria, Lousã, Seia e Viseu.



Macroestrutura da Empresa





Mesa da Assembleia Geral

Eng.º João Carlos de Campos Guimarães
Presidente

Eng.º José António Moreira da Silva Neto
Vice-Presidente

Eng.º Agostinho Gonçalves Barreira
Secretário

Órgão de Fiscalização

ROC

Leal & Carreira - SROC
Efectivo

António Magalhães & Carlos Santos - SROC
Suplente

Conselho de Administração

Eng.º Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Presidente

Eng.º João José Gomes de Aguiar
Vogal

Eng.º Carlos Manuel do Carmo Brandão
Vogal

Bacharel José Celestino Oliveira Rocha
Vogal

Eng.º António Eduardo da Silva Oliva
Vogal

Assessor

Eng.º José Maria Neto Lucas Santos
Assessor do Conselho de Administração

Gabinetes

Dr. Manuel Cerveira Dias
Director de Gabinete Auditoria

Dr. João Paulo Amaral Gouveia
Resp. Comunicação

Corpos Sociais e Quadros Dirigentes



Departamento de Rede

Eng.º Rui Fernando Loureiro Cruz
Assessor

Direcções

Eng.º Carlos Manuel Monteiro Pina Ribeiro
Director Administrativo e Financeiro

Eng.º Fernando Pinto de Carvalho
Director Comercial

Dr. Francisco José Costa do Espírito Santo
Director Recursos Humanos

Eng.º Valdemar Geraldo Taborda
Director Técnico

Centros de Distribuição

Eng.º João António Garcia Mendes
Director de Centro Caldas da Rainha e Leiria

Eng.º António José Geraldo Taborda
Director de Centro Coimbra

Eng.º Carlos Alberto Martins Portugal Abreu
Director de Centro Guarda

Eng.º Francisco Bernardo Noronha e Távora
Director de Centro Lousã

Eng.º Manuel Henriques Pinto Mendes
Director de Centro Seia

Eng.º Henrique Manuel Albuquerque Cruz
Director de Centro Viseu



1. Em 1998 prosseguiu-se o esforço de melhoria do serviço sendo de registar a redução do Tempo de Interrupção Equivalente (TIE) e da Energia não Distribuída (END).

2. A CENEL continuou e aprofundou acções tendentes à implantação de uma cultura de Qualidade Total. Para além de se ter continuado a formação em Qualidade às Chefias e Quadros Superiores e Chefias de Secção, a estrutura organizativa constituiu um número apreciável de Equipas de Melhoria contínua que produziram relatórios que permitiram implementar um conjunto de acções diversas visando o aumento da eficiência e eficácia empresariais.

3. A política de Ambiente da CENEL constitui uma vertente essencial na cultura empresarial. A CENEL tem desenvolvido todos os esforços para conciliar as necessidades técnico-económicas da Empresa com a protecção do ambiente. Estão nesta linha as orientações de carácter arquitectónico na integração paisagística das redes.

4. No domínio das telecomunicações, continuou-se a implementação da rede de Alto Débito de telecomunicações, tendo-se efectuado a instalação de 46 km de cabos de fibras ópticas, dos quais 6 km foram instalados em Coimbra utilizando um sistema inovador designado por Micro Cabling System (MCS).

5. Registou-se um acréscimo de 5% na energia entrada para consumo, que se situou nos 5 400 GWh.

6. A facturação de energia eléctrica foi de 96 milhões de contos, tendo crescido 4,9% em relação a 1997.

7. As dívidas de Clientes de electricidade reduziram-se em 3,8%, tendo atingido um valor final de 10,1 milhões de contos.

8. Prosseguiu a estratégia de adequação dos recursos humanos às necessidades da sua actividade, tendo-se reforçado o peso dos Quadros Superiores e Profissionais Qualificados. Realizaram-se 149 acções de formação profissional interna, com um total de 583 participações.

9. Os resultados líquidos após impostos atingiram os 4,8 milhões de contos, traduzindo um decréscimo de 1,16 milhões de contos, equivalente ao valor negativo dos resultados extraordinários.

10. Foi possível financiar com meios internos o investimento (10,6 milhões de contos a custos técnicos) e prosseguir a amortização da dívida à Holding de acordo com o programado.

11. A situação patrimonial da empresa revelou-se consistente com o rácio da solvabilidade total a situar-se em 2,27.

Movimentos de Energia

A energia entrada na rede da CENEL, em 1998, foi de 5 394 GWh, o que representa um acréscimo de 5% relativamente ao ano anterior. A taxa média de crescimento nos últimos cinco anos de energia entrada foi de 5,5%.

As compras à REN, aumentaram 5,1%, representando 89,9% do total das aquisições (4 848 GWh). A energia adquirida à HIDROCENEL registou um crescimento de 4,9%, enquanto que as aquisições aos Produtores Independentes sofreram um decréscimo de 0,5% (237 GWh).

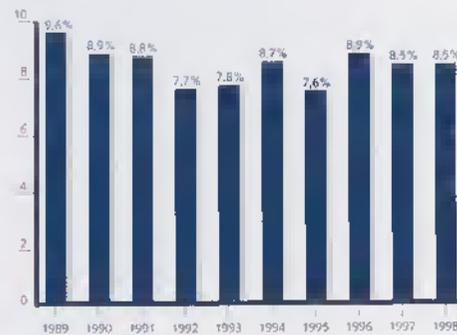
O total da energia saída foi em 1998, de 4 933 GWh, ou seja 5% superior ao verificado no ano anterior. Neste valor estão incluídos 4 GWh de consumos próprios.

As perdas, calculadas a partir da comparação entre a energia entrada na rede e a energia saída, atingiram 8,5%, ou seja, um valor idêntico ao registado no ano anterior.

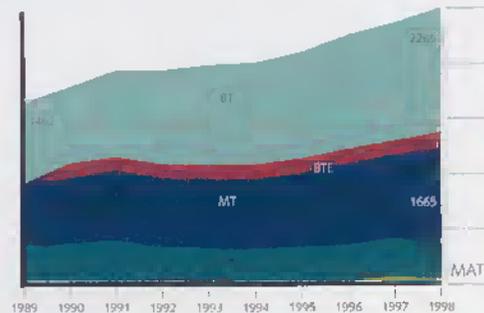
Em 1998, verificou-se um aumento do consumo de electricidade de 5%, influenciado pelo forte crescimento em Muito Alta (MAT), Média (MT) e Baixa Tensão (BT), de 23,1%, 6,3% e 5%, respectivamente. Os consumos em Alta (AT) e Baixa Tensão Especial (BTE) cresceram 2,4%.



Evolução das Perdas



Evolução dos preços médios (GWh)









98	Actividade Empresarial
100	Rede Técnica
103	Recursos Humanos
106	Evolução Económica e Financeira
113	Considerações Finais
114	Nota Final
115	Anexo ao Relatório de Gestão

Actividade Empresarial

Política Comercial

Como objectivo estratégico e de acordo com a política de Qualidade definida, foram desenvolvidas acções que contribuíram para reforçar a orientação da empresa para a satisfação dos clientes, melhorar a eficiência dos processos e o serviço prestado, procurando exceder as expectativas dos diversos segmentos de clientes.

Foram realizados inquéritos, consultorias de apoio de optimização tarifária e estudos energéticos a clientes, harmonizados procedimentos e divulgadas as melhores práticas comerciais, sendo de realçar os novos suportes de informação, visando a melhoria do relacionamento com os clientes e a sua fidelização.

A política de promoção das opções de pagamento por transferência bancária e nos Agentes de Cobrança, prosseguiu em 1998, tendo-se conseguido um crescimento significativo de clientes aderentes à modalidade conta-certa.

A fim de premiar as unidades industriais que mais eficientemente utilizaram a electricidade, foram iniciadas em Novembro de 1998 acções de divulgação aos clientes industriais sobre o PRÉMIO EDP 1999, oportunamente instituído.

Número de Clientes

Em 31 de Dezembro de 1998 a CENEL tinha um total de 980 344 Clientes. Daqueles 3 são

clientes em MAT, 22 em AT, 3 535 de MT, 2 878 de BTE e 973 906 de BT.

Compra e Venda de Energia

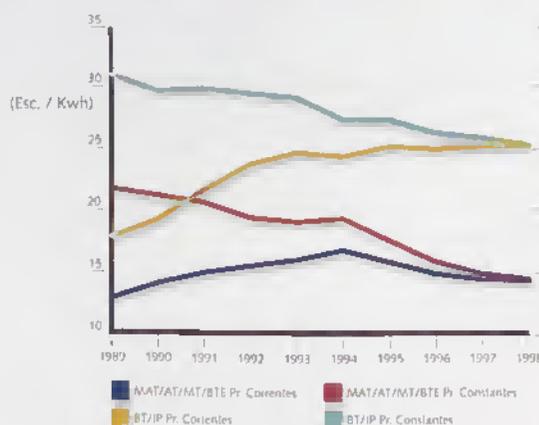
A compra total de energia eléctrica em 1998 foi de 53 milhões de contos, apresentando um crescimento de 2,2% em relação a 1997.

O valor total da venda de energia eléctrica, registado como proveito do exercício, ascendeu a 96 milhões de contos, o que corresponde a um crescimento de 4,9% relativamente ao ano anterior. Este acréscimo resultou da conjugação do aumento dos consumos e de um decréscimo do preço médio de venda.

Facturação de Energia Eléctrica 1998

Nível Tensão	Valor (milhares de contos)	Energia (MWh)	Preço Médio (Esc./KWh)
MAT	395	23.554	16.77
AT	6.646	699.906	9.50
MT	25.673	1.664.644	15.42
BTE	5.548	279.309	19.86
BT	54.283	2.069.451	26.23
IP	3.167	192.470	16.56
Total	95.732	4.929.334	19.42

Evolução dos Preços Médios de Venda





Facturação e Cobrança

A facturação de energia eléctrica a clientes, incluindo IVA, atingiu em 1998 o montante global de 102,7 milhões de contos, correspondendo 34,3 milhões de contos a fornecimentos de energia em Média, Alta e Muito Alta Tensão e 68,4 milhões de contos a fornecimentos de Baixa Tensão.

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento global de 4,8% no montante da facturação. A análise da repartição acima referida permite concluir que os fornecimentos em BT representam 67% do total desta facturação.

Tal como em anos anteriores, a aplicação da Adenda à Convenção Tarifária relativa a grandes consumidores e à interruptibilidade, originou uma redução da facturação em 1998, em cerca de 1 milhão de contos.

Foi prosseguida a política de rigor da cobrança da facturação corrente, promovendo-se o pagamento dos consumos de electricidade dentro dos prazos, bem como à progressiva normalização do cumprimento das obrigações em atraso, conforme é visível pela observação da evolução do rácio cobrança/facturação,

referente a fornecimentos de energia eléctrica, abaixo inscrito.

	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Evolução do Rácio Cobrança/Facturação %	104,1	101,1	100,1	100,4	100,1	100,4

Dívidas de Clientes

Os créditos sobre clientes, excluída a dívida das autarquias consolidada em 1988.12.31, sofreram, no exercício, uma redução de 0,4 milhões de contos, reflexo da melhoria da eficácia da cobrança. No final de 1998 a dívida era de 10,1 milhões de contos.

Este valor corresponde a cerca de 9,8% da facturação de electricidade do ano, enquanto no ano anterior representava 10,7%.

A análise por sectores, evidencia a evolução positiva das dívidas do Estado e Organismos Oficiais e do sector Empresarial e Particulares, apresentando, em relação ao ano anterior, uma redução de 10,8% e 4,1%, respectivamente.

Pelo contrário, verificou-se um ligeiro agravamento da dívida referente às Autarquias Locais, em cerca de 4,5%.

Dívidas de Clientes de Electricidade

(milhares de contos)

Tipo de cliente	97/12/31		98/12/31		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Estudos e Organismos Oficiais	732	7,0	652	6,4	-80	19,8
Autarquias Locais	931	8,9	973	9,6	42	-10,4
Sector Empresarial e Privados	8.853	84,2	8.487	83,9	-366	90,6
Total	10.516	100,0	10.112	100,0	-404	100,0

Rede Técnica

Desenvolvimento da Rede

Na priorização dos investimentos foram considerados os seguintes objectivos: diminuir progressivamente o número de interrupções de fornecimento de energia; melhorar os perfis de tensão; satisfazer o aumento dos consumos, cuja taxa de crescimento foi de 5,2% em 1998; garantir recurso de alimentação às subestações terminais.

Realizaram-se vários estudos relacionados com o desenvolvimento da rede de distribuição, destacando-se as propostas de reforço do fornecimento de energia às cidades de Caldas da Rainha, Coimbra, Leiria, Marinha Grande e Viseu.

Em 1998 realizaram-se obras de ampliação e renovação da rede, sendo de realçar as seguintes:

- Remodelação parcial das subestações de Mogofores, Santa Luzia e Venda Nova, assim como a ampliação das subestações de Gouveia e Marinha Grande.
- Construção de 50,3 km de linhas de alta tensão, destacando-se a conclusão da remodelação dos circuitos a 60 kV Pampilhosa - Mogofores e Gouveia - Celorico, assim como o estabelecimento do circuito a 60 kV Casal da Areia - Pataias.
- Construção de 350 km em linhas de média tensão e 43 km de circuitos em cabos subterrâneos.

- Construção de 494 postos de transformação, a que corresponde a potência instalada de 94 MVA.
- Realização de 871 km de redes de baixa tensão aéreas e de 112 km de redes subterrâneas.

Procedeu-se também ao início da realização das seguintes obras, cuja conclusão está prevista para 1999:

- Construção da subestação 60/15 kV de Pinheiros e dos postos de corte e seccionamento de 15 kV de Miranda do Corvo e Mira.
- Remodelação do posto de corte e seccionamento de 30 kV da Dagorda.

Elaborou-se o projecto relativo à subestação de S. Mamede, que irá fornecer energia a parte dos concelhos de Ourém (em especial à cidade de Fátima), Batalha e Porto de Mós.

Deu-se continuidade ao programa de automatização e telecomando da rede de MT, através da montagem de unidades remotas de rede acopladas a órgãos de corte (nomeadamente IAR), assim como em postos de corte e seccionamento. No final de 1998 estavam instaladas 73 unidades remotas não expansíveis e 8 unidades remotas expansíveis.

A fim de contribuir para a melhoria da qualidade de serviço, foi dada formação TET em 60 kV a 4 equipas da CENEL, num total de 20 trabalhadores. Foram também preparados 10 painéis de AT com comutador REE.





Continuou-se a implementação da rede de telecomunicações de alto débito, tendo-se efectuado a instalação de 46 km de cabos de fibras ópticas, dos quais 6 km foram instalados em Coimbra utilizando um sistema inovador designado por Micro Cabling System (MCS).

Indicadores de utilização

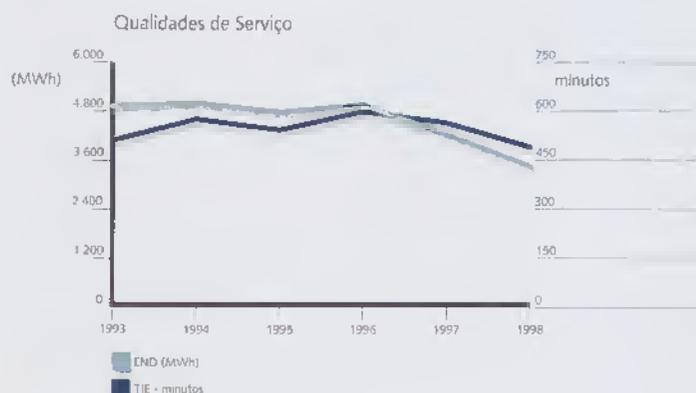
Os Indicadores de utilização das redes evoluíram positivamente durante o ano de 1998. Assim, a utilização da rede MT cresceu 4,9%, tendo atingido os 297 MWh/km, a rede BT registou 101 MWh/km com um aumento de 1,7% e os postos de transformação tiveram uma utilização de 1 422 MWh/MVA, o que representa um acréscimo de 0,8% relativamente a 1997.

Qualidade de serviço

Fruto do esforço continuado de investimento e de manutenção, feito ao longo destes últimos anos, em 1998 registou-se uma evolução positiva na Qualidade de Serviço prestada aos nossos clientes, tendo-se verificado reduções de 19% e 13%, no Tempo de Interrupção Equivalente (TIE) e na Energia não Distribuída (END), respectivamente.

Sistemas de Informação Técnica

Dando cumprimento ao plano de implementação do Sistema de Informação Técnica, procedeu-se à adjudicação do levantamento e carregamento



da rede de AT/MT/BT e IP da zona urbana da cidade de Leiria.

Tendo em conta o reduzido número de prestadores de serviços com experiência nesta área, a CENEL envolveu neste trabalho cinco fornecedores externos, dois dos quais principiantes na utilização do sistema.

Em colaboração com a PROET, a quem foi adjudicada a gestão do projecto e a validação da base de dados, definiu-se a metodologia de controlo de qualidade da informação de campo e gabinete.

No que respeita à cartografia de base, prosseguiram os contactos com diversas entidades e autarquias com vista à obtenção da base cartográfica de interesse comum.

Procedeu-se igualmente à aquisição de ortofotos digitais de algumas zonas dos CD's Coimbra e Leiria. Com o objectivo de integrar no SW/SIT uma base cartográfica de qualidade adequada ao traçado da rede aérea de AT e MT, iniciaram-se negociações com a EDINFOR para utilização das cartas militares adquiridas por esta empresa.



Fig. Rede eléctrica de parte da cidade de Leiria



Quadro de Pessoal

No âmbito da Gestão de Recursos Humanos, prosseguiu em 1998 a política de reajustamento do Quadro de Pessoal Permanente, tendo em atenção as alterações introduzidas pela modernização organizativa tecnológica e administrativa da Empresa.

Este reajustamento, qualitativo e quantitativo, que obedeceu a critérios de racionalidade ao

nível de uma gestão eficaz, consubstanciou-se em acções de formação profissional, em reafecção profissional e na mobilidade de trabalhadores, tendo-se verificado uma redução de 277 efectivos, o que corresponde a 12,9% do Efectivo Permanente.

Em 31 de Dezembro de 1998, encontravam-se colocados na CENEL 1 879 trabalhadores, dos quais 1 requisitado pela Holding e 7 com relação a laboral suspensa por razões diversas.

Evolução de Efectivos

	96.12.31	97.12.31	1998			98.12.31	98/97 %
			Entradas	Saídas	Saldo		
Quadro Permanente Activo	2.225	2.147	9	285	-276	1.871	-12.9
Contratados a Termo	1	0	0	0	0	0	
Total	2.226	2.147	9	285	-276	1.871	-12.9
Colocados e em exercício na Holding	3	2		1	-1	1	
Colocados e em exercício noutras Empresas do Grupo	0	0				0	
Quadro Suspenso	0	0	2	4	-2	7	
Em exercício sem colocação (outras formas contratuais)	0	0				0	

Número de Trabalhadores por Categoria Profissional

Em 31 de Dezembro de 1998, prestavam a sua actividade na Empresa

1 871 trabalhadores, sendo de realçar a maior concentração nas categorias de Profissionais Qualificados (39%) e Profissionais Semi-Qualificados (35,5%) e a não existência de Contratos a Termo.

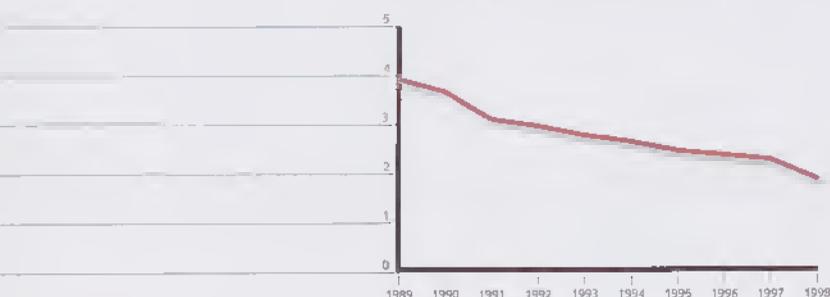
Número de Trabalhadores por Categoria Profissional

Categoria Profissional	1996		1997		1998	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Directores/Chefias Superiores	99	4,4	99	4,6	92	4,9
Quadros Superiores	88	4,0	86	4,0	88	4,7
Quadros Médios	13	0,6	12	0,6	9	0,5
Chefias Intermediárias	62	2,8	64	3,0	60	3,2
Profissionais Alt. Qualificados	248	11,1	239	11,1	205	11,0
Profissionais Qualificados	738	33,2	764	35,6	729	39,0
Profissionais Semi-Qualificados	936	42,0	844	39,3	664	35,5
Profissionais Não-Qualificados	41	1,8	39	1,8	24	1,3
Contratos a Termo	1	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	2.226	100,0	2.147	100,0	1.871	100,0



O indicador “Número de Trabalhadores por Mil Clientes”, habitualmente utilizado na actividade da Distribuição para medir a produtividade, tem evoluído positivamente, conforme se infere do gráfico seguinte, e apresentava em 31 de Dezembro de 1998 o valor de 1,91 por mil.

Número de Trabalhadores por 1000 Clientes



página 104

Formação Profissional

Realizaram-se 149 acções de formação, envolvendo 583 trabalhadores, num total de 1.032 participações, correspondendo a uma taxa de participação de 51%.

Dando seguimento a solicitações de estabelecimentos de ensino foram concedidos 20 estágios de natureza curricular.

Prevenção e Segurança

Proseguiu o desenvolvimento de acções planeadas e sistemáticas, necessárias para melhorar o desempenho da Segurança.

Realizaram-se 58 acções de sensibilização que contaram com 865 participantes e que se destinaram a criar condições para a implementação de programas estabelecidos, nomeadamente: organização dos Planos de Evacuação para situações de emergência em edifícios administrativos; aplicação dos Planos de Segurança e Saúde nas obras e dos novos procedimentos para trabalhos em altura; utilização de écrans de visualização com respeito pelos princípios da Ergonomia.

No âmbito da normalização de procedimentos e controlo de riscos, realizaram-se auditorias de segurança a trabalhos (336) e a instalações (158) e auditorias sistémicas à actividade Prevenção e Segurança nos Centros de Distribuição Viseu e Guarda.

Das acções que visaram melhorar o desempenho da Segurança dos prestadores de serviços, refere-se a realização de 11 sessões de informação sobre Planos de Segurança e Saúde que contaram com 157 participantes, de uma jornada de segurança com 30 participantes e de 277 auditorias de segurança a trabalhos.

Registaram-se 26 acidentes de trabalho com baixa, sendo de realçar a diminuição verificada, comparativamente a 1997 (menos 27,8%) e a ausência de acidentes mortais pelo segundo ano consecutivo. Ocorreu apenas 1 acidente de origem eléctrica (6 em 1997) e, não obstante ter aumentado o número de acidentes com danos em



viaturas, não se verificaram acidentes de viação originando situações de incapacidade temporária.

O índice de frequência foi de 7,83 acidentes por milhão de horas trabalhadas (10,39 em 1997) e o índice de gravidade foi de 0,37 dias perdidos por mil horas trabalhadas (1,56 em 1997). O número médio de dias de baixa por acidente foi de 41, menos 25% que em 1997.

Pela Medicina do Trabalho, foram efectuados 1 565 exames periódicos e ocasionais, correspondentes a 73% da população da Empresa.

Evolução Económica e Financeira



O resultado líquido, atingindo os 4,8 milhões de contos, traduz-se num decréscimo de 1,16 milhões de contos em relação a 1997, ou seja uma diminuição de 19,6%.

O valor resultante dos investimentos financeiros em empresas em que a CENEL tem participação, correspondente aos resultados líquidos do exercício, foi de cerca de 1,1 milhões de contos, dos quais 886,9 milhares de contos da sua subsidiária HIDROCENEL. A rentabilidade dos capitais próprios é de 4,4%, inferior ao verificado no ano transacto cujo valor se cifrou em 5,5%.

Os fundos gerados internamente, durante 1998, financiaram totalmente o investimento, o pagamento de impostos e de dividendos e permitiram, ainda, a redução da dívida financeira num valor assinalável.

Financiamento

A dívida de MLP à Holding foi reduzida em 3,5 milhões de contos, fixando-se no final do exercício em 17,5 milhões de contos. A sua estrutura é indicada no quadro seguinte:

Evolução da Dívida		(milhares de contos)		
	Saldo Inicial		Saldo Final	
Médio e Longo Prazo	17.537	83,3%	14.029	80,0%
Curto Prazo	3.507	16,7%	3.507	20,0%
Total	21.044	100,0%	17.536	100,0%

Face à redução das taxas de juro durante o ano, os encargos financeiros atingiram 1 004,8 milhares de contos, a que

correspondeu uma taxa de juro anual efectiva líquida de 4,77%.

Tendo em atenção a política definida de redução de custos, nomeadamente na racionalização de meios humanos, nos fornecimentos de serviços externos e da redução do investimento, a pressão sobre a tesouraria foi pontual, obrigando, nessas datas, ao recurso à Holding para satisfação de necessidades financeiras de curto prazo. Assim, houve a possibilidade de reduzir a dívida de curto prazo em 76,2%, passando de 3 208 milhares de contos, em 1997, para 764 milhares de contos em 1998.

Os fluxos de tesouraria em 1998 (fluxos monetários e escriturais) resumem-se no seguinte quadro:

(milhares de contos)	
Saldo em 1.1.98	-3.762
Recebimentos	118.655
Pagamentos	116.643
Saldo em 31.12.98	-1.750

O movimento líquido de cauções recebidas dos clientes foi de 9,8 mil contos. No final do ano a conta caução de clientes apresenta um saldo de 2,5 milhões de contos, constituindo um passivo de MLP, com reembolso lento, de montantes anuais indefinidos e sem encargos.

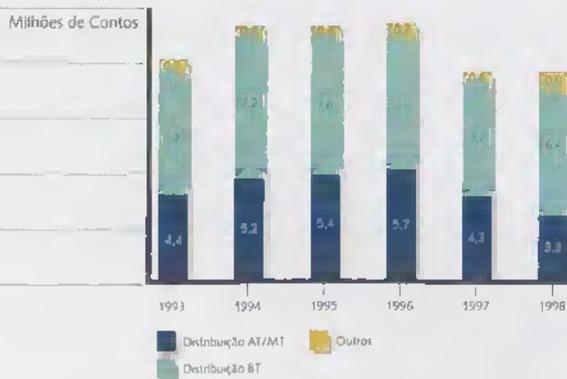
Foram recebidas durante o exercício, sob a forma de subsídio ao investimento, participações financeiras no montante



de cerca de 3 427 milhares de contos, o que representa 31,8% do investimento de 1998.

A Demonstração de Fluxos de Caixa, em anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, traduz a política de investimento, da distribuição de dividendos e a evolução de tesouraria durante o exercício.

Investimento a Custos Técnicos



Investimento

A evolução do investimento a custos técnicos pode ser observada no gráfico seguinte:

No exercício de 1998 o investimento a custos totais ascendeu a 10,8 milhões de contos, incluindo custos de estrutura no valor de 2,3 milhões de contos (21,4% do total) e encargos financeiros no montante de 0,2 milhões de contos (1,8% do total).

Há ainda a considerar cerca de 972 milhares de contos referentes à entrega de infraestruturas de energia eléctrica, não incluídas nos valores anteriormente referidos (complicações em espécie de clientes).

Investimento 1998

(milhares de contos)

	Custos Directos	Custos Estrutura	Encargos Financeiros	Total
Distribuição AT/MT	2.579	770	102	3.451
Distribuição BT	4.903	1.483	84	6.470
Outros	797	56	12	865
Total	8.279	2.309	198	10.786

A afectação destes recursos (11,3 % das vendas efectuadas) está associada às ligações de novos clientes, à ampliação de instalações para responder com oportunidade às solicitações dos clientes, à melhoria da qualidade do serviço prestado e à diminuição de perdas.

O investimento na distribuição AT/MT, no montante de 3,4 milhões de contos, diz

respeito fundamentalmente a trabalhos de remodelação e de construção de subestações, linhas aéreas de 60 kV e linhas aéreas e subterrâneas de 15 e 30kV.

A pressão no investimento na distribuição BT, na ordem dos 6,5 milhões de contos, corresponde essencialmente a trabalhos de construção e remodelação de postos



de transformação, de redes aéreas e subterrâneas de BT e montagem de novos equipamentos de contagem, os quais totalizaram 1 820 mil contos.

Balanço

A evolução da situação patrimonial foi a seguinte:

Balanço		(milhares de contos)	
	1997 Valor	1998 Valor	Variação %
ACTIVO			
Imobilizado Líquido	174.842	174.928	0,0
Circulante	16.355	13.779	-15,8
Acréscimos e Diferimentos	2.687	2.710	0,9
Total	193.884	191.417	-1,3
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO	108.893	107.151	-1,6
PASSIVO	84.991	84.266	-0,9
A médio e longo prazo	30.829	31.353	1,7
A curto prazo	21.975	18.656	-15,1
Acréscimos e Diferimentos	32.187	34.257	6,4
Total	193.884	191.417	-1,3

O equilíbrio financeiro, definido pela relação entre o capital próprio e a dívida de médio a longo prazo, atinge os 3,4 o que demonstra a existência clara de condições para satisfação de compromissos financeiros.

O activo líquido totaliza 191,4 milhões de contos, dos quais cerca de 91,3% são constituídos pelo imobilizado líquido de amortizações.

Por sua vez a relação Activo/Passivo foi reforçada em 1998 passando o respectivo coeficiente para 2,27 contra 2,28 em 1997.

O imobilizado corpóreo líquido regista um pequeno aumento de cerca de 0,3 milhões de contos. Este aumento, face ao investimento efectuado, é resultado das amortizações do

exercício, tendo o imobilizado corpóreo sofrido um acréscimo de 11,2 milhões de contos. O imobilizado encontra-se coberto pelos capitais permanentes em 79% no final de 1998.

A dívida global de clientes, que atinge cerca de 11 milhões de contos, sofreu um decréscimo de 403,3 milhares de contos, devido à conjugação da recuperação efectiva da dívida atrasada e anulação de dívidas incobráveis em 98 mil contos, dos quais 97,3 mil contos devidos a fornecimento de electricidade.

As provisões para cobrança duvidosa sofreram uma redução de 75 mil contos, fixando-se no final do exercício em 3 539,5 milhares de contos, cobrindo a totalidade de clientes por cobrança duvidosa, incluindo 19,5



mil contos referentes a outros clientes, face aos atrasos de pagamento. O actual valor das provisões, que ultrapassa o montante resultante de critérios fiscais, cobre com segurança o risco de incobrabilidade da dívidas com elevada mora de pagamento ou com processos judiciais pendentes.

As existências sofreram um acréscimo de 91,6 mil contos, aproximadamente 18%, em relação ao ano anterior, tendo a taxa de cobertura atingido o valor de 1,39 meses, no final de exercício.

O activo circulante, representando cerca de 6,4% do activo, diminuiu 15,3% em relação ao ano anterior, devido ao decréscimo da dívida corrente de clientes, em 342 mil contos, e da dívida das Empresas do Grupo em cerca de 1,4 milhões de contos. Em contrapartida o

passivo circulante diminuiu 15,1% em relação a 1997 devido ao acentuado decréscimo da dívida de curto prazo à Holding.

O capital próprio da Empresa sofreu alterações significativas, resultante dos movimentos de correcções efectuadas no curso do exercício, face à distribuição operada dos resultados do exercício de 1997 e das variações nos capitais próprios das Empresas onde a CENEL participa, e do resultado do presente exercício. Antes das aplicações do resultado anual representa 56,0% do activo.

O valor referido em instituições de crédito evidencia a situação resultante das relações envolvendo a CENEL, a banca e a Holding, face ao processo de reposição automática do saldo zero nas contas da Empresa, efectuado diariamente pela tesouraria da EDP.



Custos e Proveitos

A evolução dos custos e proveitos resumidamente foi a seguinte:

Custos e Proveitos		(milhares de contos)		
		1997 Valor	1998 Valor	Variação %
Vendas de Electricidade		91.241	95.732	4,9
Outras vendas e prestações de serviços		424	398	-6,1
Trabalhos para a própria empresa (a)		6.052	6.624	9,5
Outras receitas correntes		254	261	2,8
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado	(+)	97.971	103.015	5,1
Compras de electricidade		51.927	53.343	2,7
Materiais diversos		4.519	5.178	14,6
Fornecimentos e serviços externos		5.781	5.693	-1,5
Impostos indirectos		46	60	30,4
Consumos	(-)	62.273	64.274	3,2
Valor Acrescentado Bruto	(=)	35.698	38.741	8,5
Despesas com o pessoal	(-)	11.846	12.132	2,4
Outros encargos de exploração	(-)	4.716	4.934	4,6
Outros proveitos de exploração	(+)	13	5	-61,5
Excedente Bruto de Exploração	(=)	19.149	21.680	13,2
Despesas financeiras	(-)	1.702	1.064	-37,5
Receitas financeiras	(+)	1.908	1.631	-14,5
Imputação de despesas financeiras a TPE	(+)	219	198	-9,6
Resultados extraordinários (b)	(+)	2.592	984	-62,0
Imposto sobre o rendimento	(-)	4.071	4.185	2,8
Meios Libertos Líquidos (Cash-Flow) (*)	(=)	18.095	20.310	12,2
Amortizações (líquidas)	(-)	11.327	11.420	0,8
Provisões (líquidas) *	(-)	829	4.117	396,6
RESULTADO LÍQUIDO	(=)	5.939	4.773	-19,6

(a) Sem encargos financeiros

(b) Expurgados das provisões consideradas nos resultados extraordinários

(*) Em 1998 contém 1 066 milhares de contos por contrapartida de Resultados Transitados

O valor acrescentado bruto, grandeza constituindo a principal componente do rendimento, foi de 38,7 milhões de contos, tendo sofrido um acréscimo de cerca de 8,5% em relação ao ano anterior.

Para esta situação contribuiu a diminuição dos FSE e o crescimento das vendas de electricidade de 4,9% em relação ao ano

anterior, o que contribuiu para que a margem comercial bruta tivesse um crescimento de 7,8%, passando de 39,3 milhões em 1997 para 42,4 milhões em 1998.

O resultado operacional, atingiu 9,5 milhões de contos, a que corresponde um aumento de 37% em relação ao ano anterior.

Com efeito, o acréscimo de 5,1%



em proveitos operacionais teve como contrapartida nos custos operacionais o aumento de 2,66%.

Os trabalhos para a própria empresa resultantes do investimento de 1998, efectuado com recursos internos, são compensados em proveitos e atingiram 6,8 milhões de contos.

Os fornecimentos e serviços externos, objecto de especial atenção, foram de 5,7 milhões de contos, tendo sofrido uma redução de 1,5%, relativamente ao ano anterior.

Os custos com o pessoal, no montante de 12,1 milhões de contos, sofreram um aumento de 2,4 % em relação a 1997. Para este valor contribuiu a utilização das provisões para a racionalização dos recursos humanos, face à diminuição dos mesmos no exercício, e do decréscimo da contribuição normal para o fundo de pensões em cerca de 340 mil contos, em relação ao ano anterior. Estes factos conduziram a que o aumento percentual verificado com os custos do pessoal terem sido inferiores ao aumento salarial, em percentagem, praticada em 1998.

Face ao aumento do valor acrescentado bruto e do aumento das despesas com o pessoal, o resultado económico bruto é de 26,6 milhões de contos, valor superior em 11,6% em relação ao ano transacto,

pelo que a capacidade da empresa em gerar recursos de tesouraria foi maior.

As amortizações do exercício, no montante de 11,4 milhões de contos, devem-se à transferência para exploração de novos imobilizados entretanto concluídos, não tendo ocorrido durante o exercício alterações nos critérios e nas taxas de reintegração dos imobilizados.

As provisões do exercício sofreram um aumento de cerca 4,1 milhões de contos, resultante da diminuição de provisões para créditos de clientes de cobrança duvidosa (75 mil contos) e do aumento das provisões para complemento do Fundo de Pensões em 79,5 milhões de contos, das provisões para actos médicos em 3 497,4 milhares de contos e da racionalização de meios humanos em 615,4 milhares de contos.

Nestes valores encontram-se incluídos 1 066 milhares de contos por contrapartida de Resultados Transitados.

As rendas de concessão devidas às Autarquias atingiram os 4,9 milhões de contos, representando 7,75% das vendas de energia eléctrica em BT.

Os resultados financeiros sofreram uma variação muito positiva, devido à conjugação da diminuição das dívidas de médio e longo prazo e de curto prazo, dos juros da dívida em cerca de 632 milhares de contos, face à evolução descendente das taxas de juro



ocorridas no exercício e aos ganhos financeiros em Empresas do Grupo.

Os resultados extraordinários foram negativos, atingindo cerca de 1 157 milhares de contos, devido fundamentalmente ao reforço das provisões para reformas antecipadas e para actos médicos em cerca de 4 milhões de contos.

O cash-flow atingiu, no exercício, o valor de 20,3 milhões de contos, pelo que a capacidade de autofinanciamento foi de 1,9.

Indicadores

A rendibilidade e a estrutura financeira da empresa podem ser observadas no quadro seguinte:

	1997	1998
Rendibilidade dos Capitais Próprios		
Resultados Líquidos / Capital Próprio (%)	5,45	4,45
Rendibilidade Económica		
Resultados Operacionais / Activo (%)	3,59	4,99
Rendibilidade das Vendas		
Resultados Líquidos / Vendas (%)	6,50	4,98
Rotação do Activo		
Vendas / Activo (%)	47,13	50,07
Autonomia Financeira		
Capital Próprio / Activo (%)	56,16	55,98
Liquidez Geral		
Capital Circulante (*) / Passivo Curto Prazo (%)	65,96	65,77
Estrutura Financeira		
Capital Próprio / Passivo M.L.P.	3,53	3,42
Capacidade de Autofinanciamento		
Cash Flow / Investimento Custos Técnicos	1,69	1,92
Cobertura do Imobilizado		
Capital Permanente / Activo Imobilizado (%)	79,91	79,18
Solvabilidade Total		
Activo / Passivo	2,28	2,27
Prazo Médio de Recebimentos (meses)		
Créditos Correntes Clientes / Vendas x 12	1,02	0,93
Taxa de Cobertura de Materiais Diversos (meses)		
Existências / Consumos x 12	1,36	1,39
V.A.B. Per Capita (milhares de contos)		
V.A.B. / Número médio de Efectivos	16,33	19,27
Vendas Per Capita (milhares de contos)		
Vendas / Número médio de Efectivos	41,80	47,68

(*) Deduzido dos Créditos de MLP

De um modo geral a evolução dos indicadores, relativamente ao exercício anterior, é positivo.

Considerações Finais



Perspectivas para 1999

Em 1999, a actividade da Empresa será balizada pelos objectivos estratégicos constantes do Plano Estratégico a médio prazo, decorrente dos objectivos mais gerais traçados pelo Conselho de Administração da Holding.

Espera-se que durante o ano de 1999 o desempenho económico e financeiro da Empresa, em termos globais, não se altere, relativamente a 1998, desde que não ocorram alterações significativas nas variáveis chave do negócio.

A redução do tarifário a Clientes finais, imporá uma redobrada atenção na contenção dos custos gerais de funcionamento.

Tendo como objectivo estratégico central a satisfação dos Clientes, prosseguirá a implementação da Gestão pela Qualidade Total.

No âmbito do SIREN - Sistema Integrado de Redes de Distribuição - continuar-se-á com a implementação, do Sistema de Informação Técnica (SIT), o qual permitirá uma acrescida melhoria da gestão das redes e do serviço prestado.

Dar-se-á continuidade ao plano global de automatização e telecomando da rede MT, que visa uma maior flexibilidade da rede e eficiência de manobras.

Vai continuar o programa de instalação da

rede de Alto Débito, envolvendo a interligação entre o Despacho da Empresa e os Centros de Comando das Subestações.

A nível da função investimento haverá uma política acrescida de selectividade das obras de investimento, em função do seu mérito técnico-económico, esperando-se, em consequência, a continuação da melhoria dos índices de utilização das redes.

Dedicar-se-á particular atenção à gestão dos Recursos Humanos, cujo contributo será decisivo para o aumento dos ganhos de produtividade que a Empresa espera alcançar, através da prossecução da sua valorização profissional, da sua crescente identificação com os objectivos da Empresa e ainda com a intensificação de uma verdadeira cultura empresarial.

Prevê-se que as vendas de electricidade em GWh cresçam a uma taxa anual em torno dos 4%.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Artº 25º dos Estatutos da CENEL, propõe que o resultado líquido do exercício de 1998 no valor de 4 772 991 031\$00 tenha a seguinte aplicação:

P/Reserva Legal	238 650 000\$00
P/Dividendos	3 000 000 000\$00
P/Resultados Transitados.	1 534 341 031\$00



Nota Final

Ao concluir a apresentação do Relatório do Exercício de 1998 o Conselho de Administração em exercício manifesta o seu reconhecimento a todos os que contribuíram para a concretização dos objectivos da Empresa.

Aos trabalhadores pelo seu valoroso empenhamento e competência profissional.

Às entidades governamentais e da Administração Pública e Local em geral, pelo apoio e colaboração que nos prestaram sempre que necessário, contributo decisivo para o bom desempenho da Empresa.

Ao Conselho de Administração da EDP, pelo modo como nos apoiou e pela confiança que sempre nos manifestou.

Ao Revisor Oficial de Contas pela sua disponibilidade e colaboração no exercício das suas atribuições.

Coimbra, 22 de Fevereiro de 1999

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães -
Presidente

João José Gomes de Aguiar
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Anexo ao Relatório de Gestão



1) Art.º 447.º n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP - Electricidade de Portugal, S.A., com a qual a CENEL - Electricidade do Centro, S.A., está em situação de Grupo:

Membros do CA	Nº de Acções
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães	816
Cônjuge: Emília M. Pimentel Morgado	254
João José Gomes de Aguiar	841
Cônjuge: Maria de Fátima Bárbara Madeira de Aguiar	303
Carlos Manuel do Carmo Brandão	300
José Celestino Oliveira Rocha	325
Cônjuge: Maria Cardoso Roldão	100
António Eduardo da Silva Oliva	225

2) Art.º 448.º n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 1998, eram titulares do Capital da CENEL - Electricidade do Centro, S.A.:

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.,
com sede na Avenida José Malhoa, lote A 13,
Lisboa 100% do capital social

Não se verificou durante o exercício de 1998 qualquer mudança de titularidade das acções da sociedade por qualquer causa.

Coimbra, 22 de Fevereiro de 1999

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães -

Presidente

João José Gomes de Aguiar

Carlos Manuel do Carmo Brandão

José Celestino de Oliveira Rocha

António Eduardo da Silva Oliva





118	Balanço em 31 de Dezembro de 1998
120	Demonstração dos Resultados do Exercício de 1998
122	Anexo ao balanço e à Demonstração de Resultados
145	Demonstração dos Fluxos de Caixa
146	Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos
147	Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
148	Valor Acrescentado Bruto



Balanço em 31 de Dezembro de 1998

Notas		Exercício			
		1998		1997	
		AB	A/P	AL	AL
Imobilizado:					
03.a/10	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	5.388.590.476	4.229.514.267	1.159.076.209	1.330.120.582
	Terrenos e recursos naturais	566.903.529		566.903.529	566.903.529
	Edifícios e outras construções	5.804.357.553	2.559.062.080	3.245.295.473	3.350.844.235
	Equipamento básico	311.925.143.420	161.252.947.389	150.672.196.031	150.498.330.685
	Equipamento de transporte	2.282.177.569	1.735.633.209	546.544.360	499.774.217
	Ferramentas e utensílios	320.240.150	292.498.099	27.742.051	34.218.402
	Equipamento administrativo	1.977.197.313	1.489.441.509	487.755.804	514.788.545
	Diferenças de câmbio	215.979.178	43.726.240	172.252.938	179.443.082
	Outras imobilizações corpóreas	358.011.755	177.785.183	180.226.572	188.952.018
	Obras em curso	2.979.012.510		2.979.012.510	2.570.587.026
		331.817.613.453	171.780.607.976	160.037.005.477	159.733.962.321
03.b/10	Investimentos financeiros:				
	Partes de capital em empresas do grupo	14.517.884.352		14.517.884.352	14.779.494.142
	Títulos e outras aplicações financeiras	372.837.777		372.837.777	328.956.904
		14.890.722.129		14.890.722.129	15.108.451.046
Circulante:					
03.c/22/41	Existências:				
	Matérias-primas, subsid. e consumo	601.252.565		601.252.565	509.764.816
	Adiantamentos por conta de compras				1.209.300
		601.252.565		601.252.565	510.974.116
21/46.a	Dívidas de Terceiros - Médio Longo Prazo:				
	Autarquilas - Dívida de 31/12/88	1.218.101.288	1.218.101.288		
	Empresas do Grupo - Empréstimos	1.429.545.551		1.429.545.551	1.786.931.951
	Outros Devedores	78.597.320		78.597.320	72.751.360
		2.726.244.159	1.218.101.288	1.508.142.871	1.859.683.311
	Dívidas de terceiros - curto prazo:				
	Clientes c/c	7.388.914.157		7.388.914.157	7.730.996.100
23	Clientes de cobrança duvidosa	2.372.236.682	2.301.910.751	70.325.931	53.465.121
	Empresas do Grupo - Empréstimos	357.386.400		357.386.400	357.386.400
48.f	Estado e outros entes públicos	87.484.558		87.484.558	363.457.157
48.b	Outros devedores	3.382.872.835	19.470.526	3.363.402.309	4.774.605.251
		13.588.894.632	2.321.381.277	11.267.513.355	13.279.910.029
	Depósitos Bancários e Caixa:				
	Depósitos bancários	388.780.774		388.780.774	694.146.273
	Caixa	13.006.341		13.006.341	10.016.920
		401.787.115		401.787.115	704.163.193
48.a	Acréscimos e Diferimentos:				
	Acréscimos de proveltos	2.438.267.138		2.438.267.138	2.290.206.203
	Custos diferidos	271.932.840		271.932.840	396.840.505
		2.710.199.978		2.710.199.978	2.687.046.708
Total de Amortizações		171.780.607.976			
Total de Provisões		3.539.482.565			
Total do Activo		336.736.714.031	175.320.090.541	191.416.623.451	193.884.190.724

Direcção Administrativa e Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Jorge Correia Lopes Barbosa

O Director Administrativo e Financeiro
Carlos Manuel Monteiro de Pina Ribeiro



Capital Próprio e Passivo

Unidade: Escudo

Notas	Exercício	
	1998	1997
36/37/40 Capital próprio		
Capital	50.250.000.000	50.250.000.000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	676.010.086	750.290.427
40 Reservas:		
Reservas Legais	1.220.418.904	923.468.904
Outras Reservas	50.230.859.893	50.230.859.893
40.d Resultados transitados	248.543	799.374.989
Subtotal	102.377.537.426	102.953.994.213
40.e Resultado líquido do exercício	4.772.991.031	5.938.661.552
Total do Capital Próprio	107.150.528.457	108.892.655.765
Passivo		
48.c Provisões para riscos e encargos		
Provisões p/reformas antecipadas	1.593.776.189	1.514.209.882
Outras provisões p/riscos e encargos	12.061.409.502	7.948.563.401
Subtotal	13.655.185.691	9.462.773.283
29 Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo		
Empresas do Grupo - Empréstimos	14.029.469.681	17.536.837.097
Outros credores	2.509.821.756	2.499.999.919
10.c.II Conta de regularização (DL 344-B/82)	1.159.076.209	1.330.120.582
Subtotal	17.698.367.646	21.366.957.598
Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
48.e Dívidas a instituições de crédito		
Empresas do Grupo - Empréstimos	1.387.122.507	1.257.349.704
Fornecedores c/c	3.507.367.416	3.507.367.416
Fornecedores - Fact. em recepção e conf.	6.396.335.764	5.768.448.379
Fornecedores de imobilizado c/c	14.156.329	36.530.996
48.f Estado e outros entes públicos	1.233.430.570	817.376.439
48.b Outros credores	4.628.159.889	4.431.373.759
Subtotal	1.489.011.349	6.156.245.983
Subtotal	18.655.583.824	21.974.692.676
48.a Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de custos	2.421.546.461	3.340.644.873
Proveitos diferidos	31.835.411.411	28.846.466.529
Subtotal	34.256.957.872	32.187.111.402
Subtotal	84.266.095.033	84.991.534.959

Total do Capital Próprio e do Passivo

191.416.623.490 193.884.190.724

O Conselho de Administração:
 Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
 João José Gomes de Aguiar
 Carlos Manuel do Carmo Brandão
 José Celestino de Oliveira Rocha
 António Eduardo da Silva Oliva



Demonstração dos Resultados do Exercício de 1998

Custos e Perdas

Unidade: Escudo

Notas	Exercício		
	1998	1997	
41	Custo das existências vendidas e consumidas		
	Electricidade	53.342.802.963	51.927.113.016
	Materiais Diversos	5.177.975.665	4.519.422.858
		58.520.778.628	56.446.535.874
	Fornecimentos e serviços externos	5.693.482.780	5.781.141.510
	Custos com o pessoal:		
	Remunerações		
43	Remuneração dos órgãos sociais	17.388.650	14.905.313
	Remuneração do pessoal	7.814.129.173	7.504.125.171
	Encargos sociais:		
03.g	Complemento de pensões de reforma	8.190.914	8.125.873
	Prémios para pensões	330.309.490	696.900.000
	Encargos s/remunerações	1.873.964.512	1.833.771.784
	Custos de acção social	1.049.300.235	1.024.504.706
	Outros	1.039.146.749	763.485.848
		12.132.429.723	11.845.818.695
10.b	Amortizações do exercício	11.420.160.052	11.327.501.694
34	Provisões do exercício	909.242.911	1.075.599.998
		12.329.402.963	12.403.101.692
	Impostos:		
	Impostos indirectos	59.630.626	46.077.016
	Impostos directos	5.989.889	2.980.097
03.a.ii	Rendas de concessões	4.879.772.700	4.655.679.000
	Outros custos e perdas operacionais	48.469.867	57.409.257
		4.993.863.082	4.762.145.370
	A - Custos e Perdas Operacionais	93.669.957.176	91.238.743.141
45	Custos e perdas financeiras		
	Juros	1.061.368.228	1.693.277.951
	Perdas em Emp. do Grupo e Associadas	85.047	4.857.464
	Diferenças de câmbio (Desfavoráveis)	1.682.791	2.954.067
	Out. custos e perdas financ. e similares	1.265.287	1.268.918
		1.064.401.353	1.702.358.400
	C - Custos e Perdas Correntes	94.734.358.529	92.941.101.541
46	Custos e perdas extraordinárias		
	Donativos	3.614.500	4.073.900
	Dívidas incobráveis	98.001.368	219.012.005
	Perdas em existências	1.687.794	2.291.817
	Perdas em imobilizações	8.707.221	3.466.280
	Correcções exercícios anteriores	320.085.508	37.600.145
	Outros custos e perdas extraordinárias	4.909.780.175	5.341.876.566
		5.341.876.566	1.581.362.677
	E - Custos e Perdas do Exercício	100.076.235.095	94.788.908.365
06	Imposto sobre o rendimento do exercício	4.184.952.039	4.071.356.769
	G - Custos Totais	104.261.187.134	98.860.265.134
40.e	Resultado líquido do exercício	4.772.991.031	5.938.661.552
	TOTAL	109.034.178.165	104.798.926.686
	Resultados Operacionais (B)-(A)		
	Resultados Financeiros [(D)-(B)]-[C)-(A)]		
	Resultados Correntes (D)-(C)		
	Resultados Antes dos Impostos (F)-(E)		
	Resultado Líquido do Exercício (F)-(G)		

Direcção Administrativa e Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Jorge Correia Lopes Barbosa

O Director Administrativo e Financeiro
Carlos Manuel Monteiro de Piná Ribeiro



Proveitos e Ganhos

Unidade: Escudo

Notas	Exercício		
	1998	1997	
44	Vendas:		
	De energia eléctrica	95.731.928.840	91.241.059.406
	Outras	103.121.877	141.894.074
	Prestações de serviços	294.723.352	282.068.251
		96.129.774.069	91.665.021.731
48.d	Trabalhos para a própria empresa		
	Proveitos suplementares	6.822.131.038	6.271.289.859
	Outros proveitos e ganhos operacionais	260.827.881	254.446.537
		5.491.843	13.126.352
	B - Proveitos e Ganhos Operacionais	103.218.224.831	98.203.884.479
45	Proveitos e ganhos financeiros		
	Ganhos em Emp. do Grupo e Associadas	1.053.546.089	1.201.767.083
	Rendim. de tit. negoc. e out. aplic. financeiras	3.063.252	5.956.207
	Outros juros e proveitos similares:		
	Relativos a empresas do Grupo	109.846.350	138.636.252
	Outros	464.066.505	561.450.184
		1.630.522.196	1.907.809.726
	D - Proveitos e Ganhos Correntes	104.848.747.027	100.111.694.205
46	Proveitos e ganhos extraordinários		
	Recuperação de dívidas	1.100.543	2.540.448
	Ganhos em existências	248.278	1.294.296
	Ganhos em imobilizações	38.457.632	64.318.237
	Reduções de amortizações e de provisões	1.824.092.836	1.156.721.734
	Correcções relativas a exercícios anteriores	77.107.816	147.636.144
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.244.424.033	4.185.431.138
		4.185.431.138	3.314.721.622
		4.185.431.138	4.687.232.481
	F - PROVEITOS TOTAIS	109.034.178.165	104.798.926.686
		9.548.267.655	6.965.141.338
		566.120.843	205.451.326
		10.114.388.498	7.170.592.664
		8.957.943.070	10.010.018.321
		4.772.991.031	5.938.661.552

O Conselho de Administração:
 Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
 João José Gomes de Aguiar
 Carlos Manuel do Carmo Brandão
 José Celestino de Oliveira Rocha
 António Eduardo da Silva Oliva

00 - Nota Introdutória

a) Objecto e detentores do capital

A CENEL - Electricidade do Centro, S.A., resultou da cisão da EDP em harmonia com o disposto nos Decretos-Lei 7/91 e 131/94, aprovada em assembleia geral de accionistas de 18 de Agosto de 1994, e tem por objecto estabelecimento e a exploração do serviço público de distribuição e venda de energia eléctrica nas áreas onde se encontra legalmente autorizada. O capital social da CENEL é de 50 250 000 contos, é detido totalmente pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A., tendo sido integralmente realizado em espécie por bens activos e passivos.

b) Regime de preços de venda de energia eléctrica

Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas), são fixados por convenção negociada entre o Grupo EDP e a Direcção Geral da Concorrência e Preços, nos termos do Decreto-Lei n.º 18-A/89, de 12 de Janeiro.

c) Regime de preços de compra de energia eléctrica

As condições de aquisição de energia eléctrica à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. foram estabelecidas no documento "Sistema tarifário Transporte-Distribuição 1995; Regras de Facturação e Preços", elaborado e posto em aplicação pela EDP, S.A..

As condições de aquisição de energia eléctrica a terceiros são reguladas pelos Decretos-Lei 189/88 de 27 de Maio, 186/95 de 27 de Julho e 313/95 de 24 de Novembro.

d) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em Baixa Tensão está atribuído aos municípios. A Empresa no entanto, procede à distribuição de energia eléctrica neste nível de tensão, com base em contratos de concessão estabelecidos com os Municípios da sua área de exploração. Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão de distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração da Empresa. Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas (notas 03.a.II e 10.c.II), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (nota 03.a.II).

e) Correção de Hidraulicidade

A correcção de hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei n.º 338/91) de compensação dos custos variáveis de produção de energia eléctrica



induzidos pela variabilidade hidrológica, sendo gerido globalmente para a totalidade do grupo EDP. Neste mecanismo compete às Empresas de Distribuição o reconhecimento de uma parcela, bonificação (proveito) ou agravamento (custo), que corresponde ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo da Correção de Hidraulicidade, a prazo de 10 anos, igual a um adequado nível de referência.(nota 46.e).

f) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas omitidas ou não são aplicáveis à empresa ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das Demonstrações Financeiras. Os valores indicados são expressos, salvo referência em contrário, em milhares de escudos.

01 - Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e na base da continuidade das operações da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Atendendo à entrada em vigor no exercício de 1998 da Directriz Contabilística nº 19 –Benefícios de Reforma, a Empresa procedeu à alteração da sua norma de contabilização de benefícios de reforma, passando a adoptar a referida norma e abandonando as normas USA FAS 87 Employers' Accounting For Pensions e FAS 106 Employers' Accounting For Postretirement Benefits Other Than Pensions. O efeito da aplicação desta alteração, traduziu-se na relevação contabilística das “responsabilidades passadas ainda não reconhecidas como custo”, efectuada através de Resultados Transitados por contrapartida em Provisões no montante de 6 251 100 contos e, dos “ganhos e perdas actuariais”, efectuada através de Resultados Extraordinários do Exercício por contrapartida em Provisões no montante de 3 116,4 milhares de contos.

03 - Critérios contabilísticos e valorimétricos

a) Imobilizações Corpóreas

l) Imobilizações de propriedade da CENEL

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores de custo que resultaram do processo de reestruturação da EDP, S.A. em referência a 1 de Janeiro de 1994 e ao custo



de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura. As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidos no balanço. Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos no valor das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Artº. 39º. do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79-02-01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79-03-28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações, são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam. As diferenças de câmbio são amortizadas às taxas de 2% e 3,33% respectivamente, em edifícios e equipamentos básicos. Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa,

sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (nota 46.e), pela amortização das comparticipações (registadas em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios para o Investimento) efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa. As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos, conforme alínea e) desta mesma nota e nota 48.a.1.

II) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, conforme referido na alínea d) da nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela Empresa. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em Imobilizações Corpóreas (nota 10.c.II), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo. Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da sua avaliação à data do encontro de contas entre os municípios e a EDP e das diversas reavaliações efectuadas



ao abrigo de diplomas legais, líquidos das amortizações acumuladas. Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (nota 46.e), pela redução em igual montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores - Conta de Regularização do DL 344-B/82). Pela exploração deste património são pagas rendas de concessão às Autarquias concedentes. Os períodos de concessão vigoram, de um modo geral, por um prazo de vinte anos, renovável, podendo a concessão ser revogada mediante aviso prévio de dezoito meses.

b) Contabilização dos Investimentos Financeiros em Partes de Capital

Os investimentos financeiros, em partes de capital em associadas, são contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística.

c) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas ao exterior, e ao custo de produção no caso

das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio ponderado.

d) Dívidas a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira relacionam-se com fornecedores externos e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações. No final do ano, os saldos a pagar em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço (nota 04), sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas como indicado na alínea f) desta mesma nota.

e) Custos Diferidos.

As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de seis anos (nota 48.a).

f) Encargos Financeiros e Diferenças de Câmbio

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados



a imobilizações em curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (nota 11).

g) Encargos de Estrutura

Os encargos indirectos e de gestão da Holding (nota 48 d) são repartidos entre o investimento e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente àquela actividade posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

h) Pensões e Encargos Associados

A Empresa procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº 19. A empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social. Para este efeito o Grupo EDP constituiu um Fundo de Pensões autónomo, comum a todas as Empresas do Grupo, para o qual foi transferida a totalidade das responsabilidades passadas existentes em 98.12.31. A Empresa continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício. Os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela passagem à situação de reforma antecipada, quando se encontrem em determinadas condições

de idade e antiguidade pré-definidas.

Os trabalhadores da Empresa ao passarem à situação de reforma mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

04 - Câmbios utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal - cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1998.12.31, conforme se indica de seguida:

ESP.....1,2049	FRF.....30,563
----------------	----------------

06 - Imposto sobre o Rendimento.

O Grupo EDP é tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início no exercício de 1994. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos (dez para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos 1994 a 1997, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito



significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1998.

A Empresa não tem por política reconhecer contabilisticamente o eventual efeito das diferenças temporárias entre activos e passivos numa base fiscal e contabilística.

07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 2 010, não existindo assalariados.



10. Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	5.388.590					5.388.590
Subtotal (1.1)	5.388.590					5.388.590
Imobilizações Próprias da CENL						
Terrenos e Recursos Naturais	566.903					566.903
Edifícios e Outras Construções	5.790.939				13.419	5.804.358
Equipamento Básico	301.003.857		930.873	(10.076)	10.000.489	311.925.143
Equipamento Técnico Específico	300.732.192		930.873		10.000.489	311.663.554
Distribuição de Electricidade	300.732.192		930.873		10.000.489	311.663.554
Outro Equipamento Básico	271.665			(10.076)		261.589
Equipamento de Transporte	2.157.640		248.108	(105.095)	(18.475)	2.282.178
Ferramentas e Utensílios	312.459		7.271		510	320.240
Equipamento Administrativo	1.871.293		120.631	(617)	(14.110)	1.977.197
Diferenças de Câmbio	215.979					215.979
Outras Imobilizações Corpóreas	355.211		2.801			358.012
Subtotal (1.2)	312.274.281		1.309.684	(115.788)	9.981.833	323.450.010
Imobilizado em curso	2.570.587		10.426.270		(10.017.844)	2.979.013
Aprov. Fins Múltiplos (parte não afectada)						
Adiantamento p/c de Imobilizações em curso						
Subtotal (1.3)	2.570.587		10.426.270		(10.017.844)	2.979.013
Total (1)	320.239.458		11.735.954	(115.788)	(36.011)	331.817.613
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de Capital	15.108.452	(217.730)				14.890.722
Investimentos em imóveis						
Outras Aplicações financeiras						
Total (2)	15.108.452	(217.730)				14.890.722
Total Geral (1)+(2)	335.347.910	(217.730)	11.735.954	(115.788)	(36.011)	346.708.335



b) Amortizações

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Reforços	Regularizações	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	4.058.470		171.044		4.229.514
Subtotal (1.1)	4.058.470		171.044		4.229.514
Imobilizações Próprias CENEL					
Terrenos e Recursos Naturais					
Edifícios e Outras Construções	2.440.096		119.651	(685)	2.559.062
Equipamento Básico	150.505.527		10.760.768	(13.347)	161.252.948
Equipamento Técnico Específico	150.261.973		10.755.292	(3.271)	161.013.994
Distribuição de Electricidade	150.261.973		10.755.292	(3.271)	161.013.994
Outro Equipamento Básico	243.554		5.476	(10.076)	238.954
Equipamento de Transporte	1.657.866		188.740	(110.973)	1.735.633
Ferramentas e Utensílios	278.240		14.075	183	292.498
Equipamento Administrativo	1.356.503		147.165	(14.226)	1.489.442
Diferenças de Câmbio	36.536		7.190		43.726
Outras Imobilizações Corpóreas	166.258		11.527		177.785
Subtotal (1.2)	156.441.026		11.249.116	(139.048)	167.551.094
Total (1)	160.499.496		11.420.160	(139.048)	171.780.608
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de Capital					
Investimentos em imóveis					
Total (2)					
Total Geral (1)+(2)	160.499.496		11.420.160	(139.048)	171.780.608

c) Observações

I) Nas imobilizações próprias, o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a distribuição de energia eléctrica conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

II) As imobilizações corpóreas do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

transferidos das autarquias locais em regime de concessão.

Estes patrimónios, embora explorados pela CENEL, continuam propriedade das autarquias, totalizando em 31 de Dezembro de 1998:

Imobilizado	5 388 590
Amortizações	4 229 514
Valor Líquido	1 159 076



11 - Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na nota 03.f, foram capitalizados no exercício em Imobilizações em Curso juros de financiamento nos seguintes montantes:

Rubricas	Juros de Financiamento	
	1998	1997
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO		
Edifícios e Outras Construções	10.558	9.599
Equipamento Básico	186.636	208.651
Equipamento Técnico Específico	186.636	208.651
Distribuição de Electricidade	186.636	208.651
Estudos e Projectos	1.101	384
Sistemas Informáticos	1.101	384
Total	198.295	218.634

12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas pela EDP, ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78 Decreto-Lei nº 171/85 Decreto-Lei nº 7/91
 Decreto-Lei nº 219/82 Decreto-Lei nº 118-B/86 Decreto-Lei nº 49/91
 Decreto-Lei nº 399-G/84 Decreto-Lei nº 111/88 Decreto-Lei nº 264/92

Em consequência da reestruturação da EDP e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

14 - Outras informações relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos):

	1998	1997
Afectas à Distribuição de Electricidade	150.649.561	150.470.219
Não específicas	5.075.488	5.178.777
Implantadas em propriedade alheia	173.868	184.258
Reversíveis (*)	1.159.076	1.330.121

(*) As Imobilizações reversíveis correspondem aos patrimónios afectos à Distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão em regime de concessão, transferidos das Autorialas Locais.

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício:

	1998	1997
Juros de financiamento	198.295	218.634



15 - Bens utilizados em Regime de Locação Financeira

Os bens utilizados em regime de locação financeira são exclusivamente Equipamento de Transporte:

Rubricas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Equipamento de Transporte	21.293	2.740	18.553

16 - Investimentos Financeiros

Unidade: Escudo

Firma e Sede	Capital detido %	Capitais Próprios	Resultado do exercício	
			Ano	Valor
EMPRESAS DO GRUPO				
HIDROCENEL - Energia do Centro, S.A. Quintela SEIA	100%	13.631.025	1998	868.859
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP (à Rua Cidade de Goa) SACAVÉM	10%	694.875	1998	1.412.153
LABELEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A. Rua Cidade de Goa, 4 SACAVÉM	5%	591.700	1998	211.666
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua Cova da Moura, 2-4º LISBOA	10%	159.994	1998	(850)
SÁVIDA - Medicina Apoiada, S.A. Avª Casal Ribeiro, 15-6º LISBOA	10%	136.025	1998	71.124
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36 PORTO	5%	861.791	1998	134.253
PROET - Proj. Engenharia Tecnologia, S.A. Avª Estados Unidos da América, 55-2º LISBOA	5%	669.415	1998	21.050

A consolidação de contas é feita pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A.,

com sede na Avenida José Malhoa,
Lote A/13 - LISBOA.



23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

	1998	1997
Autarquias - Dívida até 88-12-31	1.218.101	1.218.101
Autarquias - Dívida posterior a 88-12-31	91.861	60.209
Clientes de cobrança duvidosa	2.280.375	2.373.180
Outros Devedores	23.709	19.476

25 - Dívidas do Pessoal

	1998	1997
A receber do Pessoal	5.239	5.323

29 - Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro de 1988:

	1998		Total
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	
Outros credores		2.509.821	2.509.821
Cauções recebidas de clientes		2.509.821	2.509.821
Empresas do Grupo (Empréstimos)	14.029.470		14.029.470
Conta de regularização - (DL 344-B/82)	855.220	303.856	1.159.078
	14.884.690	2.813.677	17.698.076

31 - Compromissos Financeiros que não constam no Balanço

a) Os compromissos financeiros dizem respeito a encomendas não satisfeitas à data do Balanço, e repartem-se do seguinte modo:

Para aquisição de Imobilizado	472.054
Para conservação do imobilizado técnico	111.670
Para aquisição de existências	793.857
	1.377.581

b) Pensões e Encargos Associados

A responsabilidade actual projectada para a data prevista para a reforma é, em 31 de Dezembro de 1998, de 27 839 milhares de contos no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas e de 10 536 milhares de contos no que respeita a Actos Médicos, encontrando-se ambas integralmente cobertas, quer por activos do Fundo de Pensões de 25 347 milhares de contos, quer por provisões.



No exercício foram reconhecidos os seguintes custos operacionais (em milhares de contos):

	Pensões	Actos Médicos
Custo dos serviços correntes	514.8	323.8
Custo dos juros	1.459.0	617.5
Retorno dos activos do Fundo de Pensões	(1.558.5)	--
Ganhos e perdas actuariais	(85.0)	(34.9)

Pressupostos utilizados no estudo actuarial realizado no exercício de 1998:

Taxa anual de desconto	6,5%
Taxa anual de rendimento	8,0%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada	40,0%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,5%
Taxa anual de crescimento do total das pensões	2,5%
Taxa anual de crescimento das pensões da segurança social	2,25%
Taxa de inflação	2,0%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1998	6,0%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1999 e anos seguintes	5,0%

b) Garantias solidárias

Atendendo a que na reestruturação da EDP, S.A. e consequente cisão realizada no exercício de 1994 o endividamento financeiro continuou a ser detido pela EDP, S.A. embora os activos que juridicamente o suportavam tivessem sido transferidos para as Empresas Nucleares então constituídas, tornou-se necessária a emissão por estas de garantias solidárias a favor de entidades credoras de parte da dívida financeira externa.

O valor destas garantias ascende, no final do exercício de 1998, a 103 643 milhares de contos.

32 - Responsabilidades Contingentes

a) Garantias prestadas a terceiros

A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 13 580 contos.

Estas garantias são constituídas na globalidade por garantias bancárias e foram prestadas a tribunais e a outros organismos do Estado.

Não existem garantias reais.

34 - Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Para dívidas de clientes	3.598.026		78.014	3.520.012
Para outras dívidas de terceiros	16.628	2.843		19.471
Para riscos e encargos	9.462.773	5.938.474	1.746.061	13.655.186
Total	13.077.427	5.941.317	1.824.075	17.194.669

36 - Capital - Número de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 50 250 000 acções escriturais nominativas de 1 000 escudos cada, encontrando-se totalmente realizado.

37 - Capital - Detentores

O capital é detido em 100% pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

40 - Movimento dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	50.250.000			50.250.000
Ajustamentos de partes de Capital	750.290	242.395	316.675	676.010
Reservas	51.154.329	296.950		51.451.279
Resultados Transitados	799.375	5.938.734	6.737.860	249
Resultado Líquido do Exercício	5.938.662	4.72.891	5.938.662	4.772.991
Total	108.892.656	11.251.070	12.993.197	107.150.529

a) Em conformidade com os estatutos da CENEL a reserva legal é obrigatoriamente dotada com uma percentagem dos lucros a apropriar. Esta reserva só pode ser utilizada

na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.



b) A Reserva Livre incluída nos capitais próprios da Empresa representa o património líquido, transferido para a CENEL no acto da reestruturação da EDP, S.A., não coberto por capital social. Na constituição da Empresa a parte do património líquido não coberta pelo Capital Social ficou a constituir uma Reserva considerada equivalente, apenas para este efeito, a um “Prémio de Emissão”.

c) A rubrica Ajustamento de Partes de Capital em Filiais e Associadas contém os seguintes movimentos do exercício:

I) 222 011 contos relativos a lucros não atribuídos pela HIDROCENEL do exercício de 1996;

II) 14 868 contos relativos a lucros não atribuídos, do exercício de 1997, pelas Outras Empresas onde a CENEL participa;

III) 311 160 contos referentes à actualização dos investimentos financeiros em partes de capital em Empresas do Grupo, por variações ocorridas no respectivo Capital Próprio, não incluindo o Resultado Líquido do Exercício.

d) O movimento do exercício dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo Inicial		799.375
Transferência do resultado do exercício anterior		5.938.662
Por aplicação em:		
Reserva Legal	296.950	
Dividendos	4.650.000	
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	14.550	
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	447.500	(5.409.000)
Regularizações Diversas		(1.328.788)
Saldo Final		249

O valor negativo de 1 328 788 contos de Regularizações Diversas evidencia os lucros distribuídos aos corpos gerentes e trabalhadores nas empresas participadas (25 980), e ainda os lucros retidos (reservas e resultados transitados) nas mesmas Empresas (236 880), 72 contos de lucros não atribuídos e ainda (1 066 000 contos)

referentes ao ajustamento das provisões para riscos e encargos não reflectidas nos resultados.

41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Electricidade	Mat.-Primas, Subsidiárias e de Consumo Mat. Diversos	Total
Existências Iniciais		509.765	509.765
Compras e Produções Internas	53.342.803	5.270.904	58.613.707
Regularização de Existências		(1.440)	(1.440)
Existências Finais		601.253	601.253
Custo do Exercício	53.342.803	6.177.976	58.520.779



43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

	1998	1997
Conselho de Administração	16.919	14.442
Mesa de Assembleia Geral	470	463
Total	17.389	14.905

44 - Vendas e Prestações de Serviços

	Exercício	
	1998	1997
(a) Vendas		
(a.1) de energia eléctrica		
em Alta Tensão	8.052.502	8.014.321
em Média Tensão	25.728.605	24.512.820
em Baixa Tensão (>39,6 kva)	5.0548.312	5.440.805
em Baixa Tensão	54.282.575	51.272.120
em Baixa Tensão (Iluminação Pública)	3.187.122	3.041.025
Descontos e abatimentos em vendas	<u>(1.067.187)</u>	<u>(1.040.031)</u>
	95.731.929	91.241.060
(a.2) Outras		
Materiais Diversos	103.122	141.894
(b) Prestações de Serviços		
de Electricidade	124.778	123.107
de Outros	<u>169.945</u>	<u>158.961</u>
	294.723	282.068
	<u>96.129.774</u>	<u>91.665.022</u>

i) A Empresa restringe a sua actividade de vendas apenas ao mercado interno.



45 - Demonstração de Resultados Financeiros

Custos e Perdas

	Exercício	
	1998	1997
Juros Suportados	1.061.368	1.693.278
Perdas em Emp. do Grupo e Assoc.	85	4.657
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	1.683	2.954
Outros Custos e Perdas Financeiras	1.265	1.269
Resultados financeiros	566.121	205.452
	<u>1.630.522</u>	<u>1.907.810</u>

Proveitos e Ganhos

	Exercício	
	1998	1997
Juros Obtidos	182.304	313.365
Ganhos em Empresas do Grupo e Assoc.	1.053.546	1.201.767
Rendimentos de Imóveis	3.063	5.956
Diferenças de Câmbio Favoráveis		211
Rendimentos de Part. Capital Emp. Grupo		
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	87.602	79.954
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	304.007	306.557
	<u>1.630.522</u>	<u>1.907.810</u>

a) A rubrica de Juros Suportados inclui entre outros os seguintes montantes:

	1998	1997
Juros de empréstimos	1.004.779	1.358.903
Juros de gestão de tesouraria	56.117	333.853
	<u>1.060.896</u>	<u>1.692.756</u>

b) A rubrica Perdas em Empresas do Grupo e Associadas reflecte a participação nos resultados líquidos do exercício de 1998 das respectivas Empresas:

	1998	1997
PROET		2.652
MRH	85	2.205
	<u>85</u>	<u>4.857</u>

c) A rubrica Outros Custos e perdas financeiras inclui o valor de:

	1998	1997
Serviços Bancários	1.263	1.265

d) A rubrica Juros obtidos inclui os seguintes valores:

	1998	1997
Juros de empréstimos concedidos à Hidrocenel	102.387	138.636
Juros de gestão de tesouraria	7.459	
Juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE	71.965	174.700
Juros de depósitos bancários	493	29
	<u>182.304</u>	<u>313.365</u>

e) A rubrica Ganhos em Empresa do Grupo e Associadas reflecte a participação nos resultados líquidos do exercício de 1998 das respectivas empresas:

	1998	1997
HIDROCENEL		
- Energia do Centro, S.A.	889.859	1.074.811
HIDRORUMO		
- Projecto e Gestão, S.A.	6.713	4.194
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A.	1.064	
SÁVIDA		
- Medicina Apoiada, S.A.	7.112	1.694
EDINFOR		
- Sistemas Informáticos, S.A.	141.215	112.428
LABELEC- Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.	10.583	8.640
	1.053.546	1.201.767

f) A rubrica Outros Proveitos e Ganhos Financeiros inclui:

	1998	1997
Compensações debitadas a clientes		
BT/IP por atraso de pagamento	301.938	305.656
Compensação por cheques devolvidos de clientes	136	901
Outros proveitos e ganhos financeiros	1.933	
	304.007	306.557





46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas

	Exercício	
	1998	1997
Donativos	3.615	4.074
Dívidas Incobráveis	98.001	219.012
Perdas em existências	1.688	2.292
Perdas em Imobilizações	8.707	3.466
Multas e penalidades	89	52
Aumentos de amortizações e provisões	0	0
Correcções relativas a Exercícios anteriores	320.086	37.600
Outros custos e perdas extraordinárias	4.909.691	1.581.311
Resultados Extraordinários	(1.156.446)	2.839.425
	<u>4.185.431</u>	<u>4.687.232</u>

Proveitos e Ganhos

	Exercício	
	1998	1997
Restituição de Impostos	7	0
Recuperação de dívidas	1.100	2.540
Ganhos em existências	248	1.294
Ganhos em imobilizações	38.458	64.318
Benefícios de penalidades contratuais	0	1.638
Reduções de amortizações e provisões	1.824.093	1.156.722
Correcções relativas a exercícios anteriores	77.108	147.636
Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.244.417	3.313.084
	<u>4.185.431</u>	<u>4.687.232</u>

a) A rubrica correcções relativas a Exercícios Anteriores - custos inclui as seguintes rubricas:

	1998	1997
Custos das Existências Vendidas e Consumidas	192.379	
Custos com o pessoal	127.653	1.257
Custos e perdas financeiras	54	36.343
	<u>320.086</u>	<u>37.600</u>

b) A rubrica outros custos e perdas extraordinárias inclui os seguintes valores:

	1996	1997
Dotação adicional para o Fundo de Pensões	898.224	659.300
Provisão para reformas antecipadas	1.684.472	
Provisão para actos médicos	1.431.942	
Provisão para contratação colectiva de trabalho		17.000
Provisão para racionalização de recursos humanos	849.660	893.000
Indemnizações por despedimento	45.000	
Outros custos e perdas extraordinárias não especificadas	393	12.011
	<u>4.909.691</u>	<u>1.581.311</u>

c) A rubrica Redução de amortizações e provisões diz respeito a:

	1996	1997
Redução de amortizações e provisões - amortizações	18	64
Redução de provisões para Clientes	78.013	169.414
Redução de provisões para Outros Devedores		11.973
Redução de provisões para reformas antecipadas	1.301.226	777.590
Redução de provisões para Actos Médicos	210.586	197.681
Redução de provisões para racionalização de recursos humanos	234.250	
	<u>1.824.093</u>	<u>1.156.722</u>

d) A rubrica correcções relativas a Exercícios Anteriores - proveitos inclui as seguintes rubricas:

	1996	1997
Fornecimentos e Serviços Externos		248
Impostos		5.198
Custos com o pessoal	924	214
Vendas		141.976
Proveitos e Ganhos Extraordinários	76.184	
	<u>77.108</u>	<u>147.636</u>

e) A rubrica outros proveitos e ganhos extraordinárias inclui os seguintes valores

	1996	1997
Excesso de estimativa p/ impostos sobre lucros	117.460	23.901
Compensação de amortizações de Imobilizações participadas	1.368.331	1.223.174
Compensação de amort.de imobil.corpóreas em regime de Concessão	171.044	176.239
Correcção de Hidraulicidade - Bonificação	542.325	1.817.621
Outros não especificados.....	45.257	72.149
	<u>2.244.417</u>	<u>3.313.084</u>



48 - Outras Informações

a) Acréscimos e Diferimentos.

Decomposição dos saldos evidenciados no
Balanço em 31 de Dezembro:

	Exercício	
	1998	1997
Acréscimos de proveitos		
Energia a fact., por cons. ocorridos até à data do balanço	2.436.782	2.287.906
Vendas e prestação de serviços a empresas do Grupo	1.485	2.300
	<u>2.438.267</u>	<u>2.290.206</u>
Custos diferidos		
Reparações e beneficiações do imobilizado	122.150	187.697
Encargos de Natureza Plurianual	145.217	205.296
Outros custos diferidos	4.566	3.848
	<u>271.933</u>	<u>396.841</u>
Acréscimos de custos		
Férias e subsídio de férias	1.233.050	1.216.684
Correcção da Lanifa TD	265.500	1.444.165
Outros acréscimos de custos	922.996	679.796
	<u>2.421.546</u>	<u>3.340.645</u>
Proveitos diferidos		
Subsídios para Investimento	31.835.411	28.846.467
I) Os movimentos na rubrica Reparações e beneficiações de Imobilizado foram os seguintes:		
Saldo inicial	187.697	239.067
Acréscimos do exercício	7.240	20.200
Transferência para resultados	(72.787)	(71.570)
Saldo final	<u>122.150</u>	<u>187.697</u>
II) Os movimentos na rubrica Encargos de Natureza Plurianual foram os seguintes:		
Saldo inicial - Transferência de Outros Custos e Proveitos	205.296	265.324
Acréscimos do exercício	127	157
Transferência para resultados	(60.206)	(60.185)
Saldo final	<u>145.217</u>	<u>205.296</u>

III) O valor da rubrica Outros acréscimos de custos diz respeito à especialização de custos do exercício (24 772 contos) e dotação adicional para o Fundo de Pensões (898 224 contos).

IV) Os subsídios recebidos no exercício ascendem a 4 357 276 contos neles se incluindo 744 944 contos de fundos comunitários da UE.

b) Outros devedores e Outros credores

Decomposição dos saldos evidenciados no
Balço em 31 de Dezembro:

	Exercício	
	1998	1997
Outros devedores		
Devedores por fornec. de outros bens e prest. de serviços	605.936	268.506
Devedores diversos	12.180	135.894
Empresas do Grupo		
Devedores diversos	2.764.757	4.386.833
	<hr/> 3.382.873	<hr/> 4.791.233
Outros Credores		
RDP - Taxas de radiodifusão	345.173	385.221
Cauções e retenções recebidas de fornecedores e out. Credores	14.508	16.157
Rendias de concessão	82.658	64.752
Credores diversos	54.096	26.203
Empresas do Grupo		
Sistema financeiro.	763.965	3.208.466
Credores por fornec. de outros bens e prest. de serviços	214.071	246.216
Outros	14.540	2.209.231
	<hr/> 1.489.011	<hr/> 6.156.246

A rubrica Outros Devedores (Devedores Diversos), em Empresas do Grupo, releva em 1998, o pagamento por conta do IRC.

A rubrica Outros Credores (Outros), em Empresas do Grupo, releva em 1998 valores relativos a fornecimentos diversos. Em 1997, releva no essencial os seguintes movimentos:

- 348 450 contos para pagamento do Fundo de Pensões;
- 1 775 000 contos para pagamento da 2ª tranche de dividendos de 1996.





c) Provisão para riscos e encargos

	1998	1997
Reformas antecipadas	1.593.776	1.514.210
Actos médicos	10.536.000	7.038.563
Contratação colectiva de trabalho	17.000	17.000
Racionalização de recursos humanos	1.508.410	893.000
	<u>13.655.186</u>	<u>9.462.773</u>

d) Trabalhos para a própria Empresa.

Decomposição dos valores evidenciados na demonstração dos resultados:

	1998	1997
Consumo de materiais	4.278.541	3.613.774
Encargos de Estrutura	2.336.991	2.397.732
Encargos financeiros	198.295	218.634
Outros trabalhos para a própria Empresa	8.304	41.149
	<u>6.822.131</u>	<u>6.271.289</u>

A rubrica Outros trabalhos para a própria Empresa inclui, entre outros, os seguintes valores:

Compensação em custos diferidos	7.367	20.356
---------------------------------	-------	--------

e) A rubrica do balanço "Dívidas a instituições de crédito" reflecte os saldos credores de bancos resultantes de cheques em trânsito.

f) Detalhe da conta Estado e Outros
Entes Públicos

	1996	1997
Saldos Devedores		
Imposto sobre o rendimento	102	25
Imposto sobre o valor acrescentado	87.382	363.432
	<u>87.484</u>	<u>363.457</u>
Saldos Credores		
Imposto sobre o rendimento	4.184.952	4.071.357
Retenção de imposto sobre o rendimento	187.506	104.486
Imposto sobre o valor acrescentado	0	24.332
Restantes impostos	0	1.031
Contribuição para Segurança Social	194.392	184.566
Outras Tributações	61.310	45.602
	<u>4.628.160</u>	<u>4.431.374</u>

Na rubrica Imposto Sobre o valor Acrescentado, relativamente ao ano de 1997, está incluído o valor de 325 094 contos de IVA - Reembolsos pedidos.

Os pagamentos por conta do IRC, estão registados em Outros Devedores - Empresas do Grupo.



Demonstração dos Fluxos de Caixa



Unidade: milhar de escudos

DESIGNAÇÃO	Parciais	Totais
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	96.140.640	
Pagamentos a fornecedores	(58.255.245)	
Pagamentos ao pessoal	(11.233.067)	
Fluxos gerados pelas operações	26.652.328	
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(3.953.974)	
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	1.219.837	
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(5.460.477)	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	18.457.714	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	123.474	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(369.184)	
Fluxos das actividades operacionais (1)		18.212.004
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	3.063	
Imobilizações corpóreas	40.083	
Imobilizações incorpóreas		
Subsídios de investimento	2.841.190	
Juros e proveitos similares	308.141	
Dividendos	934.050	4.126.527
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(143.448)	
Imobilizações corpóreas	(11.331.190)	
Imobilizações incorpóreas		(11.474.638)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(7.348.111)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	9.822	
Emprést. concedidos	357.386	367.208
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(3.507.367)	
Juros e custos similares	(1.061.382)	
Dividendos	(4.650.000)	(9.218.749)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(8.851.541)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)		2.012.352
Caixa e seus equivalentes no início do período		(3.761.653)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		(1.749.301)

Página 145

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	1998	1997
Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	13.006	10.017
Depósitos Bancários (Saldo devedores)	388.781	694.146
Depósitos Bancários (Saldo credores)	(1.387.123)	(1.257.350)
Caixa e seus equivalentes:	(985.336)	(553.187)
Outras disponibilidades		
Saldo sistema financeiro interno - DFN	(763.965)	(3.208.466)
Disponibilidades constantes do Balanço:	(1.749.301)	(3.761.653)

Direcção Administrativa e Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Jorge Correia Lopes Barbosa

O Director Administrativo e Financeiro
Carlos Manuel Monteiro de Pina Ribeiro

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
João José Gomes de Aguiar
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos

Unidade: Escudo

ORIGEM DOS FUNDOS		APLICAÇÃO DE FUNDOS	
Internas		Distribuições	
Resultado líquido do exercício	4.772.991.031	Por aplicação de resultados	5.112.050.000
Amortizações	11.281.111.620		
Variação das provisões	<u>4.117.241.693</u>		
	20.171.344.344		
		Diminuição dos capitais próprios:	
		Resultados transitados	1.328.787.998
		Ajust. partes capital em filiais e associadas	<u>74.280.341</u>
			1.403.068.339
Movimentos financeiros a médio e longo prazo		Movimentos financeiros a médio e longo prazo	
Diminuição de Investimentos financeiros		Diminuição das dívidas a terceiros	
Partes de capital	217.728.917	Empresas do Grupo	3.507.367.416
Diminuição das dívidas de terceiros		Conta de regularização (DL 344-B/82)	<u>171.044.373</u>
Empresas do Grupo	357.386.400		3.678.411.789
Aumento das dívidas de terceiros	5.845.960	Aumento das dívidas a terceiros	9.821.837
Diminuição de imobilizações		Aumento de imobilizações	
Cessão de Imobilizações	151.799.291	Aquisição de imobilizações	11.327.528.583
		Imobilizações em curso	<u>408.425.484</u>
			11.735.954.067
Acréscimos e diferimentos		Aumento dos Fundos Circulantes	
Proveitos diferidos			2.086.603.181
- Subsídios p/Investimento	2.988.944.882		
Custos diferidos	124.907.665		
Total	24.021.933.336	Total	24.021.933.336

Direção Administrativa e Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Jorge Correia Lopes Barbosa

O Director Administrativo e Financeiro
Carlos Manuel Monteiro de Pina Ribeiro

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva



Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes



Unidade: Escudo

ACTIVAS		PASSIVAS	
Aumento das existências		Diminuição das existências	
Materiais diversos	91.487.749	Adiantamentos por conta de compras	1.209.300
Diminuições das dívidas a terceiros a curto prazo		Diminuições das dívidas de terceiros a curto prazo	
Fornecedores fact.recepção e conferência	22.374.667	Clientes c/c	342.081.943
Outros credores	4.667.234.634	Clientes de cobrança duvidosa	61.152.816
	4.689.609.301	Estado e outros entes públicos	275.972.599
		Outros devedores	1.408.360.031
			2.087.567.389
		Aumentos das dívidas a terceiros a curto prazo	
Acréscimos e diferimentos		Dívidas a instituições de crédito	129.772.803
Acréscimos de proveitos	148.060.935	Fornecedores c/c	627.887.385
Acréscimos de custos	919.098.412	Fornecedores de imobilizado c/c	416.054.131
	1.067.159.347	Estado e outros entes públicos	196.786.130
			1.370.500.449
		Diminuição das disponibilidades	302.376.078
		Aumento dos Fundos Circulantes	2.086.603.181
Total	5.848.256.397	Total	5.848.256.397

Direcção Administrativa e Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Jorge Correia Lopes Barbosa

O Director Administrativo e Financeiro
Carlos Manuel Monteiro de Pina Ribeiro

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva

Valor Acrescentado Bruto

Unidade: milhar de contos

Descrição

1998

Vendas e Prestações de serviços	96.130
Trabalhos para a própria empresa	6.822
Outras receitas	261
(A) - Proveitos Internos Inerentes ao V.A.	103.213
Compras de electricidade	53.343
Materiais diversos	5.178
Fornecimentos e serviços externos	5.693
Impostos indirectos	60
(B) - Consumos corrigidos	64.274
V A B - VALOR ACRESCENTADO BRUTO (A-B)	38.939
Custos com o Pessoal	12.132
Outros Custos	4.930
Meios Libertos de Exploração	21.877
Amortizações	11.420
Provisões	3.051
Encargos Financeiros Líquidos	(567)
Resultados Extraordinários	(985)
Imposto sobre Rendimento	4.185
Resultado Líquido	4.773
Amortizações	11.420
Provisões Líquidas (**)	4.117
Cash-Flow	20.310

(**) Inclui 1 066 milhates de contos de provisões por contrapartida de Resultados Transilados

Direcção Administrativa e Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Jorge Correla Lopes Barbosa

O Director Administrativo e Financeiro
Carlos Manuel Monteiro de Pina Ribeiro

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
João José Gomes de Aguiar
Carlos Manuel do Carmo Brandão
José Celestino de Oliveira Rocha
António Eduardo da Silva Oliva







- 152 Certificação Legal das Contas
- 154 Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 155 Parecer dos Auditores ao Conselho de Administração
- 156 Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da CENEL – Electricidade do Centro, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1998, que evidencia um total de balanço de 191 416 623 contos e um total de capital próprio de 107 150 528 contos, incluindo um resultado líquido de 4 772 991 contos, a Demonstração dos resultados por natureza e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.





Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CENEL – Electricidade do Centro, S. A., em 31 de Dezembro de 1998, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 12 de Março de 1999.

Leal e Carreira - SROC, n.º 65
representada por
José Maria de Jesus Carreira
- ROC n.º 614

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas:

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas da CENEL – Electricidade do Centro, S. A., referentes ao exercício de 1998.

2. Procedemos à revisão legal da empresa e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998, tendo emitido o relatório e a certificação legal das contas com data de 12 de Março de 1999, cujo conteúdo damos aqui como integralmente reproduzido.

3. Acompanhámos regularmente a gestão da sociedade, analisámos os registos contabilísticos, apreciamos as políticas contabilísticas adoptadas, analisámos a informação financeira divulgada, efectuámos os testes substantivos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos e verificámos a conformidade das demonstrações financeiras com as normas constantes do Plano Oficial de Contabilidade e com a legislação específica à Cenel.

4. Analisámos o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados os quais satisfazem os requisitos legais e estatutários; o relatório de gestão é consistente com as demonstrações financeiras do exercício e apresenta duma forma adequada os aspectos principais da actividade da sociedade.

5. Concluimos com a manifestação dos nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e aos seus colaboradores com quem mais directamente contactámos pelos apoios recebidos e pela disponibilidade manifestada na prestação das informações por nós solicitadas.

O nosso parecer no sentido de que os senhores accionistas:

a) Aprovevem o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 1998;

b) Aprovevem a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Coimbra, 12 de Março de 1999

O Fiscal Único

Leal e Carreira - SROC nº 65,
representada por

José Maria de Jesus Carreira, ROC nº 614



Parecer dos Auditores ao Conselho de Administração CENEL - Electricidade do Norte, S.A.



Auditámos o Balanço de CENEL-ELECTRICIDADE DO CENTRO, S.A., em 31 de Dezembro de 1998, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data e o respectivo Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.

materialmente relevantes, a situação financeira de CENEL-ELECTRICIDADE DO CENTRO, S.A., em 31 de Dezembro de 1998, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo nessa data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 23 de Março de 1999

ERNST & YOUNG

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo Conselho de Administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras. É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos

Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

ACTA N.º 9

«(...)

Depois de proferir as habituais palavras de saudação ao representante do accionista único, o Senhor Presidente da Mesa declarou iniciada a discussão do número um da ordem de trabalhos, tendo dado a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração.

No uso da palavra, o Engenheiro Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães fez uma exposição circunstanciada da actividade da Sociedade, referindo designadamente a sua articulação e coordenação com o conjunto das empresas do Grupo EDP.

Seguidamente passou-se à votação do número um da ordem de trabalhos, tendo sido aprovados, por unanimidade, o relatório de gestão e todos os demais documentos de prestação de contas do exercício de mil novecentos e noventa e oito.

(...)»









Índice

162	Enquadramento
164	Caracterização da Empresa
165	Macroestrutura da Empresa
166	Corpos Sociais e Quadros Dirigentes
168	Síntese
169	Movimentos de Energia
171	Relatório de Gestão da LTE
172	Actividade Empresarial
175	Rede Técnica
177	Recursos Humanos
180	Evolução Económica e Financeira
186	Considerações Finais
187	Nota Final
188	Anexo ao Relatório de Gestão
191	Demonstrações Financeiras da LTE
192	Balanço em 31 de Dezembro de 1998
194	Demonstração dos Resultados do Exercício de 1998
196	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
218	Demonstração dos Fluxos de Caixa
219	Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos
220	Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
221	Valor Acrescentado Bruto
223	Documentos de Apreciação e Certificação da LTE
224	Certificação Legal das Contas
226	Relatório e Parecer do Fiscal Único
228	Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Enquadramento

A privatização de mais de 19,9 % do capital social da EDP e a entrada do parceiro estratégico constituíram os acontecimentos mais relevantes do ano de 1998, acentuando, decisivamente, o processo de aprofundamento da consolidação do Grupo EDP e, designadamente, da Distribuição.

A publicação, pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, do Regulamento das Relações Comerciais, do Regulamento Tarifário e do Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações, bem como o sistema tarifário a vigorar em 1999, marcou claramente o ano de 1998 pela sua incidência no relacionamento com os nossos clientes.

Nos âmbitos das alterações introduzidas para prevenção de problemas informáticos no ano 2000, para a adopção do EURO como opção de moeda e da preparação do início de actividade da CERTIEL como entidade certificadora e fiscalizadora, a acção desenvolvida pela EDP envolveu, para além da mobilização de importantes recursos humanos e materiais, um esforço importante de informação e esclarecimento de Clientes e entidades interlocutoras.

Melhorou-se a eficiência do investimento, usando, sistematicamente as ferramentas de planeamento de Redes e uma rigorosa análise económica, e progrediu o estudo da racionalização da conservação, enquanto que no domínio da condução foram instalados

novos Sistemas de Comando e Controlo e adaptadas medidas de melhoria e eficácia.

Acções de racionalização diversa e um controlo sistemático e de rigor permitiram conter a verba de Fornecimentos e Serviços Externos de entidades exteriores ao Grupo, ao mesmo tempo que era possível melhorar os níveis de qualidade de serviço das redes de distribuição em 1998 relativamente a 1997.

Efectuaram-se alterações processuais e ajustamentos organizativos, com o objectivo de um mais eficiente uso das sinergias no seio de cada Empresa de Distribuição e entre estas, adoptando sempre que possível filosofias de exploração e soluções comuns entre todas.

O Cliente manteve-se como o centro das preocupações da Empresa. Nesta perspectiva, continuou a pautar-se pela prossecução de objectivos de melhoria do serviço prestado ao Cliente, tanto na obtenção de ganhos de satisfação como na procura de soluções propiciadoras de um relacionamento mais fácil para atender às suas necessidades.

A política ambiental da Distribuição inseriu-se na estratégia do Grupo EDP, procurando conciliar naquelas orientações o carácter arquitectónico das instalações técnicas, bem como uma integração paisagística das redes.

O quadro de pessoal sofreu já no final do ano





uma redução de cerca de 400 trabalhadores, aproximando-se dos rácios de referência internacionais, e estando asseguradas as condições que permitam a melhoria do funcionamento da Empresa. A qualidade dos quadros técnicos permite-nos encarar com confiança os desafios do mercado liberalizado que se avizinha com a entrada em vigor da Directiva do Mercado Interno da electricidade já em Fevereiro de 1999.

Caracterização da Empresa

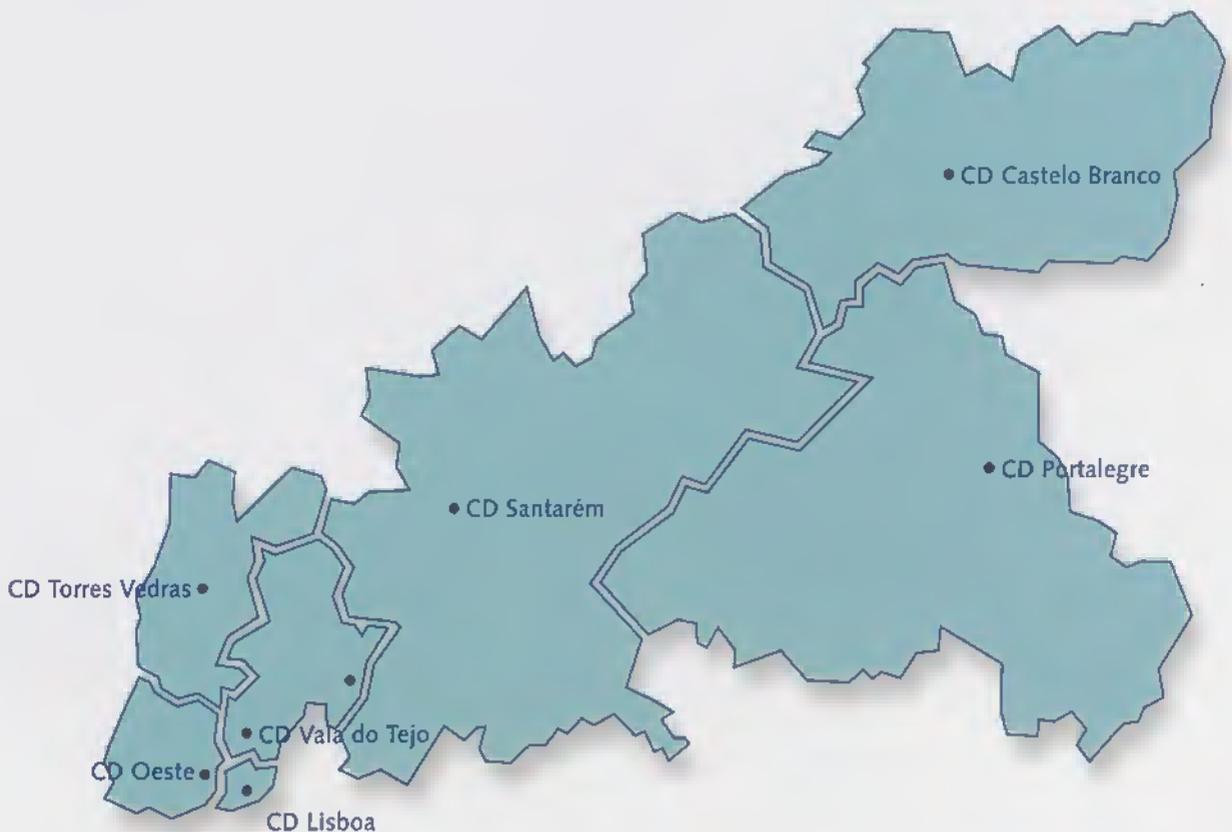
Com a criação do novo concelho de Odivelas, a LTE passou a desenvolver a sua actividade em 53 concelhos dos distritos de Lisboa, Santarém, Portalegre e Castelo Branco.

Nesta área, abastece de energia eléctrica um pouco mais de 2,7 milhões de habitantes, correspondentes a cerca de 30 % da população de Portugal Continental.

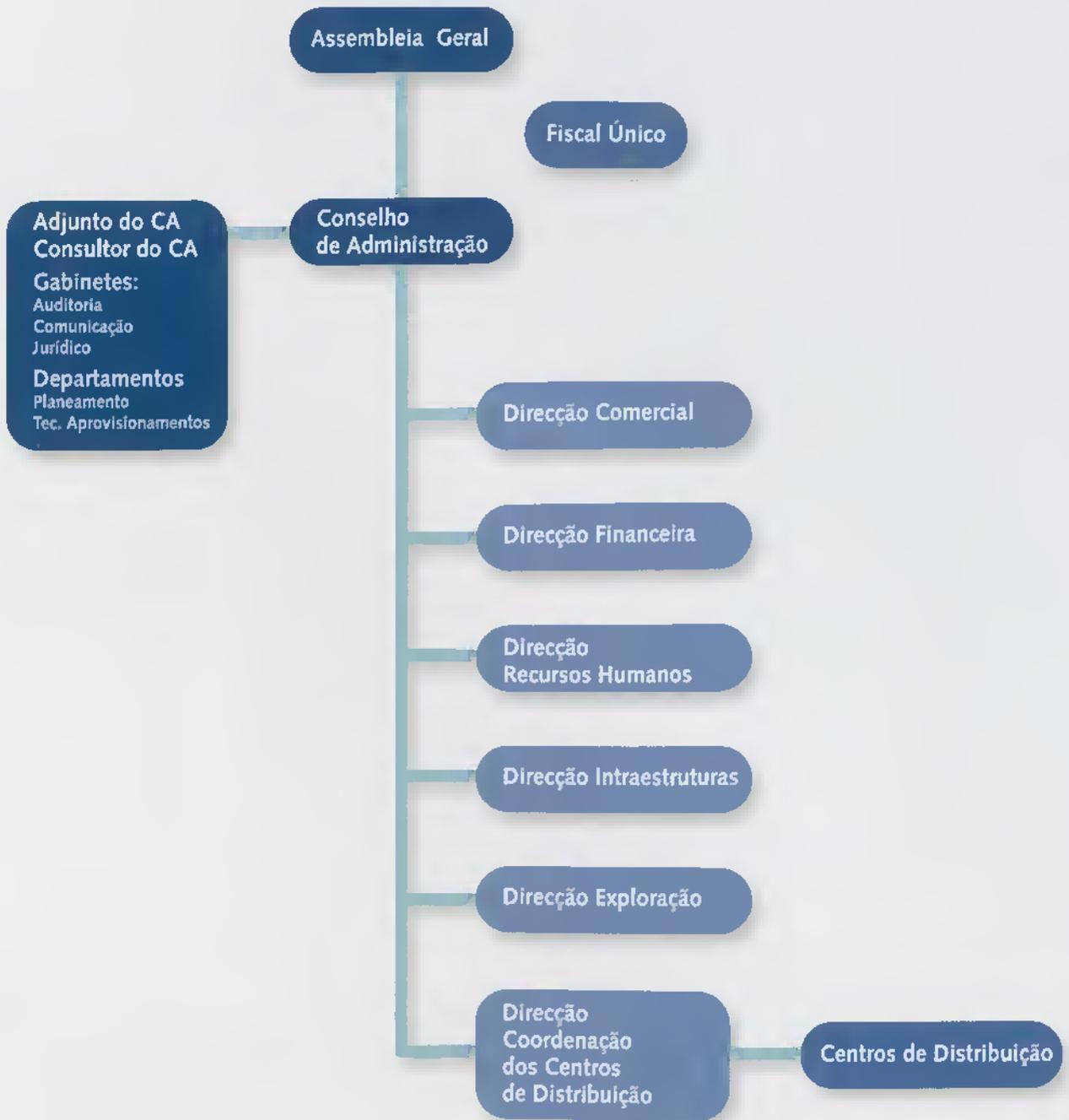
A energia vendida atingiu 8 536 GWh, a que corresponde um volume de vendas próximo de 169 milhões de contos.

A Empresa investiu cerca de 14,8 milhões de contos, em 1998, representando um decréscimo de 14,7 % a preços constantes, em relação ao ano anterior, e contava com a colaboração de 2 342 trabalhadores no final do ano.

Para prestação do serviço de abastecimento de energia eléctrica aos seus 1 446 mil Clientes, a Empresa está estruturada em sete Centros de Distribuição – Lisboa, Oeste, Vale do Tejo, Santarém, Torres Vedras, Portalegre e Castelo Branco.



Macroestrutura da Empresa



Página 165

Corpos Sociais e Quadros Dirigentes

Mesa da Assembleia Geral

Dr. Augusto Manuel Valente Vaz
Presidente

Dr. Manuel Lopes Agostinho
Vice-Presidente

Dr. Mário de Almeida e Brito
Secretário

Fiscal Único

J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção,
SROC, representada por Dr. António
de Moura Rodrigues (ROC)

Conselho de Administração

Eng.º Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Presidente

Eng.º João José Gomes de Aguiar
Vogal

Eng.º José Alberto Marcos da Silva
Vogal

Eng.º Manuel Jorge Correia Minderico
Vogal

Dr. Carlos Alberto de Mendonça Pires
Vogal

Direcções

Eng.º Carlos Ferreira Botelho
Director Comercial

Dr. Manuel Lopes Agostinho
Director Financeiro

Eng.º Óscar Roncon de Albuquerque
Director Infraestruturas

Eng.º Ângelo Manuel Sarmento
Director Exploração





Gabinetes

Dr. José F. Madeira Marques
Director Gabinete Auditoria

Dr. José Nifrário Pires
Director Gabinete Jurídico

Departamentos

Eng.^a Manuela Maria Pinto
Subdir. Planeamento

Eng.^o Francisco Lima Caria
Subdir. Tecnologia e Aprovisionamentos

Centros de Distribuição

Eng.^o Augusto Maia Alves
Director do CD Castelo Branco

Eng.^o Manuel São Miguel Oliveira
Director do CD Lisboa

Eng.^o Adelino Lobato Correia
Director do CD Oeste

Eng.^o Augusto Maia Alves
Director do CD Portalegre

Eng.^o Silvestre Luciano Pereira
Director do CD Santarém

Eng.^o Manuel Messias Silvestre
Director do CD Torres Vedras

Eng.^o António Oliveira Chaleira
Director do CD Vale do Tejo

Síntese

1. De acordo com as prioridades definidas no Plano Estratégico para a Distribuição, desenvolveram-se acções no sentido da melhoria da qualidade de serviço comercial reforçando a orientação para o Cliente, concentraram-se esforços na recuperação da dívida e melhoraram-se os sistemas de contagem de forma a reduzir as perdas comerciais.

2. A energia entrada para consumo, teve em 1998 um crescimento de 6,1 %, situando-se nos 9,3 TWh.

3. O valor total das vendas de energia eléctrica, registada como proveito do exercício, ascendeu a 168,7 milhões de contos, o que corresponde, relativamente a 1997, a um acréscimo de 6,3 %.

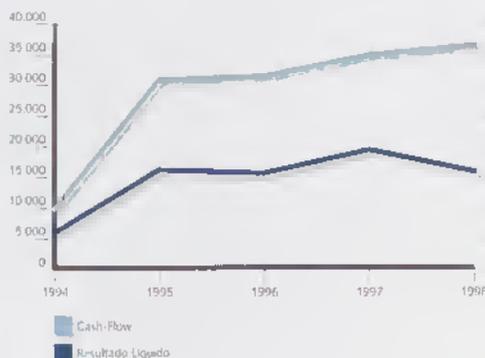
4. No final do ano a dívida de clientes situava-se em 27,7 milhões de contos.

5. Continuou o desenvolvimento do Sistema de Telecontagem Centralizado na LTE (Telecontagem C2000), com a respectiva entrada em serviço experimental e a apresentação a entidades externas à empresa.

6. Durante o ano continuou a ser dada grande atenção ao progressivo rejuvenescimento e adequação da equipa de pessoal às necessidades de Empresa, tendo em vista o acompanhamento da modernização técnica e administrativa definida como um dos seus objectivos prioritários.

7. Foi possível financiar com meios internos o investimento (14,8 milhões de contos a custos técnicos) e reduzir a dívida da LTE perante a Holding, em cerca de 8 555 milhares de contos.

8. Os resultados líquidos depois de impostos ascenderam a 16,8 milhões de contos, valor inferior ao do ano anterior em 14,2%, e o Cash-Flow atingiu o montante de cerca de 36,4 milhões de contos, superior em 4,6% relativamente ao verificado no ano anterior. É a seguinte a evolução destas duas rubricas nos últimos 5 anos:



Movimento de Energia

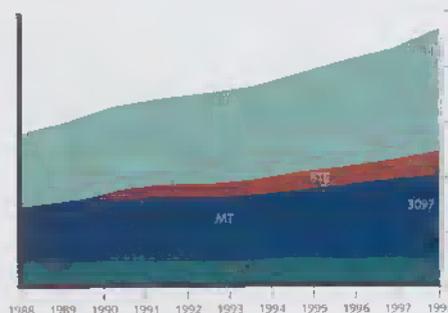


O consumo de energia eléctrica, na área geográfica que presentemente corresponde à LTE, evoluiu, nos últimos cinco anos, à taxa média de 4,6 %.

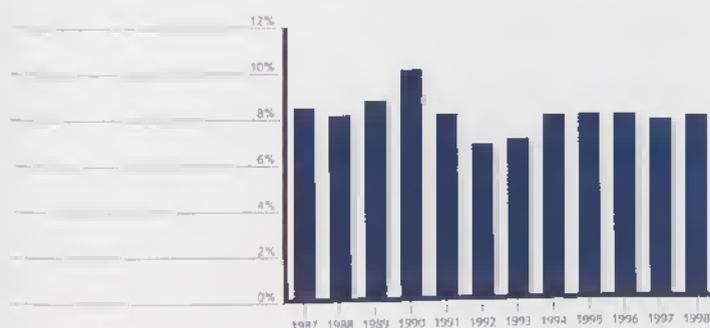
O consumo global com perdas (isto é, a energia entrada para a rede), foi de 9 268 GWh, o que representa um acréscimo de 6,1%, em relação ao ano anterior. Deste quantitativo, 97% foram fornecidos pela REN (a energia injectada pelos Produtores Independentes e pela CSE – Companhia Sevillana de Eletricidad – é comprada pela REN e facturada por esta à LTE) e 3% pela empresa de Produção Embebida HIDROTEJO. As pequenas entregas feitas pelas Empresas Distribuidoras CENEL - Electricidade do Centro, S.A. e SLE - Electricidade do Sul, S.A., em zonas de fronteira, atingiram valores pouco significativos.

forte recuperação em relação ao verificado em 1997. Os consumos em baixa tensão especial (acima de 39,6 kVA) continuam a apresentar forte crescimento, 15,9% em 1998, justificado, em parte, por se continuar a verificar transferências de Clientes da baixa tensão normal para aquele segmento.

Evolução dos preços médios (GWh)



Evolução das Perdas



Os consumos em alta tensão tiveram, em 1998, um crescimento de 1,4%.

Os consumos em média tensão tiveram um crescimento de 6,5%, o que representa uma



Alpha 170





172	Actividade Empresarial
175	Rede Técnica
177	Recursos Humanos
180	Evolução Económica e Financeira
186	Considerações Finais
187	Nota Final
188	Anexo ao Relatório de Gestão

Actividade Empresarial

Política Comercial

A evolução da Política Comercial da Empresa centrou-se nas prioridades definidas no Plano Estratégico para a Distribuição, nomeadamente melhorando a qualidade do serviço comercial, reforçando a orientação para o Cliente, utilizando com eficácia os recursos disponíveis, concentrando esforços na recuperação das dívidas de clientes e melhorando os sistemas de contagem de forma a reduzir as perdas comerciais.

Com estas acções, das quais se destacam as respeitantes à adesão à modalidade da Conta Certa que determinou um acréscimo de 159,5% no número de clientes aderentes, e a continuação das campanhas sistemáticas de auditorias a equipas de contagem com, entre outros, o objectivo de proporcionar aos clientes uma mais eficaz utilização da energia eléctrica, procurou-se garantir uma maior eficiência dos processos e uma permanente melhoria da qualidade do serviço prestado, percebida pelo cliente.

Noutra vertente desta Política Comercial, foi feito o permanente acompanhamento da elaboração e posterior publicação dos diversos regulamentos emanados da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, dinamizando-se o seu conhecimento e discussão tendo em vista a necessidade de promover a adequação das actuais práticas às novas regras.

Com igual empenhamento, foi dado constante apoio ao processo de implementação da Certiel, na sua qualidade de Associação Nacional Inspectoras das Instalações Eléctricas, evidenciando-se, como factor muito relevante, a publicação, em 28 de Dezembro, da Portaria nº 1055/98 que estabelece a data de início da sua actividade.

Número de Clientes

Com um crescimento de 2,25% em relação a 1997, o número de clientes totalizava em 31 de Dezembro 1 446 268. Deste total, a divisão pelos segmentos que actualmente estão tipificados representa 1 em MAT, 18 em AT, 5 059 em MT, 8 106 em BTE, 1 428 350 em BT e 4 734 em IP.

Compra e Venda de Energia (s/IVA)

A compra total de energia eléctrica cifrou-se em aproximadamente 93 milhões de contos, número que representa um acréscimo de 3,49% em relação ao ano anterior, e que regista a influência de um decréscimo do preço médio unitário de cerca de 2,11%.

O valor total das vendas de energia eléctrica, registadas como proveito do exercício, ascende a 168,7 milhões de contos, correspondendo a um acréscimo de 10 milhões de contos, ou seja 6,3%, relativamente a 1997.

Este valor resultou da conjugação do aumento



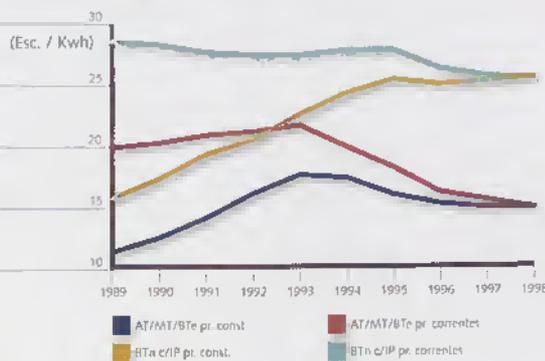


dos consumos e de um acréscimo do preço médio de venda da ordem dos 0,8%.

Venda de Energia Eléctrica

Nível Tensão	Valor (milhares de contos)	Energia (MWh)	Preço Médio (Esc./kWh)
MAT	61.3	3.013	20.33
AT	8.800.0	816.310	10.78
MT	47.086.4	3.098.934	15.19
BTE	15.346.0	771.624	19.89
BT	93.978.0	3.640.315	25.82
IP	3.400.6	205.335	16.56
Total	168.672.5	8.535.531	

Evolução dos Preços Médios de Venda



Facturação e Cobrança (c/IVA)

Durante o ano de 1998, a facturação de energia eléctrica, incluindo IVA, totalizou 177 milhões de contos.

A desagregação daquele valor pelos diferentes segmentos, em milhões de contos, é a seguinte: 0,1 de fornecimentos em MAT, 9,2 de fornecimentos em AT, 49,4 de fornecimentos em MT, 16,1 de fornecimentos em BTE, 98,7 de fornecimentos em BT e 3,5 de fornecimentos em IP.

Os valores de facturação deste exercício evidenciam um acréscimo de 8,7 milhões de contos, cerca de 5,2%, relativamente ao exercício de 1997, acréscimo que deriva dos fornecimentos em MT, BTE e BT que cresceram 9,2 milhões de contos no conjunto, enquanto se verificaram decréscimos de 0,2 milhões de contos na IP, consequência de um acerto efectuado em Lisboa sobre a facturação do último trimestre de 1997, e de cerca de 0,4 milhões de contos na AT.

Facturação de Energia Eléctrica

(incluindo IVA)

milhares de contos

Nível de Tensão	1997	1998
MAT	0.0	64.3
AT	9.636.9	9.240.0
MT	47.330.0	49.440.7
BTE	14.265.0	16.113.3
BT	93.384.7	98.677.1
IP	3.804.0	3.570.1
Total	168.420.5	177.106.2

A análise da repartição acima discriminada permite concluir que os fornecimentos em BT, com 56% do total, continuam a representar a maior parcela da facturação de energia eléctrica.

Tal como em anos anteriores, a aplicação da Adenda à Convenção Tarifária relativa a grandes consumidores e à interruptibilidade resultou numa redução da facturação da ordem de 1,6 milhões de contos.

No que respeita à cobrança, a continuação das acções oportunamente desencadeadas visando a recuperação de créditos tem sido prejudicada por aspectos conjunturais do mercado alheios à Empresa.

Evolução do Rácio Cobrança/Facturação

Sector de Actividade	1994	1995	1996	1997	1998
Grupo EDP					85,5%
Estado e Org. Ofic.	103,6%	100,1%	101,0%	104,0%	100,1%
Autarquias	98,7%	101,1%	101,4%	95,2%	104,5%
Empresas e Partic.	99,7%	100,4%	101,7%	99,0%	99,6%
Total	99,9%	100,4%	100,8%	99,1%	99,8%

Assim, verifica-se ao nível do rácio cobrança/facturação, que o índice global da cobrança das facturas referentes a fornecimentos de energia eléctrica se fixou em 99,8%, atingindo, portanto, um valor inferior ao valor da facturação no mesmo período.

A tendência de recuperação desenhada em exercícios anteriores relativamente aos Clientes do Sector Autarquias foi retomada em 1998, com índices de cobrança superiores a 100%.

Para os Clientes do Sector Estado e Organismos Oficiais constata-se uma manutenção no rácio cobrança/facturação de energia eléctrica nos últimos cinco exercícios.

Relativamente aos Clientes do Sector Empresas e Particulares, verifica-se um agravamento que deriva de um maior prazo médio de recebimento.

Dívida de Clientes

Apesar das políticas de rigor implementadas na Empresa nos últimos anos, a dívida total sofreu um ligeiro agravamento.

Assim, no final de 1998 a dívida de clientes, 27,7 milhões de contos, atingiu o valor mais alto dos últimos anos. O aumento em relação a 1997 é de 0,6 milhões de contos.

Pese embora o aumento da dívida total de clientes, o Sector Autarquias evidencia uma diminuição do seu débito em cerca de 2,4%.

Ao invés, os restantes Sectores denotam um agravamento percentual da dívida, apesar de as diversas acções empreendidas terem permitido obter resultados na agilização dos pagamentos de alguns órgãos institucionais e celebrar um protocolo de pagamento com um Hospital Civil para a recuperação de uma dívida de juros com antiguidade elevada. No entanto, ao nível de alguns Hospitais Regionais constata-se uma tendência para agravamento da dívida.



Desenvolvimento da Rede

Durante o ano entraram em serviço a nova subestação provisória de Lousa 1x10 MVA, 60/10 kV, a SE Leião 1x20 MVA, 60/10 kV e a SE Pombalinho 1x1.5 MVA, 30/15 kV, tendo-se verificado um aumento de 71,5 MVA na potência instalada em transformadores de subestações.

Instalaram-se cerca de 30 km de novas linhas aéreas e subterrâneas a 60 kV e ligaram-se baterias de condensadores nas subestações de Qt.^a da Caldeira, Aeroporto, Cruz do Campo, Cadaval e Castelo Branco, no total de 19 Mvar.

Concluíram-se novas linhas e ramais de MT, com a extensão total de 353 km, 40% dos quais em cabo subterrâneo; 367 postos de transformação públicos e 235 postos de transformação particulares, com um total, respectivamente, de 203 e 197 MVA instalados; linhas de BT com a extensão total de 865 km, dos quais 482 km em cabo subterrâneo.

Indicadores de utilização

Traduzindo o esforço de optimização dos activos existentes, os indicadores de utilização das redes mais frequentemente usados tiveram uma evolução favorável durante o ano de 1998.

Assim, a utilização da rede MT situou-se nos 539 MWh/km, tendo aumentado 4,3% em relação a 1997; a utilização da rede BT aumentou ligeiramente, tendo atingido os 225 MWh/km; e os postos de transformação chegaram a uma utilização de 1 492 MWh/MVA.

Qualidade de serviço

Fortemente influenciado pelas amenas condições atmosféricas verificadas e pelas intervenções na operacionalidade e manutenção da rede durante o ano, 1998 pautou-se por uma qualidade global do serviço prestado, medida pelos indicadores habituais, ligeiramente superior à conseguida no ano anterior, atingindo o TIE (Tempo de Interrupção Equivalente) os valores de 368,8 e 381,2 minutos para a rede MT e BT respectivamente, e a ENF (Energia Não Fornecida) o valor de 5 935,0 MWh (dados referentes a interrupções devidas a incidentes).

Sistemas de Informação Técnica

No domínio dos sistemas de informação e durante o ano de 1998 continuou a ser dada especial importância ao Projecto SIREN, tendo prosseguido, em colaboração com a equipa SIREN, a preparação das acções relativas à instalação ao futuro Despacho de Empresa.

Relativamente ao Sistema de Informação Técnica - SIT, ficou concluída a entrega da cartografia do concelho de Lisboa e procedeu-se ao carregamento da informação referente às redes de alta e média tensão do Centro de Distribuição Lisboa. Prosseguiram as entregas de cartografia de outros concelhos, bem como os contactos para a constituição de novas bases cartográficas.





Introdução

O ano de 1998 foi particularmente marcado pela decisão, no final do período, de alterar as condições de reforma antecipada (podendo vir até aos 55 anos) e de rescisão do contrato de trabalho por mútuo acordo (aumento substancial dos valores oferecidos).

Em consequência foi possível reduzir os efectivos em cerca de 400 trabalhadores (14,6%), medida esta que vem ao encontro da reestruturação anunciada no sentido da melhoria da produtividade da empresa.

Para permitir esta redução foi necessário proceder a reajustamentos das estruturas com concentração de serviços e outras medidas tanto a nível da Estrutura de Apoio como dos CD's. Em particular iniciou-se o processo de fusão das estruturas centrais entre a LTE e SLE com a constituição das Direcções de Infra-estruturas e de Exploração, comuns às duas Empresas, com a consequente extinção das respectivas Direcções Técnicas.

Continuou-se a dar uma especial atenção à actividade formativa, orientando-a para a polivalência, dando satisfação às exigências crescentes da qualidade do trabalho e reforçaram-se as acções de segurança no sentido de alargar o conhecimento e a aplicação dos procedimentos constantes do Regulamento de Consignações, com especial atenção na Iluminação Pública.

Prosseguiu-se a política social da Empresa, intensificando-se o apoio aos trabalhadores e seus familiares, e assegurando o funcionamento da colónia de férias da Venda do Pinheiro para os filhos dos trabalhadores.

Quadro de Pessoal

Em 31 de Dezembro de 1998 encontravam-se colocados na LTE 2 500 trabalhadores, dos quais 2 497 do Quadro Permanente e 3 Contratados a Termo Certo.

O Quadro Permanente inclui o Quadro Permanente Activo (2 325), os trabalhadores requisitados pela Holding (130), os trabalhadores em exercício noutras empresas do Grupo (13) e o Quadro Suspenso (29). Existem ainda 162 trabalhadores com vínculo contratual à LTE que prestam serviço noutras empresas do Grupo, dos quais 35 estão afectos à HIDROTEJO.

Evolução de Efectivos

	1996	1997	1998			98/97	
			Entradas	Saídas	Saldo	98.12.31	%
Q. Permanente Activo	2.772	2.710	82	467	- 385	2.325	- 14.21
Q. Perm. Outras Emp. Grupo	0	9	6	1	5	14	55.56
Contratados a Termo	79	23	21	41	- 20	3	- 86.96
Total	2.851	2.742	109	509	- 400	2.342	- 14.59
Colocados e em exercício na Holding	150	129				130	
Colocados e em exercício noutras Emp. Grupo	4	13				13	
Quadro Suspenso	27	30				29	
Corpos Sociais	3	5	2	2	0	5	0.00
Presidente CA (não remunerado)	1	1	1	1	0	1	0.00
VCA (não remunerado)	0	3	0	1	- 1	2	- 33.33
VCA (remunerado na Empresa)	2	1	1	0	1	2	100.00
Conselho Fiscal (não remunerado)	0	0	0	0	0	0	0.00

Número de trabalhadores por Categoria Profissional

O número de trabalhadores que desenvolveu a sua actividade na LTE, era de 2 342, no final do ano, sendo 2 325 do Quadro Permanente Activo desta empresa, 14 do Quadro Permanente de outras empresas do Grupo e 3 com Contrato a Termo Certo.

Foi dada grande atenção à necessidade de adequar os recursos humanos à realidade da Empresa cumprindo os objectivos de redução de efectivos sem afectar a estabilidade social existente.

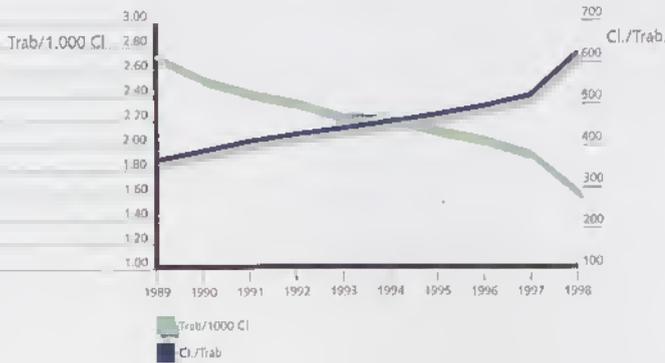
Número de Trabalhadores por Categoria Profissional

Categoria Profissional	1996		1997		1998	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Directores / Chefias Superiores	83	2.9	81	3.0	78	3.3
Quadros Superiores	172	6.0	174	6.3	167	7.1
Quadros Médios	24	0.8	25	0.9	16	0.7
Chefias Intermédias	75	2.6	69	2.5	56	2.4
Profissionais Altamente Qualificados	545	19.1	532	19.4	499	21.3
Profissionais Qualificados	1 347	47.2	1 411	51.5	1 244	53.1
Profissionais Semi-Qualificados	475	16.7	384	14.0	258	11.0
Profissionais não Qualificados	51	1.8	43	1.6	21	0.9
Contratados a Termo	79	2.8	23	0.8	3	0.1
Total	2.851	100	2.742	100.0	2.342	100.0





O indicador "Número de trabalhadores por mil clientes", habitualmente utilizado na actividade da Distribuição para medir a produtividade, apresentava, em 31 de Dezembro de 1998, um valor de 1,62, bastante inferior ao do ano anterior. Apresenta-se também o indicador inverso do número de clientes por trabalhador que atinge o valor de 618.



Formação Profissional

Em 1998 privilegiaram-se as áreas da Qualidade, Micro informática, Comercial (relacionamento com clientes) e Redes de Distribuição. No conjunto das 231 acções realizadas, correspondendo a 38 000 horas de formação, foram envolvidos 1 243 participantes, o que equivale a uma taxa de participação de 53%, e a cerca de 30,6 horas de formação por participante.

Prevenção e Segurança

A prevenção e segurança continuou a merecer particular atenção durante o ano, sendo

de realçar as acções realizadas no sentido de alargar o conhecimento e a aplicação dos procedimentos constantes do regulamento de Consignações.

Realça-se, igualmente, a actividade de elaboração de Planos de Segurança e de Saúde para estaleiros temporários ou móveis, ferramenta que contribui para a redução dos acidentes de trabalho e das situações perigosas, tendo sido realizadas várias acções de sensibilização dirigidas a técnicos da Direcção Técnica e CD's.

Registaram-se, durante o ano, 71 acidentes de trabalho, dos quais 55 provocaram baixa ao serviço, tendo infelizmente ocorrido um acidente mortal.

No âmbito da Medicina no Trabalho foram sujeitos a inspecção médica 1 374 trabalhadores, isto é, cerca de 59% da população da Empresa.

Evolução Económica e Financeira

Introdução

As contas da LTE apresentam um resultado líquido de 16 763,8 milhares de contos, verificando-se uma redução de 2 770,5 milhares de contos em relação a 1997, ou seja, um decréscimo de 14,2%. Contudo, os resultados correntes apresentam um aumento de 5 637,5 milhares de contos, sendo, portanto, os resultados extraordinários os responsáveis pela quebra verificada no resultado final.

O valor resultante dos investimentos financeiros no capital em empresas em que a LTE tem participação, correspondente aos resultados líquidos do exercício, foi de cerca de 897,3 milhares de contos, dos quais 730,7 da sua subsidiária HIDROTEJO, SA. A rentabilidade dos capitais próprios é de 15,8%, inferior ao verificado no ano transacto, cujo indicador se cifrou em 17,4%. Contudo, a rentabilidade económica (resultado operacional activo total) aumentou neste exercício, tendo passado de 9,4 para 10,9%.

Financiamento

A centralização do serviço da dívida melhorou o desempenho da função financeira, cabendo à Holding proceder, junto de cada empresa nuclear do Grupo, à cobrança das correspondentes amortizações e dos encargos financeiros associados.

A evolução da dívida da LTE, integralmente constituída pelos débitos à Holding, é mostrada no quadro seguinte.

Dívida	(milhares de contos)			
	Saldo Inicial		Saldo Final	
Médio e Longo Prazo	42.773	83,3%	34.218	80,0%
Curto prazo	8.555	16,7%	8.555	20,0%
Total	51.328	100,0%	42.773	100,0%

Durante 1998 verificou-se uma redução da dívida global de cerca de 8 555 milhares de contos, cumprindo-se, assim, o plano de amortizações previsto.

Os juros pagos ascenderam a 2 451 milhares de contos, tendo conduzido a um desembolso total de serviço da dívida de 11 006 milhares de contos.

Os fluxos de tesouraria em 1998 (fluxos monetários e fluxos escriturais) resumem-se no quadro seguinte.

(milhares de contos)	
Saldo em 1.1.98	-10.349,9
Recebimentos	211.553,2
Pagamentos	219.628,2
Saldo em 31.12.98	-18.424,9

Investimento

O esforço de investimento foi integralmente suportado por meios financeiros internos, já que, para além de não se ter recorrido a novos financiamentos, foi ainda possível reduzir substancialmente a dívida de financiamento da LTE à Holding.





Conforme se apresenta no quadro seguinte, durante o exercício de 1998 o investimento atingiu, a custos totais, 15 136,6 milhares de contos, incluindo 1 532,5 milhares de contos de custos de estrutura imputados e 381,0 milhares de contos de encargos financeiros intercalares.

O investimento a custos técnicos, no valor de 14 755,6 milhares de contos, foi inferior ao realizado no ano anterior em 12,2% a custos correntes. A preços constantes de 1998, esta evolução cifrou-se numa redução de 14,7%.

essencialmente a trabalhos de ligação de novos clientes, de construção e ampliação de instalações para satisfazer o natural aumento dos consumos e, ainda, de melhoria de qualidade de serviço.

Os meios libertos líquidos, gerados em 1998, atingiram o valor de 36 418 milhares de contos. A capacidade de autofinanciamento, avaliada pela relação Meios Libertos/Investimento Realizado, é de 2,4 sem contar com os meios ao dispor da Empresa com origem em subsídios ao investimento, ascendendo a 2,6

Investimento 1998

(milhares de contos)

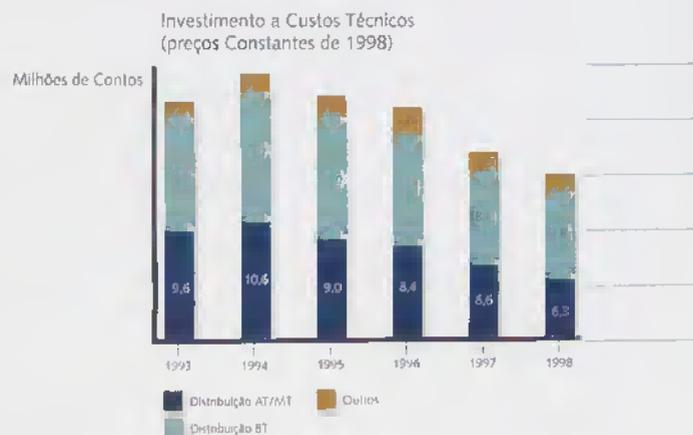
	Custos Directos	Custos Estrutura	Encargos Financeiros	Total
Distribuição AT/MT	4.814,4	458,4	194,8	5.467,6
Distribuição BT	6.775,7	1.014,4	98,7	7.888,8
Outros	1.633,0	59,7	87,5	1.780,2
Total	13.223,1	1.532,5	381,0	15.136,6

O investimento foi participado, quer por clientes quer por Fundos Comunitários, no montante de 4 210,8 milhares de contos, o que representa 30,4% do investimento específico a custos técnicos e 28,5% do investimento total, também a custos técnicos.

Haverá ainda a considerar cerca de 4 921,2 milhares de contos de imobilizado participado recebido directamente de clientes, urbanizadores e autarquias.

O investimento efectuado mantém a estrutura e as características tradicionais, respeitando

se ao conceito de meios libertos adicionarmos os referidos subsídios.



Balanço

No quadro seguinte apresenta-se o balanço resumido da LTE, com valores reportados a 31 de Dezembro de 1997 e 1998, respectivamente, assim como as variações ocorridas.

Balanço		(milhares de contos)	
	1997 Valor	1998 Valor	Variação %
ACTIVO			
Imobilizado Líquido	237.159,6	241.822,5	+2,0
Circulante	34.167,5	32.560,5	-4,7
Acréscimos e Diferimentos	4.608,7	4.987,8	+8,2
Total	275.935,8	279.370,8	+1,2
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO	112.346,8	106.323,1	-5,4
PASSIVO	163.589,0	173.047,7	+5,8
A médio e longo prazo	63.731,8	64.837,4	+1,7
A curto prazo	51.356,7	55.113,9	+7,3
Acréscimos e Diferimentos	48.500,5	53.096,4	+9,5
Total	275.935,8	279.370,8	+1,2

A Empresa apresenta uma adequada solidez financeira, avaliada pelo rácio de solvabilidade total, o qual, em Dezembro de 1997 e 1998, ascende a 1,69 e 1,61 respectivamente.





Custos e Proveitos

Foi a seguinte a evolução verificada no Resultado Líquido da Empresa e das respectivas rubricas de custo e proveito:

Custos e Proveitos		(milhares de contos)		
		1997 Valor	1998 Valor	Acrésc. %
Vendas de Electricidade		158.774,9	167.401,7	+5,4
Outras vendas e prestações de serviços		1.461,2	1.650,8	+13,0
Trabalhos para a própria empresa (a)		7.414,5	7.512,1	+1,3
Produtos e trabalhos em curso		0,0	0,0	
Outras receitas correntes		454,6	421,6	-7,3
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado	(+)	168.105,2	176.986,2	+5,3
Compras de electricidade		90.040,4	93.210,3	+3,5
Consumo de materiais diversos		4.847,3	5.127,6	+5,8
Fornecimentos e serviços externos		9.623,4	9.202,8	-4,4
Impostos indirectos		163,1	59,8	-63,3
Consumos	(-)	104.674,2	107.600,5	+2,8
Valor Acrescentado Bruto	(=)	63.431,0	69.385,7	+9,4
Despesas com o pessoal	(-)	16.007,8	16.459,2	+2,8
Outros encargos de exploração	(-)	5.664,6	6.022,0	+6,3
Outros proveitos de exploração	(+)	1.068,3	976,4	-8,6
Excedente Bruto de Exploração	(=)	42.826,9	47.880,9	+11,8
Despesas financeiras	(-)	4.073,2	3.165,1	-22,3
Receitas financeiras	(+)	1.923,2	2.054,6	+6,8
Imputação de despesas financeiras a TPE	(+)	539,9	381,0	-29,4
Resultados extraordinários (b)	(+)	5.433,3	790,7	-85,4
Estimativa de IRC	(-)	11.821,9	11.524,3	-2,5
Meios Libertos Líquidos (Cash-Flow)	(=)	34.828,2	36.417,8	+4,6
Amortizações (líquidas)	(-)	15.308,8	15.457,2	+1,0
Provisões (líquidas)	(-)	-14,9	4.196,8	
Resultado Líquido	(=)	19.534,3	16.763,8	-14,2

(a) Sem encargos financeiros imputados a Investimento.

(b) Expurgados das regularizações de amortizações e provisões, não consideradas nos resultados operacionais.

Como se pode observar na demonstração de resultados resumida que se apresenta, os proveitos inerentes ao valor acrescentado aumentaram 5,3% enquanto que os consumos cresceram apenas 2,8%, evolução esta explicada pelos ganhos alcançados na margem bruta e pela redução dos gastos em fornecimentos e serviços externos.

No seu conjunto, as variáveis pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações e função financeira representaram, em 1998, cerca de 24,8% do valor global das vendas e prestações de serviços, contra 26,6% em 1997, permitindo melhorar o nível do resultado corrente.

Em termos de meios libertos líquidos, o Cash-Flow atingiu no exercício o montante de cerca de 36 418 milhares de contos, mais 4,6% do que o alcançado em 1997.

Indicadores

Para análise, quer da rentabilidade, quer da estrutura financeira da LTE, utilizou-se o conjunto de indicadores do quadro seguinte.

	1997	1998
Rendibilidade dos Capitais Próprios		
Resultado Líquido/Capital Próprio (%)	17,39	15,77
Rendibilidade Económica		
Resultado Operacional/Activo Total (%)	9,37	10,90
Rendibilidade das vendas		
Resultado Líquido/Vendas em (%)	12,19	9,92
Rotação do Activo Total		
Vendas/Activo em (%)	58,06	60,51
Autonomia Financeira		
Capital Próprio/Activo Total (%)	40,71	38,06
Liquidez Geral		
Activo Circulante (*)/Passivo de Curto Prazo	63,79	56,65
Estrutura Financeira		
Capital Próprio/Passivo de Médio e Longo Prazo	1,22	1,17
Capacidade de Autofinanciamento		
Cash Flow/Investimento a Custos Técnicos	2,07	2,47
Cobertura do Imobilizado		
Capitais Permanentes/Activo Imobilizado (%)	86,29	81,54
Solvabilidade Total		
Activo/Passivo	1,69	1,61
Prazo Médio de Recebimentos (meses)	1,14	1,10
Taxa de Cobertura das Existências		
Existências/Consumos x12	2,88	2,13
VAB per-capita (milhares de contos)		
VAB/Efectivos Médios	21,32	24,77
Vendas per-capita (milhares de contos)		
Vendas/Efectivos Médios	54,24	60,35

(*) Deduzido dos Créditos de MLP

Ao nível da rentabilidade verificam-se comportamentos diferenciados consoante se trate de relacionar o resultado operacional ou o resultado líquido. Assim, a rentabilidade económica passa de 9,37% para 10,90%, enquanto que as rentabilidades dos capitais próprios e das vendas evoluem negativamente, de 17,39% para 15,77%





e de 12,19% para 9,92%, respectivamente, pelo efeito que os resultados extraordinários exercem sobre o resultado líquido

A rotação do activo total apresenta uma melhoria, passando de 58,06% para 60,51%, enquanto que a capacidade de autofinanciamento tem, nos exercícios de 1997 e 1998, melhorias assinaláveis, passando de 2,07 para 2,47.

No que respeita à estrutura financeira, em 1998 verifica-se uma ligeira quebra das performances alcançadas em 1997, de que se destacam a autonomia financeira com 38,06% em 1998, contra 40,71% em 1997, e a estrutura financeira, que, mantendo-se praticamente ao mesmo nível de 1997, traduz uma boa situação da LTE (1,22 em 1997 e 1,17 em 1998).

A cobertura do imobilizado e a liquidez geral têm, no exercício de 1998, uma pequena quebra, passando de 86,29% para 81,54% e de 63,79% para 56,65%, respectivamente.

Os indicadores de produtividade do factor trabalho apresentam, por seu lado, evoluções favoráveis; as vendas per capita atingiram os 60,35 milhares de contos, contra 54,24 em 1997, enquanto que o VAB per capita passa de 21,32 para 24,77 milhares de contos.

Considerações Finais

Perspectivas para 1999

O Sistema Tarifário a praticar em 1999 sofreu alterações significativas em relação ao passado.

Espera-se, com o processo de reestruturação em curso, aumentar a competitividade das empresas de Distribuição por forma a fazer face ao abaixamento de tarifas, imposto pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico.

Torna-se indispensável que um bom nível de crescimento dos consumos, uma adequada redução de custos, uma cuidada selecção e priorização dos investimentos e um aumento da produtividade de meios e recursos, compense a diminuição dos preços de venda da energia eléctrica.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 25º dos Estatutos da LTE, propõe que o resultado líquido do exercício de 1998, no valor de 16 763 831 585\$00, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	838 200 000\$00
Para Dividendos	14 000 000 000\$00
Para Res. Transitados	1 925 631 585\$00
	<hr/>
	16 763 831 585\$00



Nota Final



O Conselho de Administração em exercício manifesta o seu apreço pelo empenho de todos os trabalhadores da Empresa que desenvolveram a sua actividade com elevada consciência profissional, manifestando um claro envolvimento no cumprimento dos objectivos perseguidos.

O Conselho agradece o apoio recebido das Entidades da Administração Pública com quem a Empresa mais se relaciona.

O Conselho agradece a colaboração e permanente apoio sempre recebidos do Conselho de Administração da Holding do Grupo EDP.

O Conselho de Administração manifesta o seu especial reconhecimento ao Revisor Oficial de Contas pela elevada disponibilidade e prestimosa colaboração prestada.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1999

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

João José Gomes de Aguiar

José Alberto Marcos da Silva

Manuel Jorge Correia Minderico

Carlos Alberto de Mendonça Pires

Anexo ao Relatório de Gestão

1) Artº 447º, Nº4, do Código das Sociedades Comerciais

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP - Electricidade de Portugal, S. A., Holding do Grupo no qual se integra a LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.:

	Data	Preço em escudos	Acções		Saldo em 31 Dez.
			Aquisição	Venda	
Membros do CA					
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães	29 de Jun 98		366		816
Cônjuge: Emília M. Pimentel Morgado	29 de Jun 98		79		254
João José Gomes de Aguiar	26 de Jun 98	1.435.018	350		1044
Cônjuge: Maria de Fátima B. M. de Aguiar	26 de Jun 98	423.550	100		100
José Marcos da Silva	16 de Jun 97	930.150	450		
	Jun 98		15		
	30 de Jun 98	1.327.300	325		790
Cônjuge: Maria Albertina N. M. Marcos da Silva	16 de Jun 97	383.625	175		
	Jun 98		3		
	30 de Jun 98	316.050	75		253
Filho menor: José Filipe M. Marcos da Silva	30 de Jun 98	423.550	100		100
Manuel Jorge Correia Minderico	30 de Jun 98	1.435.018	350		350
Cônjuge: Maria Eugénia da Silva Calraio Minderico	16 de Jun 98	316.050	75		75
Carlos Alberto de Mendonça Pires	16 de Jun 97	930.150	466		
	30 de Jun 98	1.435.018	350		816
Cônjuge: Lucinda Pires	30 de Jun 98	316.050	75		75

2) Artº 448º, Nº4, do Código das Sociedades Comerciais

qualquer mudança de titularidade das acções da sociedade por qualquer causa.

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 1998, eram titulares do capital da LTE-Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.:

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1999

O Conselho de Administração

EDP-Electricidade de Portugal, S.A., com sede na Avenida José Malhoa, lote A13, Lisboa 100% do capital social.

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

João José Gomes de Aguiar

José Alberto Marcos da Silva

Manuel Jorge Correia Minderico

Carlos Alberto de Mendonça Pires

Não se verificou durante o exercício de 1998









192	Balanço em 31 de Dezembro de 1998
194	Demonstração dos Resultados do Exercício de 1998
196	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
218	Demonstração dos Fluxos de Caixa
219	Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos
220	Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
221	Valor Acrescentado Bruto

Balanço em 31 de Dezembro de 1998

Activo

Unidade: Escudo

Notas	Exercício				
	1998		1997		
	AB	A/P	AL	AL	
Imobilizado:					
03.a/10	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	12.879.004.956	10.777.026.654	2.101.978.302	2.446.805.494
	Terrenos e recursos naturais	1.213.803.419		1.213.803.419	1.213.803.419
	Edifícios e outras construções	16.452.112.489	5.857.314.221	10.594.798.268	9.916.302.096
	Equipamento básico	431.311.162.403	227.833.783.290	203.477.379.113	200.597.369.425
	Equipamento de transporte	2.120.663.374	1.650.470.642	470.192.732	550.697.049
	Ferramentas e utensílios	441.758.354	415.018.933	26.739.421	40.726.423
	Equipamento administrativo	3.356.750.805	2.355.842.040	1.000.908.765	1.060.591.379
	Diferenças de câmbio	895.142.867	174.020.207	721.122.660	750.650.388
	Imobilizações em curso	8.214.894.441		8.214.894.441	6.264.898.562
	Adiantamentos por conta de Imob.corpóreas			0	400.000.000
		476.885.293.108	249.063.475.987	227.821.817.121	223.241.844.235
03.b/10	Investimentos financeiros:				
48.g	Partes de capital em empresas do grupo				
		14.000.658.698		14.000.658.698	13.917.800.240
Circulante:					
Existências:					
03.c/41	Matérias-primas, subsid. e de consumo				
		910.091.779		910.091.779	1.164.574.352
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
	Autarquias - Dívida de 31/12/88	66.859.416		66.859.416	66.859.416
	Empresas do Grupo - Empréstimos	2.264.781.296		2.264.781.296	2.830.976.624
		2.331.640.712		2.331.640.712	2.897.836.040
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
23	Clientes, c/c				
		18.106.373.752		18.106.373.752	18.488.794.298
23	Clientes de cobrança duvidosa				
		9.580.612.149	8.805.305.073	775.307.076	652.413.747
	Empresas do grupo - Empréstimos	566.195.326		566.195.326	566.195.326
48.f	Estado e outros entes públicos				
		60.952.552		60.952.552	0
48.b	Outros devedores				
		9.933.703.868	252.750.728	9.680.953.140	10.389.169.172
		38.247.837.647	9.058.055.801	29.189.781.846	30.096.572.543
Depósitos bancários e caixa:					
	Depósitos bancários				
		60.086.840		60.086.840	
	Caixa				
		68.886.411		68.886.411	8.475.075
		128.973.251		128.973.251	8.475.075
48.a	Acréscimos e Diferimentos:				
	Acréscimos de proventos				
		4.897.626.755		4.897.626.755	4.520.809.315
03.e	Custos diferidos				
		90.190.895		90.190.895	87.885.704
		4.987.817.650		4.987.817.650	4.608.695.019
	Total de amortizações		249.063.475.987		
	Total de provisões		9.058.055.801		
	Total do activo	337.492.312.045	258.121.531.788	279.370.781.056	275.935.797.504

Direcção Financeira
Técnico Oficial de Contas
Eusébio Pires da Silva

O Director Financeiro
Manuel Lopes Agostinho





Capital Próprio e Passivo

Unidade: Escudo

Notas	Exercício	
	1998	1997
Capital Próprio		
36/37/40 Capital	42.900.000.000	42.900.000.000
03.b/40a Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	435.194.715	491.482.794
Reservas:		
40.b Reservas legais	3.182.613.023	2.205.863.023
40.c Reservas livres	42.934.254.805	42.934.254.805
40.d Resultados transitados	107.168.843	4.280.949.265
Subtotal	89.559.231.386	92.812.549.887
Resultado líquido do exercício	16.763.831.585	19.534.276.365
Total do capital próprio	106.323.062.971	112.346.826.252
Passivo:		
34 Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões	5.508.384.133	1.277.839.236
Outras provisões para riscos e encargos	18.683.841.617	13.095.720.100
	24.192.225.750	14.373.559.336
29 Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empresas do grupo - Empréstimos	34.218.218.733	42.772.773.405
Outros credores	4.325.034.979	4.138.691.683
03.a.iii Conta regularização (Regime DL 344-B/82)	2.101.978.302	2.446.805.494
	40.645.232.014	49.358.270.582
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	1.251.000.820	514.218.562
48.c Fornecedores, c/c	10.779.949.523	9.199.720.256
48.c Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	20.621.339	3.274.506
Empresas do grupo - Empréstimos	8.554.554.678	8.554.554.678
48.c Fornecedores de Imobilizado, c/c	1.982.027.208	1.637.730.974
48.f Estado e outros entes públicos	12.395.753.600	12.398.039.452
48.b Outros credores	20.129.964.775	19.049.096.336
	55.113.871.943	51.356.634.764
48.a Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	2.877.438.114	5.570.430.294
Proveitos diferidos	50.218.950.265	42.930.076.276
	53.096.388.379	48.500.506.570
Total do Passivo	173.047.718.086	163.588.971.252

Total do Capital Próprio e do Passivo

279.370.781.056

275.935.797.504

O Conselho de Administração:
 Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
 João José Gomes de Aguiar
 José Alberto Marcos da Silva
 Manuel Jorge Correia Minderico
 Carlos Alberto de Mendonça Pires

Demonstração dos Resultados do Exercício de 1998

Notas		Exercício		Unidade: Escudo
		1998	1997	
41	Custo das existências vendidas e consumidas:			
	Electricidade	93.210.259.780		90.040.364.925
	Materials diversos	<u>5.127.596.365</u>	98.337.856.145	<u>4.847.329.199</u>
				94.887.694.124
	Fornecimentos e serviços externos		9.202.838.384	9.623.445.835
	Custos com o pessoal:			
43	Remunerações	10.856.522.055		10.420.901.426
	Encargos sociais:			
	Pensões	376.475.720		778.600.000
	Outros	<u>5.225.171.540</u>	16.459.169.315	<u>4.808.339.687</u>
				16.007.841.113
10.b	Amortizações do Imobilizado corpóreo	15.457.589.722		15.308.759.229
34	Provisões	<u>2.348.143.940</u>	17.805.733.662	<u>2.199.729.622</u>
	Impostos	70.397.218		176.478.884
48.d	Outros custos e perdas operacionais	<u>6.011.436.313</u>	6.081.833.531	<u>5.651.236.852</u>
	(A)		147.887.431.037	143.855.185.659
45	Juros e custos similares:			
	Relativos a empresas do grupo	3.163.110.483		4.062.383.376
	Outros	<u>1.955.179</u>	3.165.065.662	<u>10.787.713</u>
	(C)		151.052.496.699	147.928.356.748
46	Custos e perdas extraordinários		<u>7.604.705.235</u>	<u>2.756.359.020</u>
	(E)		158.657.201.934	150.684.715.768
	Imposto sobre o rendimento do exercício		<u>11.524.363.569</u>	<u>11.821.909.760</u>
	(G)		170.181.565.503	162.506.625.528
	Resultado líquido do exercício		<u>16.763.831.585</u>	<u>19.534.276.365</u>
			186.945.397.088	182.040.901.893





Proveitos e Ganhos

Unidade: Escudo

Notas	Exercício		1997		
44	Vendas:				
	De energia eléctrica	167.401.688.605		158.774.941.915	
	Outras	161.970.770		186.496.892	
44	Prestações de serviços	1.488.792.942	169.052.452.317	1.274.666.747	160.236.105.554
48.e	Trabalhos para a própria empresa		7.893.182.243		7.954.430.982
	Proveitos suplementares	421.630.785		454.627.891	
	Outros proveitos e ganhos operacionais	976.379.969	1.398.010.754	1.068.347.316	1.522.975.207
	(B)		178.343.645.314		169.713.511.743
45	Ganhos em empresas do grupo e associadas	897.358.594		762.983.475	
45	Rendimentos participações de capital				0
45	Rendimentos títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
	Outros	2.950.189		3.135.342	
45	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo	159.849.812		219.368.044	
	Outros	994.473.352	2.054.631.947	937.672.430	1.923.159.291
	(D)		180.398.277.261		171.636.671.034
46	Proveitos e ganhos extraordinários		6.547.119.827		10.404.230.859
	(F)		186.945.397.088		182.040.901.893

Resultados Operacionais	(B)-(A)	30.456.214.277	25.858.326.084
Resultados Financeiros	{(D)-(B)}-{(C)-(A)}	(1.110.433.715)	(2.150.011.798)
Resultados Correntes	(D)-(C)	29.345.780.562	23.708.314.286
Resultados Antes de Impostos	(F)-(E)	28.288.195.154	31.356.186.125
Resultado Líquido do Exercício	(F)-(G)	16.763.831.585	19.534.276.365

O Conselho de Administração:
 Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
 João José Gomes de Aguiar
 José Alberto Marcos da Silva
 Manuel Jorge Correla Minderico
 Carlos Alberto de Mendonça Pires

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

00 - Introdução

a) Objecto e detentores do capital

A LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., tem por objecto a distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontra legalmente autorizada, sendo o seu capital social totalmente detido pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

b) Regime de preços de compra de energia eléctrica

As condições de aquisição de energia eléctrica à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., foram estabelecidas em documento interno, elaborado e posto em aplicação pela EDP, na sua função de Holding do Grupo, enquanto tal responsabilidade não for assumida pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico.

As tarifas aplicáveis às compras à HIDROTEJO - Hidroeléctrica do Tejo, S.A., foram objecto de acordo tarifário celebrado entre as duas empresas, válido por um período de 5 anos contados a partir de 1 de Janeiro de 1995, nas seguintes condições:

- Centrais da Ribeira de Nisa
Tarifas de compra à REN.
- Central de Belver
Tarifa baseada numa taxa de remuneração do activo desta Central.

c) Regime de preços de venda da energia eléctrica

Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas) foram fixados em convenção celebrada entre o Grupo EDP e a Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência, nos termos do Decreto-Lei nº 18-A/89, de 12 de Janeiro.

d) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios. A Empresa, no entanto, procede à distribuição de energia eléctrica neste nível de tensão, com base em contratos de concessão estabelecidos com os municípios da sua área de exploração.

Esta concessão tem como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes (Nota 48.d).

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração da Empresa.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas





de imobilizações corpóreas (Notas 03.a.iii e 10.a), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 03.a.iii).

e) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade.

As notas omitidas ou não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01 - Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Na Demonstração de resultados os valores

do exercício não são comparáveis com os do exercício anterior relativamente às situações seguidamente indicadas:

a) Atendendo à entrada em vigor no exercício de 1998 da Directriz Contabilística nº 19 Benefícios de Reforma, a Empresa procedeu à alteração da sua norma de contabilização de benefícios de reforma, passando a adoptar a referida norma e abandonando as normas USA FAS 87 Employers' Accounting For Pensions e FAS 106 Employers' Accounting For Postretirement Benefits Other Than Pensions.

O efeito da aplicação desta alteração, traduziu-se na relevação contabilística das "responsabilidades passadas ainda não reconhecidas como custo", efectuada através de Resultados Transitados por contrapartida em Provisões no montante de 6 682,3 milhares de contos e, dos "ganhos e perdas actuariais", efectuada através de Resultados Extraordinários do Exercício custos por contrapartida em Provisões no montante de 892,7 milhares de contos.

b) Em Proveitos e Ganhos extraordinários foram contabilizados:

A Correção de hidraulicidade - bonificação do exercício em 1997 foi de 3 448 423 e em 1998 foi de 1 130 012.

Além disso, foi contabilizada em 1997, como correcção a exercícios anteriores,

a regularização da diferença apurada na conciliação com o sistema Comercial BT, no montante global de 1 332 639, com repercussão nos saldos das contas Clientes, c/c (1 071 170) e Credores diversos (261 469).

c) O decréscimo do valor dos custos financeiros por redução do empréstimo concedido pela Holding.

03 - Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações Corpóreas

i) Imobilizações de propriedade da Empresa

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram do processo de reestruturação da EDP em referência a 94-01-01 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente. As imobilizações incluem encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura, como indicado nas alíneas f) e g) desta mesma nota.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Artº 39º do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79-02-01 e do Secretário de Estado do Orçamento

de 79-03-28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizados que afectam.

Os imobilizados participados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46.c), pela amortização das participações (registadas em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios para Investimento), efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do exercício no ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidos para custos do exercício num período máximo de 6 anos, conforme alínea e) desta mesma nota e da nota 48.a).

ii) Imobilizações em regime de locação financeira

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são





contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidos no Balanço. Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos nos valores das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

iii) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, conforme referido na alínea d) da Nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela Empresa. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em Imobilizações corpóreas (Nota 10.a), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da sua avaliação à data do encontro de contas entre os municípios e a EDP e das diversas reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais.

Os imobilizados afectos às concessões são amortizados na mesma base e às mesmas taxas a que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo

compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46.c), pela redução, em igual montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores - Conta de regularização-Regime DL 344-B/82).

b) Contabilização dos investimentos financeiros em partes de capital

Os investimentos financeiros em partes de capital em filiais e associadas são contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística nº 9, emitida pela Comissão de Normalização Contabilística.

c) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio ponderado.

d) Dívidas a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira relacionam-se com fornecedores externos e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor nas datas das operações.

No final do ano os saldos a pagar em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço, sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas como indicado na alínea f) desta mesma nota.

e) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidas para resultados num período máximo de 6 anos (Nota 48.a).

f) Encargos Financeiros

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar as imobilizações em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso (Nota 11), sendo os outros contabilizados em Resultados do Exercício.

A partir do exercício de 1995, inclusive, a taxa de juro média referida resulta apenas dos empréstimos contraídos no mercado interno, deixando a Empresa de assumir riscos cambiais.

g) Encargos de Estrutura

Os encargos dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento (Encargos directos internos - Nota 48.e) são imputados aos diversos empreendimentos em curso.

Os encargos gerais de estrutura da Empresa (incluindo os custos de gestão da Holding) são repartidos entre o investimento Nota 48.e) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos projectos em curso.

h) Pensões e Encargos Associados

A Empresa procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº 19.

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Para este efeito o Grupo EDP constituiu um Fundo de Pensões autónomo, comum a todas as Empresas do Grupo, para o que foi transferida a totalidade das responsabilidades passadas existentes em 1998-12-31.

A Empresa continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício.

Os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela passagem à situação de reforma antecipada, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré – definidas.





Os trabalhadores da Empresa ao passarem à situação de reforma mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

i) Correção de hidraulicidade

A Correção de hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº 338/91) de compensação dos custos variáveis de produção de energia eléctrica induzidos pela variabilidade hidrológica, sendo gerido globalmente para a totalidade do Grupo EDP.

Neste mecanismo compete às Empresas de Distribuição o reconhecimento de uma parcela, bonificação (proveito) ou agravamento (custo), que corresponde ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo da Correção de hidraulicidade, a prazo de dez anos, igual a um adequado nível de referência.

06 - Imposto Sobre o Rendimento

O Grupo EDP é tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início em 1994.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos (dez para a Segurança Social). Não é previsível

a ocorrência de qualquer responsabilidade adicional relativamente aos exercícios de 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998 que tenha um efeito significativo para as demonstrações financeiras.

07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 2 776 empregados (2 954 em 1997), não existindo assalariados.

10. Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	12.879.005				12.879.005
Subtotal (1.1)	12.879.005				12.879.005
Imobilizações Próprias:					
Terrenos e Recursos Naturais	1.213.803				1.213.803
Edifícios e Outras Construções	15.402.886		(4.698)	1.053.924	16.452.112
Equipamento Básico	414.220.838	4.934.861	(6.052)	12.161.515	431.311.162
Equipamento Técnico Específico	413.925.075	4.927.595		12.161.515	431.014.185
Outro Equipamento Básico	295.763	7.266	(6.052)		296.977
Equipamento de Transporte	2.053.777	138.259	(33.158)	(38.215)	2.120.663
Ferramentas e Utensílios	432.281	9.404		74	441.759
Equipamento Administrativo	3.232.190	180.162		(55.601)	3.356.751
Diferenças de Câmbio	895.143				895.143
Subtotal (1.2)	437.450.918	5.262.685	(43.908)	13.198.127	455.791.393
Imobilizações em Curso	6.264.898	15.203.139		(13.253.143)	8.214.894
Adiantamentos por conta imob.corpóreas	400.000	491.238		(891.238)	0
Subtotal (1.3)	6.664.898	15.694.377		(14.144.381)	8.214.894
Total (1)	456.994.821	20.557.063	(43.908)	(946.254)	476.685.292
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de Capital	13.917.800	82.858			14.000.658
Total (2)	13.917.800	82.858	(611.917)		14.000.658
Total Geral (1)+(2)	470.912.621	21.039.921	(43.908)	(946.254)	490.885.950

b) Amortizações

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularização	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	10.432.199	344.827		10.777.026
Subtotal (1)	10.432.199	344.827		10.777.026
Imobilizações Próprias:				
Terrenos e Recursos Naturais	0	0		0
Edifícios e Outras Construções	5.486.584	375.013	(4.283)	5.857.314
Equipamento Básico	213.623.469	14.213.039		227.833.785
Equipamento Técnico Específico	213.437.327	14.194.635		227.631.962
Outro Equipamento Básico	186.142	18.404	(2.723)	201.823
Equipamento de Transporte	1.503.080	194.731	(47.340)	1.650.471
Ferramentas e Utensílios	391.554	23.401	63	415.018
Equipamento Administrativo	2.171.598	277.051	(92.808)	2.355.841
Diferenças de Câmbio	144.493	29.528		174.021
Subtotal (2)	223.320.778	15.112.763	(144.368)	238.286.450
Total (1)+(2)	233.752.977	15.457.590	(144.368)	249.063.476





c) Observações

i) O equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a Distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

ii) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios que, embora explorados pela LTE, continuam propriedade das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 1998:

Imobilizado	12 879 005
Amortizações	10 777 026
Valor Líquido	2 101 979

11 - Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.f), foram capitalizados no exercício em Imobilizações em Curso juros de financiamento no montante de 381 034 (Nota 14.b).

	1998	1997
Edifícios e outras construções	7.840	93.237
Equipamento técnico específico	373.194	446.674
Total	381.034	539.911

12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas pela EDP ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 7/91
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 118-B/86	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 399-G/84	Decreto-Lei nº 111/88	Decreto-Lei nº 264/92

Em consequência da reestruturação da EDP e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das amortizações do exercício.

14 - Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) Todas as imobilizações corpóreas estão afectas à actividade de distribuição de energia eléctrica 227 821 817 (valores líquidos).

Deste montante, 2 101 978 dizem respeito a Imobilizações reversíveis, em regime de concessão, transferidas das autarquias locais.

b) Os custos financeiros nelas capitalizados foram os seguintes (Nota 11):

	1998	1997
Juros de financiamento	381.034	539.911

15 - Imobilizações em Regime de Locação Financeira

Tal como está indicado na Nota 03.a), as Imobilizações Corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e incluídas no Balanço são:

Rubricas	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas	Activo Líquido
Equipamento de Transporte	23.077	3.234	19.843

É a seguinte a previsão dos pagamentos futuros:

Amortizações do capital em dívida	16 770
Encargos financeiros	1 095
IVA	3 036
	<u>20 901</u>

16 - Investimentos Financeiros

Firma e Sede	Capital detido %	Capitais Próprios	Resultado do exercício	
			Ano	valor
EMPRESAS DO GRUPO EDP				
HIDROTEJO - Hidroeléctrica do Tejo, S.A. Rua Camilo Castelo Branco, 43 - Lisboa	100	12.897.150	1998	730.671
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36 - Porto	5	881.791	1998	134.253
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55-2º - Lisboa	5	669.415	1998	21.050
LABELEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A. Rua Cidade de Goa, 4 - Sacavém	5	591.700	1998	211.666
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua D. Luís I, 12 - 2º - Lisboa	10	159.994	1998	(850)
SÁVIDA - Medicina Apoiada, S.A. Av. Casal Ribeiro, 15-6º - Lisboa	10	136.025	1998	71.124
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP (à Rua Cidade de Goa) Sacavém	10	694.875	1998	1.412.153

Nota: Os Capitais Próprios não incluem o Resultado Líquido do Exercício.





A LTE é objecto de consolidação das demonstrações financeiras por parte da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., com sede na Av. José Malhoa, Lote A 13, em Lisboa. Por este motivo, encontra-se, nos termos do Artº 3º do Decreto-Lei nº 7/91, de 2 de Julho, dispensada de proceder à consolidação de contas.

23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

Clientes

	1998	1997
Cientes, c/c	0	0
Cientes de cobrança duvidosa	9.580.612	8.635.492

Outros devedores e credores

	1998	1997
Devedores e credores diversos - devedores	252.751	14.485

25 - Dívidas de e ao Pessoal

	1998	1997
Valores a receber	9.031	13.063
Valores a pagar	115.493	458

29 - Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo

Decomposição dos Saldos Evidenciados no Balanço	1998		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empresas do grupo			
Empréstimos obtidos da Holding	34.218.219		34.218.219
Outros credores			
Cauções recebidas de clientes	0	4.323.174	4.323.174
Outras cauções recebidas	1.861	0	1.861
Conta de regularização (DL 344-B/82)	1.724.136	377.842	2.101.978
	35.944.216	4.701.016	40.645.232

	1997		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empresas do grupo			
Empréstimos obtidos da Holding	34.218.219	8.554.555	42.772.774
Outros credores			
Cauções recebidas de clientes	0	4.136.972	4.136.972
Outras cauções recebidas	1.719	0	1.719
Conta de regularização (DL 344-B/82)	1.830.781	616.025	2.446.806
	36.050.719	13.307.552	49.358.271

31 - Compromissos Financeiros

a) No final do exercício encontravam-se por satisfazer encomendas de materiais no montante de 280 897 contos e encomendas de serviços no montante de 378 899 contos.

b) Pensões e Encargos Associados

- A responsabilidade actual projectada para a data prevista para a reforma é, em 31 de Dezembro de 1998 de 40 205 milhares de contos no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas e de 14 847 milhares de contos no que respeita a Actos Médicos, encontrando-se ambas integralmente cobertas, quer por activos do Fundo de Pensões 34 001 milhares de contos, quer por provisões.
- No exercício foram reconhecidos os seguintes custos operacionais (em milhares de contos):

	Pensões	Actos Médicos
Custo de serviços correntes	634,8	436,4
Custo dos juros	2 232,5	892,4
Retorno dos activos do Fundo de Pensões	(2 362,5)	-
Ganhos e perdas actuariais	(128,3)	(50,2)

Pressupostos utilizados no estudo actuarial realizado no exercício de 1998:

Taxa anual de desconto	6,5%
Taxa anual de rendimento do Fundo de Pensões	8,0%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada	40,0%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,5%
Taxa anual de crescimento do total das pensões	2,5%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	2,25%
Taxa de Inflação	2,0%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1998	6,0%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1999 e anos seguintes	5,0%

32 - Responsabilidades Contingentes

Atendendo a que, na reestruturação da EDP e consequente cisão realizada no exercício de 1994, o endividamento financeiro continuou a ser detido pela EDP, embora os activos que juridicamente o suportavam tivessem sido transferidos para as Empresas "nucleares" então constituídas, tornou-se necessária a emissão por estas de garantias solidárias a favor de entidades credoras de parte da dívida financeira externa.

O valor destas garantias ascende, no final do exercício, a 104 436 milhares de contos (109 541 em 1997).





34 - Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Reclassificações	Saldo Final
Para cobranças duvidosas:	7.997.564	1.069.544	9.052		9.058.056
Dívidas de clientes	7.983.079	831.278	9.052		8.805.305
Outros devedores	14.485	238.266			252.751
Para riscos e encargos:	14.373.559	12.666.538	2.847.871	0	24.192.226
Pensões - reformas antecipadas	1.277.839	5.508.384	1.277.839		5.508.384
Actos médicos	11.943.720	3.345.312	442.032		14.847.000
Complementos de subsídios por morte	0				0
Revisão da contratação colectiva de trabalho	24.000	0			24.000
Racionalização de recursos humanos	1.128.000	3.812.842	1.128.000		3.812.842
Total	22.371.123	13.736.082	2.896.923	0	33.250.282

36 - Capital - Número de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 42 900 000 acções escriturais nominativas de 1 000\$00 cada uma, encontrando-se totalmente realizado.

37 - Capital - Detentores

O capital é detido a 100% pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A..

40 - Movimento dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	42.900.000			42.900.000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	491.483	151.153	207.441	435.195
Reservas:				
Reserva legal	2.205.863	976.750		3.182.613
Reservas livres	42.934.255			42.934.255
Resultados transferidos	4.280.949	19.534.276	23.708.056	107.169
Resultado líquido do exercício	19.534.276	16.763.831	19.534.276	16.763.831
Total	112.346.826	37.426.010	43.449.773	106.323.063

a) Os aumentos dos Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas foram feitos utilizando o método da equivalência patrimonial (Nota 03.b) e respeitam a lucros retidos.

b) De acordo com a legislação em vigor, para Reserva legal é obrigatória a dotação com um mínimo de 5% dos lucros. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento de capital.



c) A Reserva livre incluída nos capitais próprios da Empresa representa o património líquido, transferido no acto da reestruturação da EDP, não coberto pelo capital social.

Na constituição da Empresa a parte do património líquido não coberta pelo capital social ficou a constituir uma reserva considerada, apenas para este efeito, como equivalente a um "prémio de emissão".

d) O movimento no exercício da conta de Resultados transitados foi o seguinte:

Saldo inicial		4.280.949
Transferência do Resultado do exercício de 1997		19.534.276
Por aplicação em:		
Reserva legal	976.750	
Dividendos	15.250.000	
Distribuição de resultados aos Trabalhadores	632.872	(16.859.622)
Regularizações do efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial		(166.076)
Regularizações – exercícios anteriores		(6.682.358)
Saldo final		107.169



41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Movimentos	Electricidade	Materials Diversos	Total
Existências Iniciais		1 164 574	1 164 574
Compras e Produções Internas	93 210 260	4 875 637	98 085 897
Regularização de existências		(2 523)	(2 523)
Existências Finais		(910 092)	(910 092)
Custo do exercício	93 210 260	5 127 596	98 337 856

43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais foram as seguintes:

Mesa da Assembleia Geral	246
Conselho de Administração	28 422
	<u>28 668</u>

44 - Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	1998	1997
Vendas		
De energia eléctrica - mercado interno		
em Alta Tensão	7 688 008	7 842 688
em Média Tensão	46 670 225	44 662 242
em Baixa Tensão (>39,6 kVA)	15 366 513	13 607 411
em Baixa Tensão	94 276 299	89 039 746
em Baixa Tensão (Iluminação Pública)	3 400 644	3 622 855
	<u>167 401 689</u>	<u>158 774 942</u>
Outras - mercado interno		
Materials diversos	161 970	186 497
(1)	<u>167 563 659</u>	<u>158 961 439</u>
Prestações de serviços - mercado interno		
De electricidade	590 832	479 898
De Outros	897 961	794 769
(2)	<u>1 488 793</u>	<u>1 274 667</u>
(1)+(2)	<u>169 052 452</u>	<u>160 236 106</u>

45 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas

	Exercício	
	1998	1997
Juros suportados	3 163 514	4 063 803
Perdas em empresas do Grupo e associadas	85	4 857
Diferenças de câmbio desfavoráveis	128	253
Outros custos financeiros	1 338	4 258
Resultados financeiros	(1 110 433)	(2 150 012)
	1 157 273	1 923 159



Proveitos e Ganhos

	Exercício	
	1998	1997
Juros obtidos	298 279	324 166
Ganhos em empresas do Grupo e associadas	897 359	762 983
Rendimentos de imóveis	2 950	3 136
Diferenças de câmbio favoráveis	59	68
Descontos de pronto pagamento obtidos	80 021	65 011
Outros proveitos e ganhos financeiros	775 964	767 795
	2 054 632	1 923 159

a) A rubrica de Juros suportados inclui, entre outros, 2 450 681, de juros do financiamento obtido da Holding (3 314 397 em 1997) e 712 430, de juros de gestão de tesouraria da Holding (747 987 em 1997).

b) A rubrica de Outros custos e perdas financeiros inclui, entre outros, 1 311, de serviços bancários (4 248 em 1997).

c) A rubrica de Juros obtidos inclui, entre outros:

	1998	1997
Juros do empréstimo concedido à Hidrotojo	159 850	219 368
Juros debitados a clientes AT/MT/BTE por atrasos de pagamento de facturação	138 373	104 770



d) A rubrica de Outros proveitos e ganhos financeiros refere-se a compensação por atrasos de pagamento de facturas BT 769 780 (756 992 em 1997).

46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas

	Exercício	
	1998	1997
Donativos	5 337	8 919
Dívidas Incobráveis	308 750	322 795
Perdas em existências	6 967	993
Perdas em imobilizações	20 654	122 494
Multas e penalidades	493	92
Correcções relativas a exercícios anteriores	424 371	36 076
Outros custos e perdas extraordinários	6 838 133	2 264 990
Resultados extraordinários	(1 057 585)	7 647 872
	5 851 505	10 404 231

Proveitos e Ganhos

	Exercício	
	1998	1997
Restituição de impostos	1 452	0
Recuperação de dívidas	3 524	2 221
Ganhos em existências	4 444	4 997
Ganhos em imobilizações	7 897	33 100
Benefícios de penalidades contratuais	615	2 304
Reduções de amortizações e provisões	2 857 289	3 366 619
Correcções relativas a exercícios anteriores	304 452	1 418 994
Outros proveitos e ganhos extraordinários	3 367 447	5 575 996
	6 547 120	10 404 231

a) A rubrica de Dívidas Incobráveis refere-se a Clientes.

b) A rubrica de Outros custos e perdas extraordinários inclui, entre outros, os seguintes valores:

	1998	1997
Insuficiência de estimativa para impostos	237 909	0
Indemnização por despedimento	1 195 411	0
Dotação adicional para o Fundo de Pensões	695 616	1 062 400
Provisão para revisão da contratação colectiva de trabalho	0	24 000
Provisão para racionalização de recursos humanos	3 812 842	1 128 000
Provisão para reformas antecipadas	756 135	0
Provisão para actos médicos	136 602	0

c) A rubrica de Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	1998	1997
Excesso da estimativa para impostos	0	103 429
Compensação de amortizações de Imobilizações participadas (Nota 03.a.i)	1 845 296	1 616 923
Compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão (Nota 03.a.iii)	344 827	366 156
Correcção de hidraulicidade - bonificação do exercício (Nota 03.i)	1 130 012	3 448 423

48 - Outras Informações

a) Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Acréscimos de proveitos

	1998	1997
Energia em contadores (estimativa)	4 882 537	4 517 412
Vendas e prestações de serviços a Empresas do Grupo	0	3 275
Outros acréscimos de proveitos	15 090	122
	4 897 627	4 520 809



Custos diferidos

	1998	1997
Reparações e beneficiações do Imobilizado (Nota 03.d)	61 316	83 680
Outros custos diferidos	28 875	4 206
	<u>90 191</u>	<u>87 886</u>

Os movimentos na rubrica Reparações e beneficiações do imobilizado foram os seguintes:

	1998	1997
Saldo Inicial	83 680	106 044
Aumentos	0	0
Transferências para resultados	(22 364)	(22 364)
Saldo final	<u>61 316</u>	<u>83 680</u>

Acréscimos de custos

	1998	1997
Férias e subsídios de férias	1 649 949	1 632 832
Compras e aquisições de serviços a Empresas do Grupo	479 600	2 585 486
Outros acréscimos de custos	747 889	1 352 112
	<u>2 877 438</u>	<u>5 570 430</u>

Proveitos diferidos

	1998	1997
Subsídios para Investimento (Nota 03.a.ii)	50 216 781	42 930 076

A rubrica Subsídios para investimento apresenta os valores recebidos deduzidos das amortizações anuais.

Os subsídios recebidos no exercício ascenderam a 9 132 000 (6 754 708 em 1997).

b) Outros Devedores e Outros Credores
- Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados
no Balanço em 31 de Dezembro:

Outros devedores



	1998	1997
Adiantamentos ao pessoal e Órgãos Sociais	3 874	6 781
Outras operações com o pessoal	5 156	6 282
Consultores, assessores e intermediários	419	3 641
Operações diversas com empresas do Grupo	8 782 814	9 751 090
Operações diversas com terceiros	1 141 441	635 860
	<u>9 933 704</u>	<u>10 403 654</u>
O valor indicado em Operações diversas com empresas do Grupo inclui, entre outros, os pagamentos por conta de IRC, efectuados pela Holding	8 321 249	7 907 757

Outros credores

	1998	1997
Remunerações a pagar	115 493	457
Sindicatos	4 444	4 369
Operações diversas com empresas do Grupo	17 617 036	16 753 946
Operações diversas com terceiros	2 392 992	2 290 324
	<u>20 129 965</u>	<u>19 049 096</u>
O valor indicado em Operações diversas com empresas do Grupo inclui, entre outros, o saldo da c/c da ligação financeira com a Holding	17 302 919	9 844 109



c) Fornecedores

Decomposição dos valores indicados
no Balanço em 31 de Dezembro:

	1998	1997
Fornecedores, c/c		
Empresas do Grupo	9 238 971	8 060 066
Outros	1 540 978	1 139 654
	<u>10 779 949</u>	<u>9 199 720</u>
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
Outros	20 621	3 275
	<u>20 621</u>	<u>3 275</u>
Fornecedores de Imobilizado, c/c		
Empresas do Grupo	24 380	91 401
Outros	1 957 647	1 546 330
	<u>1 982 027</u>	<u>1 637 731</u>

d) Outros Custos e Perdas Operacionais

Esta rubrica inclui, entre outros, os seguintes
valores:

	1998	1997
Rendas e outros encargos de concessões (Nota 00.d)	5 897 711	5 563 696

e) Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na
Demonstração de Resultados:

	1998	1997
Imobilizações em curso		
Consumo de materiais	4 293 843	4 190 635
Encargos directos Internos (Nota 03.g)	1 685 228	1 702 001
Encargos de estrutura (Nota 03.g)	1 532 574	1 520 773
Encargos financeiros e diferenças de câmbio (Nota 03.f)	381 034	539 911
Outros	503	1 111
	<u>7 893 182</u>	<u>7 954 431</u>

f) Estado e outros entes públicos

Decomposição dos saldos evidenciados
no Balanço em 31 de Dezembro:



Saldos devedores

	1998	1997
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	60 953	0

Saldos credores

	1998	1997
Imposto sobre o rendimento	11 523 873	11 821 424
Retenção de Impostos sobre rendimentos	490 568	164 289
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0	91 289
Restantes Impostos	0	1 411
Contribuições para a Segurança Social	287 555	252 324
Outras tributações	93 758	67 302
Total	12 395 754	12 398 039

Os pagamentos do IRC por conta estão
registados em Outros devedores - Empresas
do Grupo (alínea b) desta mesma nota.

g) Inventário das participações financeiras:

	Saldo em 97.12.31			Diminuições		
	Quantidade	Unitário	Valor	Quantidade	Unitário	Valor
EMPRESAS DO GRUPO						
Hidrotejo	8 750 000	1 553\$	13 588 843 336\$			
HIDRORLIMO	28 000	1 636\$	45 794 188\$			
PROET	22 500	1 763\$	36 661 387\$			
LABELEC	22 000	1 686\$	37 091 522\$			
ARRH	8 000	2 000\$	15 999 445\$			
SÁVIDA	9 000	1 962\$	17 651 686\$			
EDINFOR	40 000	4 319\$	172 747 676\$			
EDINET	1	1 000\$	1 000\$	1	1 000\$	1 000\$
Total			13 917 800 240\$			



Ajustamentos		Saldo em 98.12.31		Fracção do capital detido %
Valor	Quantidade	Unitário	Valor	
38 978 585\$	8 750 000	1 557\$	13 627 821 921\$	100
5 008 005\$	28 000	1 814\$	50 802 193\$	5
- 5 127 159\$	225 000	153\$	34 534 228\$	5
3 076 800\$	22 000	1 826\$	40 168 322\$	5
- 85 047\$	8 000	1 989\$	15 914 398\$	10
3 053 236\$	9 000	2 302\$	20 714 922\$	10
37 955 038\$	40 000	5 268\$	210 702 714\$	10
	0		0\$	
82 658 458\$			14 000 628 599\$	

Direcção Financeira
 O Técnico Oficial de Contas
 Eusébio Pires da Silva

O Director Financeiro
 Manuel Lopes Agostinho

O Conselho de Administração:
 Jorge Fernando Alves Ferreira Gulmarães – Presidente
 João José Gomes de Aguiar
 José Alberto Marcos da Silva
 Carlos Alberto de Mendonça Pires

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade: Milhar de escudos



página 218

	1998	
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	168 133 467	
Pagamentos a fornecedores	-107 802 670	
Pagamentos ao pessoal	-16 589 738	
Fluxo gerado pelas operações	43 740 059	
Pagamento do imposto sobre o rendimento	-12 891 753	
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	-10 353 198	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	20 495 108	
Recebimentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	1 381 034	
Pagamentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	-1 628 645	
Fluxos das actividades operacionais (1)	<u>20 247 497</u>	
Actividades de Investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	2 950	
Imobilizações corpóreas	8 637	
Empréstimos concedidos	566 195	
Juros e proventos similares	159 850	
Dividendos	592 050	1 329 682
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas		-6 884 278
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>-5 554 596</u>
Actividades de Financiamento:		
Recebimentos respeitantes a:		
Subsídios de investimento		4 210 826
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-8 554 554	
Amortizações de contratos de locação financeira	-9 442	
Juros e custos similares	-3 164 824	
Dividendos	-15 250 000	-26 978 820
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>-22 767 994</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-8 075 093
Caixa e seus equivalentes no início do período		-10 349 853
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>-18 424 946</u>

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	1998	1997
Numerário	68 886	8 475
Depósitos à ordem	-1 190 914	-514 219
Credores diversos		
Ligação financeira com a Holding (Nota 48.b)	-17 302 918	-9 844 109
Disponibilidades constantes do Balanço:	-18 424 946	-10 349 853

Direcção Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Eusébio Pires da Silva

O Director Financeiro
Manuel Lopes Agostinho

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
Carlos Alberto de Mendonça Pires

Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos



Unidade: Milhar de escudos

ORIGEM DOS FUNDOS		APLICAÇÃO DE FUNDOS	
Internas		Distribuições	
Resultado líquido do exercício	16 763 832	Por aplicação de resultados	15 882 872
Amortizações	15 457 590	MOVIMENTOS FINANCEIROS A	
Variação de provisões	4 196 800	MÉDIO E LONGO PRAZO:	
Ajustamentos	- 1 821 170	Diminuições das dívidas a terceiros:	
	34 597 051	Empresas do Grupo - Empréstimos	8 554 555
MOVIMENTOS FINANCEIROS A		Conta regularização (DL 388-B/82)	344 827
MÉDIO E LONGO PRAZO:			8 899 382
Diminuições de dívidas de terceiros:		AUMENTOS DE IMOBILIZAÇÕES:	
Empresas do Grupo - Empréstimos	566 195	Investimentos financeiros	285 442
Aumentos de dívidas a terceiros:		Imobilizações corpóreas	
Outros credores	186 343	Edifícios e outras construções	1 053 924
	752 539	Equipamento básico	17 090 324
DIMINUIÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES:		Equipamento de transporte	137 382
Imobilizações corpóreas	27 079	Ferramentas e utensílios	9 478
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		Equipamento administrativo	223 791
Aumento de proveltos diferidos	9 132 000	Imobilizações em curso	1 549 996
DIMINUIÇÃO DOS FUNDOS		AUMENTO DOS FUNDOS	
CIRCULANTES	623 924	CIRCULANTES	0
	45 132 592		45 132 592

Direção Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Eusébio Pires da Silva

O Director Financeiro
Manuel Lopes Agosinho

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferreira Gulmarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
Carlos Alberto de Mendonça Pires

Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

Unidade: Milhar de escudos



DIMINUIÇÕES DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO:		DIMINUIÇÕES DAS EXISTÊNCIAS		
				254 483
Estado e outros entes públicos	2 286			
AUMENTOS DAS DÍVIDAS DE		DIMINUIÇÕES DAS DÍVIDAS DE		
Clientes de cobrança duvidosa	945 120	TERCEIROS A CURTO PRAZO:		
Estado e outros entes públicos	<u>60 953</u>	1 006 072	Clientes, c/c	382 421
AUMENTOS DAS DISPONIBILIDADES			Outros devedores	<u>462 695</u>
Depósitos à ordem	60 087		845 115	
Caixa	<u>66 886</u>	128 973	AUMENTOS DAS DÍVIDAS A	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			TERCEIROS A CURTO PRAZO:	
Aumento de custos diferidos	24 670		Fornecedores, c/c	1 597 576
Aumento de acréscimos de proveltos	376 817		Fornecedores de Imobilizado, c/c	331 491
Diminuição de acréscimos de custos	<u>2 692 992</u>	3 094 479	Outros credores	<u>1 088 117</u>
			3 017 184	
DIMINUIÇÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES		623 924	DIMINUIÇÕES DAS DISPONIBILIDADES	
			Dívidas a Instituições de crédito	
			736 782	
			ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:	
			Aumento de proveltos diferidos	
			2 170	
			AUMENTO DOS FUNDOS CIRCULANTES	
			0	
		<u>4 855 734</u>		<u>4 855 734</u>

Direcção Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Eusébio Pires da Silva

O Director Financeiro
Manuel Lopes Agostinho

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
Carlos Alberto de Mendonça Pires

Valor Acrescentado Bruto



	Unidade: Milhar de escudos	
	Exercício	
	1998	1997
Vendas e prestações de serviços	169 052 452	160 236 106
Trabalhos para a própria empresa	7 512 148	7 414 520
Outras receitas	421 631	454 628
(A) Proventos internos inerentes ao V.A.	<u>176 986 231</u>	<u>168 105 254</u>
Compras de electricidade	93 210 260	90 040 365
Materials diversos	5 127 596	4 847 329
Fornecimentos e serviços externos	9 202 838	9 623 446
Impostos indirectos	59 797	163 102
(B) Consumos corrigidos	<u>107 600 491</u>	<u>104 674 242</u>
VAB - Valor Acrescentado Bruto (A)-(B)	<u>69 385 740</u>	<u>63 431 012</u>
Despesas com o pessoal	16 459 169	16 007 841
Despesas financeiras	3 165 066	4 073 171
- Receitas financeiras	2 054 632	1 923 159
- Imputação de despesas financeiras a TPE	381 034	539 911
Amortizações	15 457 590	15 308 759
Provisões	2 348 144	2 199 730
Outros encargos de exploração	6 022 036	5 664 614
- Outros proventos	976 380	1 068 347
- Resultados extraordinários	(1 057 585)	7 647 872
Imposto sobre o rendimento	11 524 364	11 821 910
Resultado líquido	<u>16 763 832</u>	<u>19 534 276</u>
(C) = (A)-(B) = VAB	<u>69 385 740</u>	<u>63 431 012</u>
VAL - Valor Acrescentado Líquido	<u>53 928 150</u>	<u>48 122 253</u>

Direcção Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Eusébio Pires da Silva

O Director Financeiro
Manuel Lopes Agostinho

O Conselho de Administração:
Jorge Fernando Alves Ferrelra Guimarães – Presidente
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
Carlos Alberto de Mendonça Pires





- 224 Certificação Legal das Contas
- 226 Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 228 Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Certificação Legal das Contas



Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da LTE – Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1998 (que evidencia um total de balanço de 279 370 781 contos e um total de capital próprio de 106 323 063 contos, incluindo um resultado líquido positivo de 16 763 831 contos), a Demonstração dos Resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - b) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - d) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da LTE – Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., em 31 de Dezembro de 1998, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 09 de Março de 1999.

António de Moura Rodrigues, em
representação da J. Brandão, M. Rodrigues
& B. Assunção, SROC

Relatório e Parecer do Fiscal Único



Senhores Accionistas:

Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais e no Decreto-Lei nº 26-A/96, de 27 de Março, apresentamos a V. Exas, no desempenho das funções de Fiscal Único da LTE-Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, SA, o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998.

1. No desempenho das nossas funções, acompanhámos de forma regular a actividade da sociedade e a sua gestão e efectuámos verificações dos livros, registos contabilísticos, documentos base, existências e procedimentos de controlo interno. No final do ano, examinámos atentamente o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e os respectivos Anexos e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração, documentos que estão em conformidade com os registos contabilísticos, com as normas legais e estatutárias e com os princípios contabilísticos geralmente aceites.
2. O Relatório de Gestão do Conselho de Administração complementa os esclarecimentos dos documentos contabilísticos finais, descreve adequadamente a actividade da sociedade

no exercício de 1998 e perspectiva a sua evolução, merecendo destaque:

- o resultado líquido (16.8 milhões de contos) evidencia um decréscimo de 14.2%, relativamente ao exercício antecedente, resultante do menor valor dos resultados extraordinários;
- o cash-flow gerado em 1998: 36.4 milhões de contos (+ 4.6% que em 1997);
- o investimento a custos técnicos (14.8 milhões de contos) decresceu 12.2%, relativamente a 1997;
- a continuação em 1998 do sucesso das operações de privatização do capital social da EDP, SA., tendo-se celebrado, na 2ª fase, um acordo de parceria estratégica com a congénere espanhola IBERDROLA, com repercussões em diversas empresas do Grupo, especialmente nas distribuidoras;
- a publicação pela ERSE do "Regulamento das Relações Comerciais", do "Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações" e do "Regulamento Tarifário", regulamento este que permitiu significativa redução das tarifas de venda para 1999;
- as alterações processuais e organizativas, tendentes a aproveitar as sinergias das Empresas de Distribuição, permitiram



reduzir o quadro do pessoal de 400 trabalhadores (14.6%) e, juntamente com a reestruturação das empresas de distribuição, contribuirão para a não redução da rendibilidade da empresa.

- a prossecução da política orientada para satisfazer as crescentes exigências dos Clientes;
- as medidas tendentes a compatibilizar os programas informáticos e equipamentos utilizados com as questões do Ano 2000 e com a introdução do Euro, merecendo também realce as acções de informação e esclarecimento desenvolvidos junto de Clientes e entidades interlocutoras;
- a perspectivação para 1999 de que os efeitos de um bom nível de aumento dos consumos de energia, da selecção e distribuição no tempo dos investimentos, de uma adequada redução de custos e de um aumento de produtividade de meios e de recursos, compensem a diminuição dos preços de venda da energia eléctrica.

3. Emitimos a Certificação Legal de Contas, com data de 09/03/99, e o Relatório anual de Fiscalização.

4. Não detectámos, nem tomámos conhecimento de situações que estivessem em discordância com o contrato da sociedade ou com os preceitos legais ou regulamentares aplicáveis.

5. Apreciámos a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que satisfaz o disposto na lei e no pacto social.

6. Desejamos agradecer a referência com que o Conselho de Administração nos distingue no seu Relatório e os esclarecimentos e informações prontamente prestados por este Conselho e pelos responsáveis pelos órgãos e pessoal contactados. Agradecemos também a colaboração prestada pelos Auditores Externos.

7. Face ao que precede e à Certificação Legal de Contas, somos de PARECER que:

7.1 Aproveis o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e respectivo Anexo, relativos a 1998.

7.2 Aproveis a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 10 de Março de 1999

O Fiscal Único

António de Moura Rodrigues, em
representação da J. Brandão, M. Rodrigues
& B. Assunção, SROC

Extrato da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

«(...)

O presidente da mesa, constatando que se encontrava regularmente representada a accionista EDP - Electricidade de Portugal, S.A., titular da totalidade do capital social, através do seu administrador Eng. Francisco de la Fuente Sanchez, estando, assim preenchido o quorum estabelecido na lei e nos estatutos da sociedade, declarou abertos os trabalhos da assembleia.

Depois de proferir as habituais palavras de saudação ao representante do accionista único, o senhor presidente da mesa declarou iniciada a discussão do número um da ordem de trabalhos, tendo dado a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração.

No uso da palavra, o Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães fez uma exposição circunstanciada da actividade da sociedade, referindo designadamente a sua articulação e coordenação com o conjunto das empresas do Grupo EDP.

Seguidamente passou-se à votação do número um da ordem de trabalhos, tendo sido aprovados, por unanimidade, o relatório de gestão e de todos os demais documentos de prestação de contas do exercício de mil novecentos e noventa e oito.

(...)»







SLE
Electricidade do SUL, S.A.



Índice

234	Enquadramento
235	Caracterização da Empresa
236	Macroestrutura da Empresa
237	Corpos Sociais e Quadros Dirigentes
239	Síntese
240	Movimentos de Energia
243	Relatório de Gestão da SLE
244	Actividade Empresarial
247	Rede Técnica
249	Recursos Humanos
252	Evolução Económica e Financeira
257	Considerações Finais
258	Anexo ao Relatório de Gestão
261	Demonstrações Financeiras da SLE
262	Balanço em 31 de Dezembro de 1998
264	Demonstração dos Resultados do Exercício de 1998
266	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
285	Demonstração dos Fluxos de Caixa
286	Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos
286	Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
287	Valor Acrescentado Bruto
289	Documentos de Avaliação e Certificação da SLE
290	Certificação Legal das Contas
292	Relatório e Parecer do Fiscal Único
294	Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas



Enquadramento

A privatização de mais 19,9% do capital social da EDP e a entrada do parceiro estratégico, constituíram os acontecimentos mais relevantes do ano de 1998, acentuando, decisivamente, o processo de aprofundamento da consolidação do Grupo EDP e, designadamente, da Distribuição.

A publicação, pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, do Regulamento das Relações Comerciais, do Regulamento Tarifário e do Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações, bem como o sistema tarifário a vigorar em 1999, marcou claramente o ano de 1998 pela sua incidência no relacionamento com os nossos clientes.

Nos âmbitos das alterações introduzidas para prevenção de problemas informáticos no ano 2000, para a adopção do EURO como opção de moeda e da preparação do início de actividade da CERTIEL como entidade certificadora e fiscalizadora, a acção desenvolvida pela EDP envolveu, para além da mobilização de importantes recursos humanos e materiais, um esforço importante de informação e esclarecimento de Clientes e entidades interlocutoras.

Melhorou-se a eficiência do investimento, usando, sistematicamente as ferramentas de planeamento de Redes e uma rigorosa análise económica, e progrediu o estudo da racionalização da conservação, enquanto que no domínio da condução foram instalados novos Sistemas de Comando e Controlo e adaptadas medidas de melhoria e eficácia.

Acções de racionalização diversa e um controlo sistemático e de rigor permitiram conter a verba de Fornecimentos e Serviços Externos de

entidades exteriores ao Grupo, ao mesmo tempo que era possível melhorar os níveis de qualidade de serviço das redes de distribuição em 1998 relativamente a 1997.

Efectuaram-se alterações processuais e ajustamentos organizativos, com o objectivo de um mais eficiente uso das sinergias no seio de cada Empresa de Distribuição e entre estas, adoptando sempre que possível filosofias de exploração e soluções comuns entre todas.

O Cliente manteve-se como o centro das preocupações da Empresa. Nesta perspectiva, continuou a pautar-se pela prossecução de objectivos de melhoria do serviço prestado ao Cliente, tanto na obtenção de ganhos de satisfação como na procura de soluções propiciadoras de um relacionamento mais fácil para atender às suas necessidades.

A política ambiental da Distribuição inseriu-se na estratégia do Grupo EDP, procurando conciliar naquelas orientações o carácter arquitectónico das instalações técnicas, bem como uma integração paisagística das redes.

O quadro de pessoal sofreu já no final do ano uma redução de cerca de 234 trabalhadores, aproximando-se dos rácios de referência internacionais, e estando asseguradas as condições que permitem a melhoria do funcionamento da Empresa. A qualidade dos quadros técnicos permite-nos encarar com confiança os desafios do mercado liberalizado que se avizinha com a entrada em vigor da Directiva do Mercado Interno da Electricidade já em Fevereiro de 1999.

Caracterização da Empresa



A SLE desenvolve a sua actividade em 57 concelhos dos distritos de Setúbal, Évora, Beja e Faro.

Nesta área, abastece de energia eléctrica um pouco mais de 1,4 milhões de habitantes, correspondentes a cerca de 15% da população de Portugal Continental.

A energia vendida atingiu os 5 067 GWh, a que corresponde um volume de vendas próximo de 98 milhões de contos.

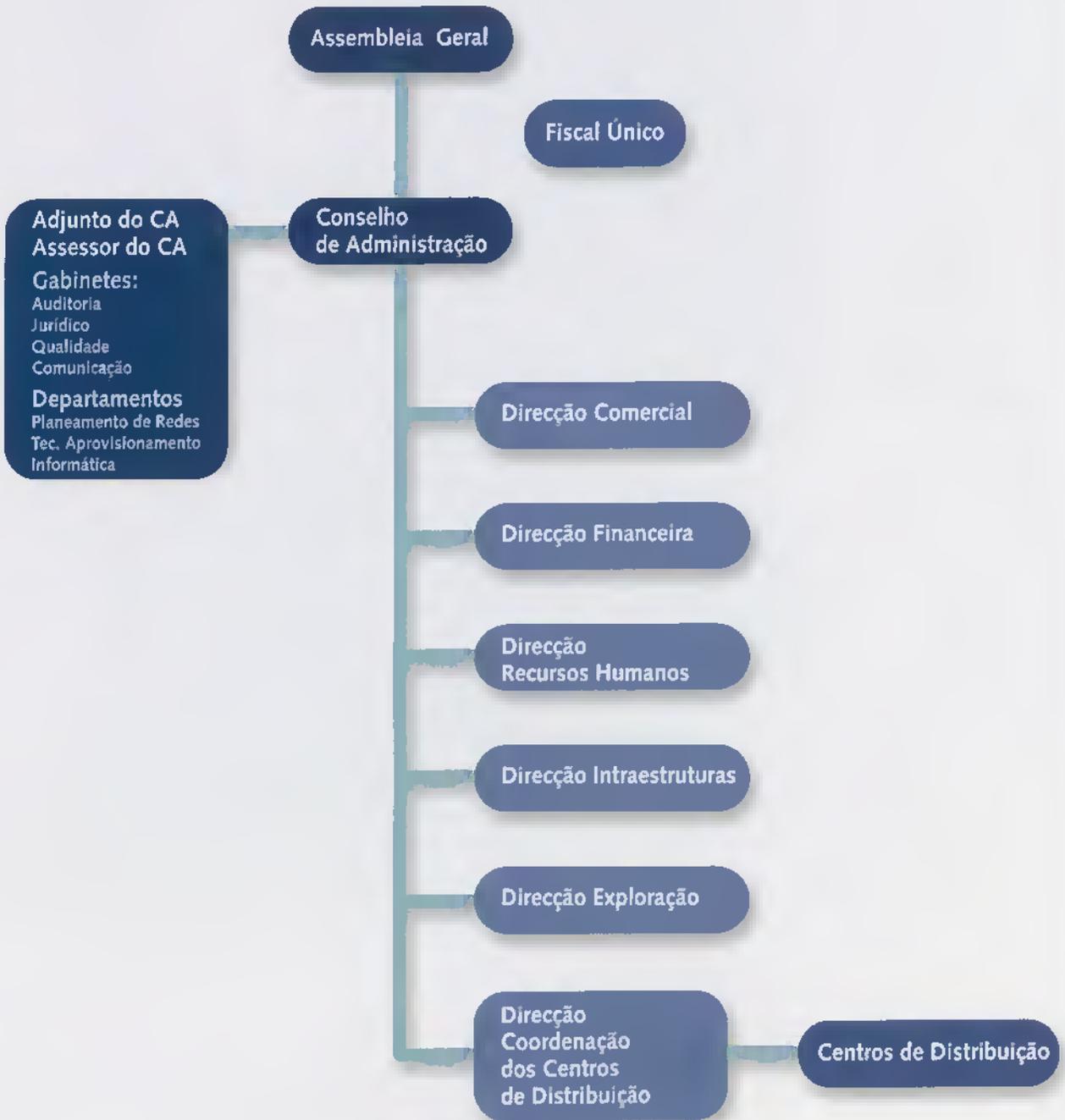
A Empresa investiu cerca de 9,2 milhões de contos em 1998, valor praticamente idêntico, a preços constantes, ao do ano anterior, e contava com a colaboração de 1 715 trabalhadores no final do ano.

Para prestação do serviço de abastecimento de energia eléctrica aos seus 907,4 mil Clientes, a Empresa está estruturada em cinco Centros de Distribuição - Almada, Setúbal, Évora, Beja e Algarve.





Macroestrutura da Empresa





Mesa da Assembleia Geral

Eng.º Augusto Manuel Valente Vaz
Presidente

Dr. Manuel Lopes Agostinho
Vice-Presidente

Dr. Mário Augusto Saraiva Lima Almeida Brito
Secretário

Fiscal Único

J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção (SROC)
representado por Dr. António de Moura Rodrigues
Efectivo

Conselho de Administração

Eng.º Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Presidente

Eng.º João José Gomes de Aguiar
Vogal

Eng.º Manuel Jorge Correia Minderico
Vogal

Dr. Carlos Alberto de Mendonça Pires
Vogal

Direcções

Dr. José Basílio Chorão
Director Comercial

Dr.ª M.ª Isolda Figueiredo
Directora Administrativo e Financeiro

Dr. Guilherme Pires
Director Recursos Humanos

Eng.º Óscar Roncon de Albuquerque
Director Infraestruturas

Eng.º Ângelo Manuel Sarmento
Director Exploração

Gabinetes

Dr^a M^a do Carmo Ruella Ramos
Directora Gabinete Jurídico

Dr. José F. Madeira Marques
Director Gabinete Auditoria

Departamento

Eng. Manuel Pinheiro
Resp. Dep. Informática

Centros de Distribuição

Eng. Damião Parente
Director do CD Algarve

Eng. Técnico Jorge Ventura
Director do CD Almada

Eng. Rui Oliveira Santos
Director do CD Beja

Eng. Rubens A. M. Seixas
Director do CD Évora

Eng. João C. Nogueira dos Santos
Director do CD Setúbal

Síntese



1. De acordo com as prioridades definidas no Plano Estratégico para a Distribuição, desenvolveram-se acções no sentido da melhoria da qualidade de serviço comercial reforçando a orientação para o Cliente, concentraram-se esforços na recuperação das dívidas e melhoraram-se os sistemas de contagem de forma a reduzir as perdas comerciais.

2. A energia entrada para consumo teve em 1998 um crescimento de 6,0 %, situando-se nos 5,5 TWh.

3. As vendas foram de 97,7 milhões de contos, o que corresponde a um acréscimo de 5,4%, em relação a 1997.

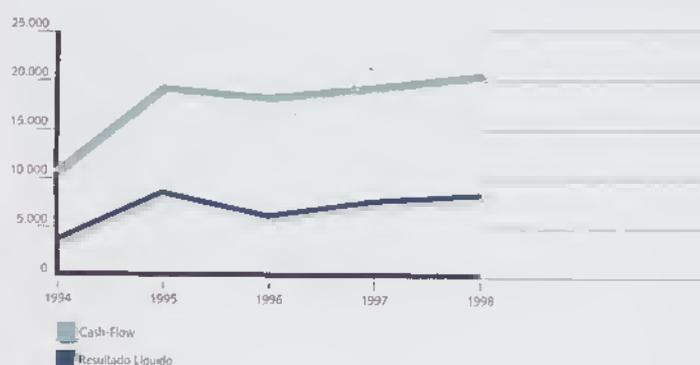
4. No final do ano a dívida de clientes situava-se em 8,2 milhões de contos, tendo atingido o valor mais baixo dos últimos anos.

5. Continuou o desenvolvimento e instalação do novo Centro de Condução da rede MT e BT da Península de Setúbal, no quadro do Projecto Empresarial Despacho do ano 2000, e do Programa de Telecomando da Rede MT.

6. Durante o ano continuou a ser dada grande atenção ao progressivo rejuvenescimento e adequação da equipa de pessoal às necessidades da Empresa, tendo em vista o acompanhamento da modernização técnica e administrativa definida como um dos seus objectivos prioritários.

7. Foi possível financiar com meios internos o investimento (9,2 milhões de contos a custos técnicos) e reduzir a dívida da SLE perante a Holding, em cerca de 3 336 milhares de contos.

8. Os resultados líquidos depois de impostos ascenderam a 8,2 milhões de contos, valor superior ao do ano anterior em 8,3 %, e o Cash-Flow atingiu o montante de cerca de 20,7 milhões de contos, superior em 6,1% relativamente ao verificado no ano anterior. É a seguinte a evolução destas duas rubricas nos últimos 5 anos:



Movimento de Energia



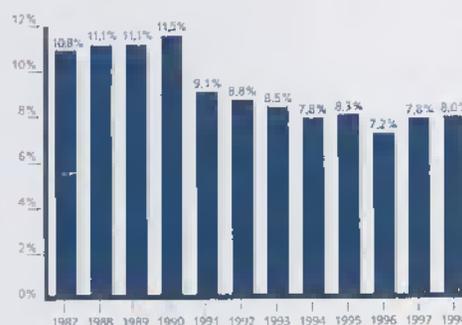
O consumo de energia eléctrica, na área geográfica da SLE, evoluiu, nos últimos cinco anos, à taxa média de 6,3%.

O consumo global com perdas (isto é, a energia entrada para a rede), foi 5 532,8 GWh, o que representa um acréscimo de 6,0%, em relação ao ano anterior. Deste quantitativo, 96,1% foram fornecidos por empresas do Grupo EDP (5 314,5 GWh) e os restantes 3,9% (218,3 GWh) por empresas externas ao Grupo EDP. Esta última parcela, correspondente à cogeração e à produção independente, teve um crescimento de 15,4% relativamente ao ano anterior. As entregas feitas pela LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., em zonas de fronteira, atingiram valores pouco significativos.

O total da energia saída em 1998 foi de 5 090,1 GWh, superior em 5,7% relativamente ao ano anterior.

As perdas, calculadas a partir da relação entre a energia total entrada e a energia saída, atingiram 8,0% mantendo-se praticamente ao mesmo nível das verificadas no ano anterior.

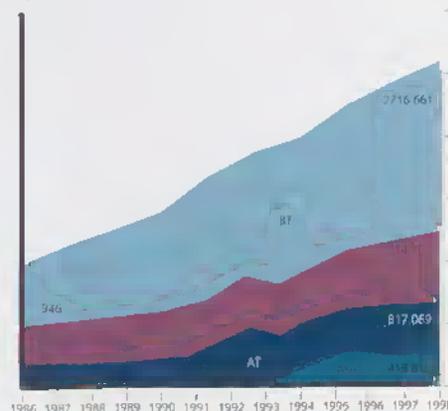
Evolução das Perdas



Em 1998 verificou-se um aumento do consumo de energia eléctrica de 6,3%, significativamente influenciado pela evolução do consumo relativo aos clientes MT (+9,1%). Embora com um peso pequeno no consumo global, verificou-se uma evolução significativa (+13,8%) no sector dos clientes com tarifa de Baixa Tensão Especial.

A estrutura dos consumos mantém-se praticamente inalterada nos últimos cinco anos, sendo de realçar o peso de aproximadamente 54% relativo à BT.

Evolução dos consumos (GWh)









244	Actividade Empresarial
247	Rede Técnica
249	Recursos Humanos
252	Evolução Económica e Financeira
257	Considerações Finais
258	Anexo ao Relatório de Gestão

Actividade Empresarial



Política Comercial

A evolução da Política Comercial da Empresa centrou-se nas prioridades definidas no Plano Estratégico para a Distribuição, nomeadamente melhorando a qualidade do serviço comercial, reforçando a orientação para o Cliente, utilizando com eficácia os recursos disponíveis, concentrando esforços na recuperação das dívidas de clientes e melhorando os sistemas de contagem de forma a reduzir as perdas comerciais.

Com estas acções, das quais se destacam as respeitantes à adesão à modalidade da Conta Certa que determinou um acréscimo de 287,7% no número de clientes aderentes, e a continuação das campanhas sistemáticas de auditorias a equipas de contagem com, entre outros, o objectivo de proporcionar aos clientes uma mais eficaz utilização da energia eléctrica, procurou-se garantir uma maior eficiência dos processos e uma permanente melhoria da qualidade do serviço prestado, percebida pelo cliente.

Noutra vertente desta Política Comercial, foi feito o permanente acompanhamento da elaboração e posterior publicação dos diversos regulamentos emanados da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, dinamizando-se o seu conhecimento e discussão tendo em vista a necessidade de promover a adequação das actuais práticas às novas regras.

Com igual empenhamento, foi dado constante

apoio ao processo de implementação da Certiel, na sua qualidade de Associação Nacional Inspectora das Instalações Eléctricas, evidenciando-se, como factor muito relevante, a publicação, em 28 de Dezembro, da Portaria nº 1055/98 que estabelece a data de início da sua actividade.

Número de Clientes

Com um crescimento de 2,8% em relação a 1997, o número de clientes totalizava em 31 de Dezembro 907 392. Deste total, a divisão pelos segmentos que actualmente estão tipificados representa 4 em MAT, 16 em AT, 2 608 em MT, 3 921 em BTE, 893 917 em BT e 6 926 em IP.

Compra e Venda de energia (s/IVA)

A compra total de energia eléctrica cifrou-se em aproximadamente 53 milhões de contos, número que representa um acréscimo de 4,1% em relação ao ano anterior.

O valor total das vendas de energia eléctrica, registadas como proveito do exercício, ascende a 97,7 milhões de contos, correspondendo a um acréscimo de 5 milhões de contos, ou seja 5,4%, relativamente a 1997. Este valor resultou da conjugação do aumento dos consumos e de um acréscimo do preço médio de venda da ordem dos 2,2%.



Facturação de Energia Eléctrica 1998

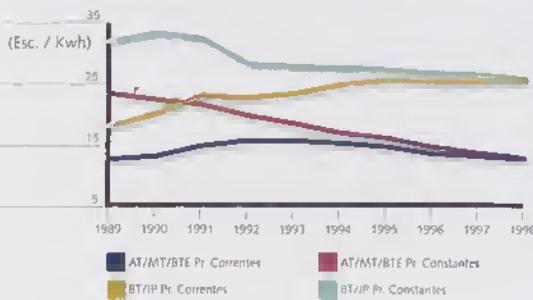
Nível Tensão	Valor (*) (milhares de contos)	Energia (GWh)	Preço Médio (Esc./kWh)
MAAT	4.235,6	418,8	10,11
AT	9.123,7	817,1	11,17
MT	17.357,9	1.114,7	15,57
BTE	7.280,4	382,7	19,03
BT	57.486,6	2.197,3	26,16
IP	2.264,4	136,7	16,56
Total	97.746,6	5.067,3	

(*) Não inclui energia em contadores

criaram 5,7 milhões de contos no conjunto, enquanto se verificou um decréscimo de 0,4 milhões de contos na AT.

A análise da repartição acima discriminada permite concluir que os fornecimentos em BT, com 58,8% do total, continuam a representar a maior parcela da facturação de energia eléctrica.

Evolução dos Preços Médios de Venda



Facturação de Energia Eléctrica

(incluindo IVA)

milhares de contos

Nível de Tensão	1997	1998
Muito alta tensão	4.286,7	4.447,4
Alta tensão	10.029,7	9.579,9
Média tensão	17.027,2	18.225,8
Baixa tensão especial	6.930,8	7.644,5
Baixa tensão normal	56.859,9	60.360,9
Iluminação pública	2.239,5	2.377,6
Total	97.373,8	102.636,0

Facturação e Cobrança (c/ IVA)

Durante o ano de 1998, a facturação de energia eléctrica, incluindo IVA, totalizou 102,6 milhões de contos.

A desagregação daquele valor pelos diferentes segmentos, em milhões de contos, é a seguinte: 4,4 de fornecimentos em MAT, 9,6 de fornecimentos em AT, 18,2 de fornecimentos em MT, 7,6 de fornecimentos em BTE, 60,4 de fornecimentos em BT e 2,4 de fornecimentos em IP.

Os valores de facturação deste exercício evidenciam um acréscimo de 5,2 milhões de contos, cerca de 5,4%, relativamente ao exercício de 1997, acréscimo que deriva dos fornecimentos em MAT, MT, BTE, BT e IP que

Tal como em anos anteriores, a aplicação da Adenda à Convenção Tarifária relativa a grandes consumidores e à interruptibilidade resultou numa redução da facturação da ordem de 1,9 milhões de contos.

No que respeita à cobrança, a continuação das acções oportunamente desencadeadas visando a recuperação de créditos tem sido prejudicada por aspectos conjunturais do mercado alheios à Empresa.

Assim, verifica-se ao nível do rácio cobrança/ facturação, que o índice global da cobrança das facturas referentes a fornecimentos de energia eléctrica se fixou em 98,1 %, atingindo, portanto, um valor inferior ao valor da facturação no mesmo período.



A tendência de recuperação desenhada no exercício anterior relativamente aos Clientes do Sector Estado e Organismos Oficiais manteve-se durante 1998, com índices de cobrança superiores a 100%.

Também para os Clientes do Sector Autarquias se constata uma ligeira

melhoria no rácio cobrança/facturação de energia eléctrica.

Relativamente aos Clientes do Sector Empresas e Particulares, verifica-se um agravamento que deriva de um maior prazo médio de recebimento.

Evolução do Rácio Cobrança / Facturação (%)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total	99,1	100,4	102,1	101,0	100,6	102,7	98,5	98,1

Dívida de clientes

A dívida total de clientes foi reduzida no decurso deste exercício.

Assim, no final de 1998 a dívida de clientes, 8,2 milhões de contos, é inferior a 1997 em cerca de 30 mil contos.

Pese embora a diminuição da dívida total de clientes, o Sector Empresarial e Particulares evidencia um aumento do seu débito em cerca de 0,4%.

Ao invés, os restantes Sectores denotam uma redução percentual da dívida.

Dívida de Clientes de Electricidade

Sector de Actividade	1997		1998		Variação
	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)	%	
Empresas do Grupo EDP	30,6	0,4	19,5	0,2	-36,2
Estado e Organismos Oficiais	625,5	7,6	600,8	7,3	-3,9
Autarquias locais	504,4	6,1	485,0	5,9	-3,9
Sector Empresarial e Particulares	7.091,8	85,9	7.122,5	86,6	0,4
Total	8.252,3	100,0	8.228,8	100,0	-0,3



Desenvolvimento da Rede

Durante o ano entraram em serviço as subestações Quinta do Conde de 1x20 MVA, 60/15 kV, Vila do Bispo de 1x20 MVA, 60/15 kV, Cerro do Calvário de 1x2 MVA, 30/15 kV, e Almodôvar de 1x5 MVA, 60/15 kV, e verificou-se um aumento de 6,5 MVA na potência instalada em transformadores AT/MT em subestações existentes. Instalaram-se baterias de condensadores nas subestações Tunes, Portagem e Santana com um total de 12,6 Mvar.

Instalaram-se cerca de 80 km de novas linhas aéreas a 60 kV.

Concluíram-se novas linhas e ramais de MT, com a extensão total de 475 km, 24% dos quais em cabo subterrâneo; 291 postos de transformação públicos, com um total, respectivamente, de 62,5 MVA instalados; linhas de BT com a extensão total de 621 km, dos quais 216 km em cabo subterrâneo.

Prosseguiu a incorporação na rede de equipamentos tecnologicamente mais evoluídos, e a definição de novos patamares tecnológicos de referência, quer ao nível dos sistemas de comando e controlo quer para telecomando da rede MT.

Neste âmbito, merecem destaque a continuação do desenvolvimento e instalação do novo Centro de Condução da rede MT e BT da Península de Setúbal, no quadro do projecto

empresarial Despacho do Ano 2000 e integrado no plano de reestruturação/remodelação dos sistemas de telecontrolo da SLE; continuação do desenvolvimento do projecto "Subestação Numérica AT/MT", com integração da tecnologia digital ao nível do sistema de comando e controlo, e respectiva aplicação na subestação Quinta do Conde entrada em serviço como referido; continuação do estabelecimento de um programa de telecomando da rede MT, que inclui o estudo e aquisição da rede de comunicações VHF que permitirá o telecontrolo da rede MT de toda a SLE, e a instalação de novos interruptores telecomandados nesta rede.

No âmbito das comunicações, planificou-se o traçado da futura rede fixa da empresa e desenvolveram-se os procedimentos para a instalação de cerca de 200 km de cabos de fibra óptica em linhas aéreas AT.

Indicadores de Utilização

Traduzindo o esforço de optimização dos activos existentes, os indicadores de utilização das redes mais frequentemente usados tiveram uma evolução favorável durante o ano de 1998.

Assim, a utilização da rede MT situou-se nos 289 MWh/km, tendo aumentado 5,1% em relação a 1997; a utilização da rede BT aumentou ligeiramente tendo atingido os 134 MWh/km; e os postos de transformação chegaram a uma utilização de 1 310 MWh/MVA.



Qualidade de Serviço

O ano de 1998 pautou-se por uma qualidade global do serviço prestado, medida pelos indicadores habituais, ligeiramente superior à conseguida no ano anterior, atingindo o TIE (Tempo de Interrupção Equivalente) os valores de 387,2 e 365,7 minutos para a rede MT e BT respectivamente, e a ENF (Energia Não Fornecida) o valor de 3 169,0 MWh (dados referentes a interrupções devidas a incidentes).

Prosseguiu o esforço de optimização dos processos ligados à construção e exploração da rede de distribuição, prosseguiu a implementação do Projecto Automatizado de Linhas, com aplicação de software específico PLS - CAD, o recurso crescente às tecnologias CAD nas áreas de projecto e a criação de bases de dados técnicos.

Sistemas de Informação

No domínio dos sistemas de informação e durante o ano de 1998 continuou a ser dada especial importância ao Projecto SIREN, tendo prosseguido, em colaboração com a equipa SIREN, a preparação das acções relativas à instalação do novo Centro de Condução da rede.

Deu-se continuação à implementação do Sistema de Informação Técnica, nomeadamente com o alargamento da constituição de bases cartográficas relativas a todos os Centros de Distribuição e a representação da rede eléctrica com a constituição do Alcochete Teste (zona rural com recurso a ortofotos). Foram ainda criadas condições para a instalação do sistema nos Centros de Distribuição Almada e Setúbal e, em articulação com as outras Empresas de Distribuição e a Edinfor, prosseguiu a evolução do sistema com a instalação de uma nova versão.



Introdução

O ano de 1998 foi particularmente marcado pela decisão, no final do período, de alterar as condições de reforma antecipada (podendo vir até ao 55 anos) e de rescisão do contrato de trabalho por mútuo acordo (aumento substancial dos valores oferecidos).

Em consequência foi possível reduzir os efectivos em cerca de 234 trabalhadores (12%), medida esta que vem ao encontro da reestruturação anunciada no sentido da melhoria da produtividade da Empresa.

Para permitir esta redução foi necessário proceder a reajustamentos das estruturas com concentração de serviços e outras medidas tanto a nível da Estrutura Especializada como dos CD's. Em particular iniciou-se o processo de fusão das estruturas centrais entre a LTE e a SLE com a constituição das Direcções de Infraestruturas e de Exploração, comuns às duas Empresas, com a consequente extinção das respectivas Direcções Técnicas.

Continuou-se a dar uma especial atenção à actividade formativa, orientando-a para a polivalência, dando satisfação às exigências crescentes da qualidade do trabalho.

Prosseguiu-se a política social da Empresa, intensificando-se o apoio aos trabalhadores e seus familiares.

Quadro de Pessoal

Em 31 de Dezembro de 1998 o número de trabalhadores colocados na SLE era de 1 793 dos quais 1 com Contrato de Trabalho a Termo Certo.

O Quadro Permanente inclui o Quadro Permanente Activo (1 711), os trabalhadores requisitados pela Holding (43), os trabalhadores em exercício noutras empresas do Grupo (19) e o Quadro Suspenso (19).

Evolução de Efectivos

	1996	1997	1998			98.12.31	98-97
			Entradas	Saídas	Saldo		%
Quadro Permanente Activo	2017	1937	22	248	-226	1711	-11,67
Colocados noutras Emp. Grupo em exercício na SLE	2	3	1	1	0	3	0,00
Contratados a Termo	31	9	1	9	-8	1	-88,89
Total	2050	1949	24	258	-234	1715	-12,01
Colocados e em exercício na Holding						43	
Colocados e em exercício noutras Emp. do Grupo						19	
Quadro Suspenso						19	
Em exercício sem colocação (outras formas contratuais)						3	



Número de Trabalhadores por Categoria Profissional

O número de trabalhadores que desenvolvia a sua actividade na SLE, era de 1 715 no final do ano, sendo 1 711 do Quadro Permanente Activo desta empresa, 3 do Quadro Permanente de outras Empresas do Grupo e 1 com Contrato a Termo Certo.

Trabalhador", utilizados na actividade da Distribuição para medir a produtividade, apresentavam, em 31 de Dezembro de 1998, um valor de 1,89 e 529 respectivamente.

Formação Profissional

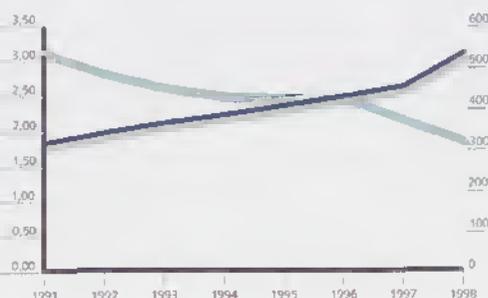
As áreas privilegiadas de intervenção de

Categoria Profissional

	1996		1997		1998	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Directores/Chefias Superiores	84	4,10	81	4,16	75	4,37
Quadros Superiores	116	5,66	113	5,80	107	6,24
Quadros Médios	10	0,49	9	0,46	8	0,47
Chefias Intermédias	58	2,83	55	2,82	52	3,03
Profissionais Altamente Qualificados	260	12,68	250	12,83	246	14,34
Profissionais Qualificados	977	47,66	950	48,74	873	50,90
Profissionais Semi-Qualificados	474	23,13	446	22,88	331	19,30
Profissionais não Qualificados	40	1,95	36	1,85	22	1,28
Contratos a Termo	31	1,51	9	0,46	1	0,06
Total	2050	100,00	1949	100,00	1715	100,00

Foi dada grande atenção à necessidade de adequar os recursos humanos à realidade da Empresa cumprindo os objectivos de redução de efectivos sem afectar a estabilidade social existente.

Os indicadores "Número de Trabalhadores por mil Clientes" e "Número de Clientes por



formação foram, em 1998, a Exploração de Redes, a área Comercial (componente técnica do atendimento), Qualidade, Informática e Condução Defensiva.

No conjunto das 195 acções realizadas, correspondendo a 40 700 horas de formação, foram envolvidos 1 235 participantes, o que equivale a uma taxa de participação de 65,7% e a cerca de 33 horas por participante.

Prevenção e Segurança

O número total de acidentes decresceu de 24 em 1997 para 17 em 1998, o que fez cair o índice de frequência de 7,2% para



5,4%, enquanto que a redução da gravidade dos acidentes naquele período foi muito significativa, 72% (1,8 para 0,5). Em 1998 registou-se 1 acidente de origem eléctrica.

Efectuaram-se durante o ano 172 auditorias de segurança, das quais 6 foram auditorias cruzadas.

A segurança nos prestadores de serviços mereceu igualmente a nossa atenção, tendo sido efectuadas 68 auditorias.

A sinistralidade rodoviária manteve os mesmos valores do ano anterior, com 69 acidentes, da responsabilidade dos condutores da Empresa.

Realizaram-se os concursos de Segurança no Trabalho e Rodoviária, envolvendo 28 e 79 equipas respectivamente. Nestes concursos estiveram envolvidos 1 954 participantes.

Evolução Económica e Financeira

Introdução

As contas da SLE apresentam um resultado líquido de 8 171,7 milhares de contos, verificando-se um acréscimo de 622,9 milhares de contos em relação a 1997, ou seja, um aumento de 8,3%.

O valor resultante dos investimentos financeiros no capital em empresas em que a SLE tem participação, correspondente aos resultados líquidos do exercício, foi de cerca de 166,6 milhares de contos. A rentabilidade dos capitais próprios é de 8,4%, superior ao verificado no ano transacto, cujo indicador se cifrou em 7,7%. A rentabilidade económica (resultado operacional/activo total) teve um aumento mais significativo, tendo passado de 5,3 para 6,5%.

Financiamento

A centralização do serviço da dívida melhorou o desempenho da função financeira, cabendo à Holding proceder, junto de cada empresa nuclear do Grupo, à cobrança das correspondentes amortizações e dos encargos financeiros associados.

A evolução da dívida da SLE, integralmente constituída pelos débitos à Holding, é mostrada no quadro seguinte.

Evolução da Dívida		(milhares de contos)	
Dívida	Saldo Inicial	Saldo Final	
Médio e longo prazo	16.682	83,3%	13.346 80,0%
Curto prazo	3.336	16,7%	3.336 20,0%
Total	20.018	100,0%	16.682 100,0%

Durante 1998 verificou-se uma redução da dívida global de cerca de 3 336 milhares de contos, cumprindo-se, assim, o plano de amortizações previsto.

Os juros pagos ascenderam a 963 milhares de contos, tendo conduzido a um desembolso total de serviço da dívida de 4 299 milhares de contos.

Os fluxos de tesouraria em 1998 (fluxos monetários e fluxos escriturais) resumem-se no quadro seguinte.

(milhares de contos)	
Saldo em 1.1.98	8.512,5
Recebimentos	110.681,3
Pagamentos	109.355,0
Saldo em 31.12.98	9.838,8

Investimento

O esforço de investimento foi integralmente suportado por meios financeiros internos, já que, para além de não se ter recorrido a novos financiamentos, foi ainda possível reduzir substancialmente a dívida da SLE à Holding.





Conforme se apresenta no quadro seguinte, durante o exercício de 1998 o investimento atingiu, a custos totais, 9.348,0 milhares de contos, incluindo 1.123,2 milhares de contos de custos de estrutura imputados e 101,5 milhares de contos de encargos financeiros intercalares.

O investimento a custos técnicos, no valor de 9 246 milhares de contos, foi superior ao realizado no ano anterior em 1,7% a custos correntes. A preços constantes de 1998, esta evolução cifrou-se numa redução de 1,1%.

O investimento efectuado mantém a estrutura e as características tradicionais, respeitando essencialmente a trabalhos de ligação de novos clientes, de construção e ampliação de instalações para satisfazer o natural aumento dos consumos e, ainda, de melhoria de qualidade de serviço.

Os meios libertos líquidos, gerados em 1998, atingiram o valor de 20 729,6 milhares de contos. A capacidade de autofinanciamento, avaliada pela relação Meios Libertos/ Investimento Realizado, é de 2,2 sem contar

Investimento 1998

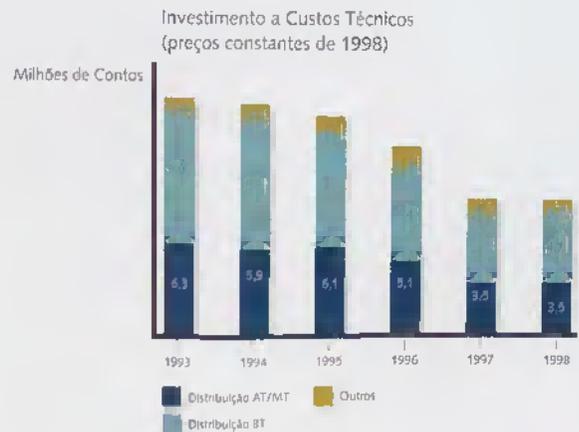
(milhares de contos)

	Custos Directos	Custos Estrutura	Encargos Financeiros	Total
Distribuição AT/MT	3.115,9	387,8	60,9	3.564,6
Distribuição BT	3.954,2	697,1	34,5	4.685,8
Outros	1.053,2	38,3	6,1	1.097,6
Total	8.123,3	1.123,2	101,5	9.348,0

O investimento foi participado, quer por clientes quer por Fundos Comunitários, no montante de 3 121,4 milhares de contos, o que representa 36,1% do investimento específico a custos técnicos e 33,8% do investimento total, também a custos técnicos.

Haverá ainda a considerar cerca de 1 885,5 milhares de contos de imobilizado participado recebido directamente de clientes, urbanizadores e autarquias.

com os meios ao dispor da Empresa com origem em subsídios ao investimento, ascendendo a 2,3 se ao conceito de meios libertos adicionarmos os referidos subsídios.



Balanço

No quadro seguinte apresenta-se o balanço resumido da SLE, com valores reportados a 31 de Dezembro de 1997 e 1998, respectivamente, assim como as variações ocorridas.



Balanço		(milhares de contos)	
	1997 Valor	1998 Valor	Variação %
ACTIVO			
Imobilizado Líquido	164.299,2	163.974,8	-0,2
Circulante	22.506,0	23.324,8	+3,6
Acréscimos e Diferimentos	3.021,5	3.208,2	+6,2
Total	189.826,7	190.507,8	+0,4
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO	97.775,4	97.503,2	-0,3
PASSIVO	92.051,3	93.004,6	+1,0
A médio e longo prazo	28.224,1	27.971,6	-0,9
A curto prazo	18.990,7	18.022,0	-5,1
Acréscimos e Diferimentos	44.836,5	47.011,0	+4,8
Total	189.826,7	190.507,8	+0,4

A Empresa apresenta uma adequada solidez financeira, avaliada pelo rácio de solvabilidade total, o qual, em Dezembro de 1997 e 1998, ascende a 2,06, e 2,05, respectivamente.



Custos e Proveitos

Foi a seguinte a evolução verificada no Resultado Líquido da Empresa e das respectivas rubricas de custo e proveito:

No seu conjunto, as variáveis pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações e função financeira representaram, em 1998, cerca de 28,4% do valor global das vendas e prestações

Custos e Proveitos		(milhares de contos)		
		1997		1998
		Valor	Valor	Acrésc. %
Vendas de electricidade		91.155,5	96.120,3	+5,4
Outras vendas e prestações de serviços		597,9	502,9	-15,9
Trabalhos para a própria empresa (a)		4.693,4	5.274,2	+12,4
Produtos e trabalhos em curso		0,0	0,0	0,0
Outras receitas correntes		227,7	217,2	-4,6
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado	(+)	96.674,5	102.114,6	+5,6
Consumo de electricidade		51.000,7	53.072,6	+4,1
Consumo de materiais diversos		3.301,9	3.898,4	+18,1
Fornecimentos e serviços externos		5.140,0	5.054,4	-1,7
Impostos Indirectos		51,6	52,2	+1,2
Consumos	(-)	59.494,2	62.077,6	+4,3
Valor Acrescentado Bruto	(=)	37.180,3	40.037,0	+7,7
Despesas com o pessoal	(-)	11.039,5	11.142,4	+0,9
Outros encargos de exploração	(-)	4.403,4	4.613,7	+4,8
Outros proveitos de exploração	(+)	344,9	330,3	-4,2
Excedente Bruto de Exploração	(=)	22.082,3	24.611,2	+11,5
Despesas financeiras	(-)	1.306,9	964,6	-26,2
Receitas financeiras	(+)	1.137,7	1.180,5	+3,8
Imputação de despesas financeiras a TPE	(+)	165,6	101,5	-38,7
Resultados extraordinários (b)	(+)	2.665,2	1.298,6	-51,3
Estimativa de IRC	(-)	5.209,0	5.497,6	+5,5
Meios Libertos Líquidos (Cash-Flow)	(=)	19.534,9	20.729,6	+6,1
Amortizações (líquidas)	(-)	11.301,6	11.582,4	+2,5
Provisões (líquidas)	(-)	684,5	975,5	+42,5
Resultado Líquido	(=)	7.548,8	8.171,7	+8,3

(a) Sem encargos financeiros imputados a investimento.

(b) Expurgados das regularizações de amortizações e provisões, não consideradas nos resultados operacionais.

Como se pode observar na demonstração de resultados resumida que se apresenta, os proveitos inerentes ao valor acrescentado aumentaram 5,6% enquanto que os consumos cresceram apenas 4,3%, evolução esta explicada pelos ganhos alcançados na margem bruta e pela redução dos gastos em fornecimentos e serviços externos.

de serviços, contra 29,9% em 1997, permitindo melhorar o nível do resultado corrente.

Em termos de meios libertos líquidos, o Cash-Flow atingiu no exercício o montante de cerca de 20 730 milhares de contos, mais 6,1% do que o alcançado em 1997.

Indicadores

Para análise, quer da rentabilidade, quer da estrutura financeira da SLE, utilizou-se o conjunto de indicadores do quadro seguinte.

Indicadores	1997	1998
Rentabilidade dos Capitais Próprios		
Resultado Líquido/Capital Próprio (%)	7,72	8,38
Rentabilidade Económica		
Resultado Operacional/Activo Total (%)	5,30	6,50
Rentabilidade das vendas		
Resultado Líquido/Vendas em (%)	8,23	8,46
Rotação do Activo Total		
Vendas/Activo em (%)	48,34	50,72
Autonomia Financeira		
Capital Próprio/Activo Total (%)	51,51	51,18
Liquidez Geral		
Activo Circulante (*)/Passivo de Curto Prazo (%)	134,11	146,88
Estrutura Financeira		
Capital Próprio/Passivo de Médio e Longo Prazo	1,59	1,60
Capacidade de Autofinanciamento		
Cash Flow/Investimento a Custos Técnicos	2,15	2,24
Cobertura do Imobilizado		
Capitais Permanentes/Activo Imobilizado (%)	96,85	96,71
Solvabilidade Total		
Activo/Passivo	2,06	2,05
Prazo Médio de Recebimentos (meses)	0,84	0,86
Taxa de Cobertura das Existências		
Existências/Consumos x12	3,22	1,54
VAB per-capita (milhares de contos)		
VAB/Efectivos Médios	17,94	20,62
Vendas per-capita (milhares de contos)		
Vendas/Efectivos Médios	44,26	49,75

(*) Deduzido dos Créditos de MLP

Ao nível da rentabilidade, a evolução dos indicadores, de 1997 a 1998, evidencia uma melhoria significativa, verificando-se que todos eles apresentam valores substancialmente superiores aos alcançados no ano transacto.

Assim, a rentabilidade dos capitais próprios atinge os 8,38% contra os 7,72% em 1997, enquanto que a rentabilidade das vendas

ronda os 8,5%, mais 0,2% que em 1997.

A rentabilidade do capital investido, avaliada pela relação entre o resultado operacional e o total do activo, é de 6,50% contra 5,30% em 1997.

A rotação do activo total apresenta, igualmente, uma melhoria passando de 48,3% para 50,72%, enquanto que a capacidade de autofinanciamento tem, nos exercícios de 1997 e 1998, uma melhoria passando de 2,15 para 2,24.

No que respeita à estrutura financeira, em 1998 verifica-se manutenção das performances alcançadas em 1997, de que se destacam a autonomia financeira com 51,18% em 1998 contra 51,51% em 1997, e a estrutura financeira que passa de 1,59 para 1,60 em 1997 e 1998, respectivamente.

A cobertura do imobilizado e a liquidez geral têm, no exercício de 1998, uma apreciável melhoria passando de 96,85% para 96,71% e de 134,11% para 146,88% respectivamente.

Os indicadores de produtividade do factor trabalho apresentam, também, evoluções favoráveis; as vendas per capita atingem os 49,75 milhares de contos, contra 44,26 em 1997, enquanto que o VAB per capita passa de 17,94 para 20,62 milhares de contos.

Considerações Finais



Perspectivas para 1999

O Sistema Tarifário a praticar em 1999 sofreu alterações significativas em relação ao passado.

Espera-se, com o processo de reestruturação em curso, aumentar a competitividade das empresas de Distribuição por forma a fazer face ao abaixamento de tarifas, imposto pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico.

Torna-se indispensável que um bom nível de crescimento dos consumos, uma adequada redução de custos, uma cuidada selecção e priorização dos investimentos e um aumento da produtividade de meios e recursos, compense a diminuição dos preços de venda da energia eléctrica.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 25º dos Estatutos da SLE, propõe que o resultado líquido do exercício de 1998, no valor de 8 171 669 364\$00, tenha a seguinte aplicação:

P/Reserva Legal	408.600.000\$00
P/Dividendos	6.000.000.000\$00
P/Resultados Transitados.	1.763.069.364\$00
	8.171.669.364\$00

Nota Final

O Conselho de Administração em exercício manifesta o seu apreço pelo empenho de todos os trabalhadores da Empresa que desenvolveram a sua actividade com elevada consciência profissional, manifestando um claro envolvimento no cumprimento dos objectivos perseguidos.

O Conselho agradece o apoio recebido das Entidades da Administração Pública com quem a Empresa mais se relaciona.

O Conselho agradece a colaboração e permanente apoio sempre recebidos do Conselho de Administração da Holding do Grupo EDP.

O Conselho de Administração manifesta o seu especial reconhecimento ao Revisor Oficial de Contas pela elevada disponibilidade e prestimosa colaboração prestada.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1999

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

João José Gomes de Aguiar

José Alberto Marcos da Silva

Manuel Jorge Correia Minderico

Carlos Alberto de Mendonça Pires

Anexo ao Relatório de Gestão

1) Artº 447º, Nº4, do Código das Sociedades Comerciais

Não se verificou durante o exercício de 1998 qualquer mudança de titularidade das acções da sociedade por qualquer causa.

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP - Electricidade de Portugal, S. A., Holding do Grupo no qual se integra a SLE Electricidade do Sul, S.A.:

Membros do CA	Acções				Saldo 31.12.98
	Data	Preço em escudos	Aquisição	Venda	
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães	29 JUN 98		366		816
Cônjuge: Emília M. Pimentel Morgado	29 JUN 98		49		254
João José Gomes de Aguiar	26 JUN 98	1.435.018	350		1044
Cônjuge: Mª Fátima B.M. Aguiar	26 JUN 98	423.550	100		100
José Marcos da Silva	16 JUN 97 JUN 98 30 JUN 98	930.150	450 15 325		790
Cônjuge: Mª Albertina N. M. Marcos da Silva	16 JUN 97 JUN 98 30 JUN 98	383.625	175 3 75		253
Filho menor: José Filipe M. Marcos da Silva	30 JUN 98	423.550	100		100
Manuel Jorge Correia Minderico	30 JUN 98	1.435.018	350		350
Cônjuge: Mª Eugénia da Silva Catraio Minderico	16 JUN 98	316.050	75		75
Carlos Alberto de Mendonça Pires	16 JUN 97 30 JUN 98	930.150 1.435.018	466 350		816
Cônjuge: Luínda Pires	30 JUN 98	316.050	75		75

2) Artº 448º, Nº4, do Código das Sociedades Comerciais

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1999

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 1998, eram titulares do capital da SLE Electricidade do Sul, S.A.:
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.,
com sede na Avenida José Malhoa, lote A 13,
Lisboa 100% do capital social

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
João José Gomes de Aguiar
José Alberto Marcos da Silva
Manuel Jorge Correia Minderico
Carlos Alberto de Mendonça Pires









262	Balanço em 31 de Dezembro de 1998
264	Demonstração dos Resultados do Exercício de 1998
266	Anexo ao balanço e à Demonstração de Resultados
285	Demonstração dos Fluxos de Caixa
286	Demonstração da Origem e da Aplicação dos Fundos
286	Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
287	Valor Acrescentado Bruto

Balanço em 31 de Dezembro de 1998

Activo

Unidade: Escudo

Notas		Exercício			1997
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
03.a/10	Imobilizações Incorpóreas:				
	Despesas de Instalação	1.845.882	1.476.717	369.165	738.345
03.b/10	Imobilizações Corpóreas:				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	3.520.156.839	3.301.856.353	218.300.486	294.955.454
	Terrenos e recursos naturais	768.976.258		768.976.258	768.976.258
	Edifícios e outras construções	7.889.702.789	3.077.899.495	4.811.803.294	4.944.811.728
	Equipamento básico	308.359.949.036	154.214.275.882	154.145.673.154	153.231.850.394
	Equipamento de transporte	1.392.309.830	1.007.010.662	385.299.168	392.097.621
	Ferramentas e utensílios	425.462.191	359.291.318	66.170.873	75.576.162
	Equipamento administrativo	3.237.094.318	2.165.967.057	1.071.127.261	1.041.196.349
	Diferenças de câmbio	399.602.748	73.334.434	326.268.314	339.010.325
	Outras Imobilizações corpóreas	20.623.087	18.811.612	1.811.475	2.293.901
	Imobilizações em curso	1.734.058.726		1.734.058.726	2.757.085.626
	Adiantamentos p/conta de Imob.corpóreas	26.852.120		26.852.120	74.228.839
		327.774.787.942	164.218.446.813	163.556.341.129	163.922.082.657
	Investimentos financeiros:				
03.c/16	Títulos e outras aplicações financeiras	622.354.857	204.204.590	418.150.267	376.416.658
		622.354.857	204.204.590	418.150.267	376.416.658
	Circulante:				
	Existências:				
03.d	Matérias-primas, subsid. e de consumo	425.881.737		425.881.737	670.307.074
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
	Outros devedores	61.736.840		61.736.840	58.277.120
		61.736.840		61.736.840	58.277.120
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
	Clientes, c/c	7.531.775.918		7.531.775.918	7.477.019.079
23/24	Clientes de cobrança duvidosa	696.023.483	688.474.873	7.548.610	13.353.281
48.e	Estado e outros entes públicos	77.461.444		77.461.444	12.767.759
48.b.1	Outros devedores	15.162.913.995	35.889.392	15.127.024.603	14.254.864.267
		23.468.174.840	724.364.265	22.743.810.575	21.758.004.386
	Depósitos bancários e caixa:				
	Depósitos bancários	93.375.939		93.375.939	19.449.191
	Caixa	93.375.939		93.375.939	19.449.191
48.a	Acréscimos e Diferimentos:				
	Acréscimos de proventos	3.119.321.763		3.119.321.763	2.889.584.655
	Custos diferidos	88.850.128		88.850.128	131.887.516
		3.208.171.891		3.208.171.891	3.021.472.171

Total de amortizações

164.284.128.120

Total de provisões

864.364.265

Total do activo

168.000.110.920 165.148.492.385 190.507.830 189.826.747.601

Direcção Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Drª Maria Isolda Figueiredo

O Director Financeiro
Drª Maria Isolda Figueiredo





Capital Próprio e Passivo

Unidade: Escudo

Notas	Exercício		
	1998	1997	
Capital Próprio:			
36/37/40	Capital	43.800.000.000	43.800.000.000
	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(186.905.623)	(186.283.153)
Reservas:			
	Reservas legais	1.451.437.807	1.073.987.807
	Reservas - outras	43.803.047.380	43.803.047.380
	Resultados transitados	463.976.650	1.735.799.628
	Subtotal	89.331.556.214	90.226.551.662
	Resultado líquido do exercício	8.171.669.364	7.548.824.970
	Total do capital próprio	97.503.225.578	97.775.376.632
Passivo:			
34	Provisões para riscos e encargos:		
	Provisões para pensões	1.686.966.381	1.119.271.928
	Outras provisões para riscos e encargos	9.747.084.829	7.205.692.500
		11.434.051.210	8.324.964.428
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
29	Empresas do grupo - Empréstimos	13.345.105.239	16.681.381.575
	Outros credores	2.974.088.837	2.922.810.338
03.b.3	Conta regularização (Regime DL 344-B/82)	218.300.486	294.955.454
		16.537.494.562	19.899.147.367
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
	Dívidas a Instituições de crédito	1.089.795.758	582.563.159
	Fornecedores, c/c	5.771.169.773	4.843.681.824
	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	6.038.546	3.385.460
	Empresas do grupo	3.336.276.336	3.336.276.336
	Fornecedores de imobilizado	1.114.813.260	927.485.084
48.e	Estado e outros entes públicos	5.960.398.856	5.617.807.270
48.b	Outros credores	743.537.450	3.679.565.696
		18.022.029.979	18.990.764.829
Acréscimos e diferimentos:			
48.a	Acréscimos de custos	2.467.752.869	3.386.089.869
	Proveitos diferidos	44.543.283.345	41.450.404.477
		47.011.036.214	44.836.494.346
	Total do Passivo	93.004.611.965	92.051.370.970

Total do Capital Próprio e do Passivo

190.507.837.543

189.826.747.602

O Conselho de Administração:
 Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
 Eng. João José Gomes de Aguiar
 Eng. José Alberto Marcos da Silva
 Eng. Manuel Jorge Correia Minderico
 Dr. Carlos Alberto de Mendonça Pires

Demonstração dos Resultados do Exercício de 1998

Custos e Perdas

Unidade: Escudo

Notas	Exercício		
	1998	1997	
41	Custo das existências vendidas e consumidas:		
	Electricidade	53.072.593.844	51.000.725.874
	Materiais diversos	3.898.457.370	3.301.890.265
		56.971.051.214	54.302.616.139
	Fornecimentos e serviços externos	5.054.371.948	5.140.029.150
	Custos com o pessoal:		
	Remunerações		
43	Remunerações dos órgãos sociais:	30.761.002	28.841.826
	Remunerações do pessoal:	7.454.062.804	7.286.035.839
	Encargos sociais		
	Complemento de pensões de reforma	5.180.121	5.461.347
3.f	Prémios para pensões	251.078.640	555.300.000
	Encargos s/remunerações	1.815.245.510	1.818.230.331
	Custos de acção social	808.502.271	781.311.840
	Outros	777.578.969	564.301.061
		11.142.409.317	11.039.482.244
10.b	Amortizações do imobilizado corpóreo	11.589.721.983	11.299.775.110
34	Provisões	748.373.153	896.620.908
	Impostos:		
	Impostos indirectos	52.236.422	51.578.408
	Impostos directos	17.864.273	17.493.686
	Outros custos e perdas operacionais	60.906.012	67.271.201
48.c	Rendas de concessões e cent. electroprod.	4.534.947.176	4.318.682.491
		4.665.953.883	4.455.025.786
	A - Custos e perdas operacionais	90.171.881.498	87.133.549.337
45	Juros e custos similares:		
	Relativos a empresas do grupo	963.277.832	1.300.925.321
	Outros	3.455.712	8.108.478
		966.733.544	1.309.033.799
	C - Custos e perdas correntes	91.138.615.042	88.442.583.136
46	Custos e perdas extraordinários	3.547.001.792	2.250.516.496
	E - Custos e perdas do exercício	94.685.616.834	90.693.099.632
	Imposto sobre o rendimento do exercício	5.497.600.539	5.208.989.723
	G - Custos totais	100.183.217.373	95.902.089.355
	Resultado líquido do exercício	8.171.669.364	7.548.824.970
		108.354.886.737	103.450.914.325



Proveitos e Ganhos

Unidade: Escudo

Notas	Exercício				
	1998	1997			
44	Vendas:				
	De energia eléctrica	96.120.331.682	91.155.538.965		
	Outras	129.974.902	207.888.697		
	Prestações de serviços	<u>372.961.997</u>	<u>390.004.709</u>	91.753.432.371	
48.d	Trabalhos para a própria empresa		5.375.725.150	4.859.037.837	
	Proveitos suplementares		217.240.115	227.628.981	
	Subsídios à exploração			2.174.796	
	Outros proveitos e ganhos operacionais		<u>330.326.615</u>	<u>342.751.144</u>	572.554.921
	B - Proveitos e ganhos operacionais		102.546.560.461	97.185.025.129	
45	Ganhos em empresas do grupo e associadas		166.687.166	126.956.241	
	Rendimentos participações de capital				
	Rendimentos títulos negóc. e de outras aplic. financ.:				
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros		3.675.846	3.504.726	
	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo		348.247.803	348.247.803	
	Outros		<u>661.853.836</u>	<u>659.025.423</u>	1.137.734.193
	D - Proveitos e ganhos correntes		103.727.025.112	98.322.759.322	
46	Proveitos e ganhos extraordinários		<u>4.627.861.625</u>	<u>5.128.155.003</u>	
(F)			108.354.886.737	103.450.914.325	

Resultados Operacionais	(B)-(A)	12.374.678.963	10.051.475.792
Resultados Financeiros	[(D)-(B)]-[(C)-(A)]	213.731.107	(171.299.606)
Resultados Correntes	(D)-(C)	12.588.410.070	9.880.176.186
Resultados Antes de Impostos	(F)-(E)	13.669.269.903	12.757.814.693
Resultado Líquido do Exercício	(F)-(G)	<u>8.171.669.364</u>	<u>7.548.824.970</u>

O Conselho de Administração:
 Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
 Eng. João José Gomes de Aguiar
 Eng. José Alberto Marcos da Silva
 Eng. Manuel Jorge Correia Minderico
 Dr. Carlos Alberto de Mendonça Pires

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados - 1998

00 – Introdução

a) Objecto e detentores de capital

A SLE - Electricidade do Sul, S.A. tem por objecto a distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontra legalmente autorizada, e é totalmente detida pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A..

b) Regime de preços de venda de energia eléctrica

Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas) foram fixados por convenção celebrada entre o Grupo EDP e a Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência, nos termos do decreto-lei nº 18-A/89, de 12 de Janeiro.

c) Regime de preços de compra de energia eléctrica

As condições de aquisição de energia eléctrica à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. foram estabelecidas no documento "Sistema Tarifário Transporte - Distribuição 1995; Regras de facturação e preços", elaborado e posto em aplicação pela EDP, S.A., na sua função de "Holding" do Grupo enquanto tal responsabilidade não for assumida pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, ERSE.

As condições de aquisição de energia eléctrica a terceiros são reguladas pelos decretos-lei nº 189/88 de 27 de Maio, 186/95 de 27

de Julho e 313/95 de 24 de Novembro.

d) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Dec.Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios. A Empresa no entanto, procede à distribuição de energia eléctrica neste nível de tensão, com base em contratos de concessão estabelecidos com os Municípios da sua área de exploração. Esta concessão tem como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes.

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração da Empresa.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas, sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo.

e) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas omitidas ou não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação





não é relevante para a compreensão das Demonstrações Financeiras. Salvo indicação em contrário os valores indicados estão expressos em milhares de escudos.

01 - Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos - modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis e pela avaliação efectuada no cumprimento do artigo 8º do decreto-lei nº 7/91 - na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 - Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Atendendo à entrada em vigor no exercício de 1998 da Directriz Contabilística nº 19 – Benefícios de Reforma, a Empresa procedeu à alteração da sua norma de contabilização de benefícios de reforma, passando a adoptar a referida norma e abandonando as normas USA FAS 97 Employer's Accounting For Pensions e FAS 106 Employer's Accounting For Postretirement Benefits Other Than Pensions.

O efeito da aplicação desta alteração, traduziu-se na relevação contabilística das

“responsabilidades passadas ainda não reconhecidas como custo”, efectuada através de Resultados Transitados por contrapartida em Provisões no montante de 2 080,8 milhares de contos e, dos “ganhos e perdas actuariais”, efectuada através de Resultados Extraordinários do Exercício – custos – por contrapartida em Provisões no montante de 868,1 milhares de contos.

03 - Critérios contabilísticos e valorimétricos

a) Imobilizações incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição ou produção, líquido das amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

b) Imobilizações corpóreas

b.1) Imobilizações de propriedade da Empresa

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram do processo de Reestruturação da EDP, S.A. em referência a 94/01/01 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como, encargos de estrutura, conforme indicado nas alíneas g) e h).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Art. 39º do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado de Energia e Industrias de Base de 79.02.01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante uma vida útil estimada para cada classe de imobilizações.

Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações, são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados participados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos extraordinários, pela amortização das participações (registadas em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios para o Investimento) efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos, e transferidos para custos do exercício num período máximo de 6 anos, conforme alínea f) desta mesma nota.

b.2) Imobilizações em regime de locação financeira

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como

as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidos no balanço. Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos no valor das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

b.3) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Dec.Lei nº 344-B/82, conforme referido na alínea d) da nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela empresa. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em imobilizações corpóreas, com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Estes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da sua avaliação à data do encontro de contas entre os municípios e a EDP e das diversas reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais, líquidos das amortizações acumuladas.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários, pela redução de igual





montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores - Conta de Regularização do DL 344-B/82).

c) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em partes de capital estão mostrados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística nº 9 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, com excepção do relativo a Pírites Alentejanas S.A., que está mostrada pelo valor de custo, líquido de uma provisão para fazer face a esperadas perdas de valor. Os investimentos em imóveis estão mostrados pelo valor resultante das reavaliações efectuadas, conforme os diplomas mencionados no ponto 12 destas notas, líquido das correspondentes amortizações acumuladas.

d) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

e) Dívidas a terceiros em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações. No final do ano os saldos a pagar em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios

oficiais em vigor na data do Balanço, sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas em resultados.

f) Custos Diferidos

As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de 6 anos.

g) Encargos Financeiros

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso e os restantes a resultados do exercício (nota 11).

h) Encargos de Estrutura

Os encargos dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento são imputados aos diversos empreendimentos em curso.

Os encargos gerais de estrutura da Empresa (incluindo os custos de gestão da Holding) são repartidos entre o investimento (nota 48.e) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao

investimento posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

I) Pensões e Encargos Associados

A Empresa procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº 19.

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Para este efeito o Grupo EDP constituiu um Fundo de Pensões autónomo, comum a todas as Empresas do Grupo, para o qual foi transferida a totalidade das responsabilidades passadas existentes em 98-12-31. A Empresa continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício.

Os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela passagem à situação de reforma antecipada, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Os trabalhadores da Empresa ao passarem à situação de reforma mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

j) Correção de Hidraulicidade

A Correção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº 338/91) de compensação dos custos variáveis de produção de energia eléctrica induzidos pela variabilidade hidrológica, sendo gerido globalmente para a totalidade do Grupo EDP.

Neste mecanismo compete às Empresas de Distribuição o reconhecimento de uma parcela, bonificação (proveito) ou agravamento (custo), que corresponde ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo da Correção de Hidraulicidade, a prazo de 10 anos, igual a um adequado nível de referência.

06 - Imposto sobre o Rendimento

O Grupo EDP é tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início em 1994.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de cinco anos (dez para a Segurança Social). Não é previsível a ocorrência de qualquer responsabilidade adicional relativamente aos exercícios de 1994 a 1998 que tenha um efeito significativo nas demonstrações financeiras.





07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o exercício foi de 1 919 trabalhadores do quadro permanente e 6 contratados a termo.

08 - Despesas de Instalação

Esta rubrica inclui essencialmente despesas inerentes à constituição da empresa.

10 - Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo em 31/12/97 (1)	Reavaliação e/ou Ajustamento (2)	Aumentos (3)	Alienações (4)	Transferências e Abates (5)	Saldo em 31/12/98 (6)
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de instalação	1.846					1.846
Total (1)	1.846					1.846
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Imobilizações do Regime do DL 344-8/82	3.520.157					3.520.157
Subtotal (2.1)	3.520.157					3.520.157
Imobilizações Próprias						
Terrenos e recursos naturais	768.976					768.976
Edifícios e outras construções	7.846.529		25.488		17.686	7.889.703
Equipamento básico	296.608.991		1.970.797		9.780.161	308.359.949
Distribuição	296.212.598		1.948.731		9.779.560	307.940.889
Outro equipamento básico	396.393		22.066		601	419.060
Equipamento de transporte	1.362.290		176.613	-103.812	-42.781	1.392.310
Ferramentas e utensílios	414.699		12.955	-37	-2.155	425.462
Equipamento administrativo	1.399.230		32.512	-2.522	-47.636	1.381.584
Equipamento de Informática	1.554.722		246.829		53.959	1.855.510
Diferenças de Câmbio	399.045				558	399.603
Outras imobilizações corpóreas	20.623					20.623
Subtotal (2.2)	310.375.105		2.465.194	-106.371	9.759.792	322.493.720
Imobilizado em Curso	2.757.085		8.748.352		-9.771.378	1.734.059
Adiantamentos p/c de imobiliz.em Curso	74.229		23.602		-70.979	26.852
Subtotal (2.3)	2.831.314		8.771.954		-9.842.357	1.760.911
Total (2)	316.726.576		11.237.148	-106.371	-82.565	327.774.788
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de capital	471.113	43.881				514.994
Investimentos em Imóveis	107.361					107.361
Total (3)	578.474	43.881				622.355
Total Geral (1) + (2) + (3)	317.306.896	43.881	11.237.148	-106.371	-82.565	328.398.989

b) Amortizações

Rubricas	Saldo em 31/12/97 (1)	Reforços (2)	Regularizações (3)	Saldo em 31/12/98 (4)
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de instalação	1.107	369		1.476
Total (1)	1.107	369	0	1.476
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	3.225.201	76.655		3.301.856
Subtotal (2.1)	3.225.201	76.655	0	3.301.856
Imobilizações Próprias:				
Edifícios e outras construções	2.901.717	177.878	-1.695	3.077.900
Equipamento básico	143.377.141	10.846.233	-9.098	154.214.276
Distribuição	143.124.924	10.821.616	-9.275	153.937.265
Outro equipamento básico	252.217	24.617	177	277.011
Equipamento de transporte	970.192	161.350	-124.531	1.007.011
Ferramentas e utensílios	339.123	22.507	-2.339	359.291
Equipamento administrativo	1.023.371	68.490	-49.525	1.042.336
Equipamento de informática	889.385	222.457	11.789	1.123.631
Diferenças de Câmbio	60.034	13.300		73.334
Outras imobilizações corpóreas	18.329	483		18.812
Subtotal (2.2)	149.579.292	11.512.698	-175.399	160.916.591
Total (2)	152.804.493	11.589.353	-175.399	164.218.447
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Investimentos em Imóveis	62.058	2.147		64.205
Total (3)	62.058	2.147	0	64.205
Total Geral	152.867.658	11.591.869	-175.399	164.284.128

página 272



c) Observações

c.1) Nas imobilizações próprias o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

c.2) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em

baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios, que embora explorados pela SLE continuam propriedade das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 1998:

Imobilizado bruto	3.520.157
Amortizações acumuladas	3.301.856
Valor líquido	218.301



11 - Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.g) foram capitalizados no exercício, em imobilizações em curso, os seguintes montantes:

Rubricas	1996	1997
Edifícios e Outras Construções	868	12.949
Distribuição de electricidade	100.661	152.676
Total	101.529	165.625

12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas e dos Investimentos Financeiros

As imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros em imóveis foram reavaliados pela EDP ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 7/91
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 118-B/86	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 399-G/81	Decreto-Lei nº 111/88	Decreto-Lei nº 264/92

Em consequência da reestruturação da EDP e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos

fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

14 - Outras informações relativas às Imobilizações

a) Todas as imobilizações corpóreas estão afectas à actividade de distribuição de energia eléctrica 161 789 954 (valores líquidos), das quais 218 301 dizem respeito a imobilizações reversíveis, que corresponderá aos imobilizados afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, em regime de concessão, transferidos das autarquias locais.

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício:

	1996	1997
Juros de financiamento	101.529	165.625

15 - Imobilizado em regime de Locação Financeira

Tal como está indicado na nota 03.a), as Imobilizações Corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e incluídas no Balanço são:

Rubricas	AB Activo Bruto	A Amortizações Acumuladas	AL Activo Líquido
Equipamento de Transporte	31.321	12.724	18.597

É a seguinte a previsão dos pagamentos futuros:

Amortização do capital em dívida	15 353
Encargos Financeiros	835
I V A	2 752
	18 940

16 - Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros, mais significativos, em partes de capital são os seguintes:

Firma e Sede	Capital Detido %	Valor	Capitais Próprios	Resultado Exercício/98
MRH - Mudança e Recursos Humanos, SA Rua D.Luis I, nº 12 - 2º - Lisboa	10	15.914	159.994	-850
SÁVIDA - Medicina Apoiada, SA Av. Casal Ribeiro, 15 - 6º - Lisboa	10	20.715	136.025	71.124
HIDRORUMO - Projectos e Gestão, SA Rua do Bolhão, 36 - Porto	5	50.802	881.791	134.253
PROET - Projectos, Engenh. e Tecnologia, SA Av. EUA, 55 - 2º - Lisboa	5	34.534	669.415	21.050
EDINFOR - Sistemas Informáticos, SA Rua Partic.EDP à Rua Cidade de Goa - Sacavém	10	210.703	694.875	1.412.153
LABELEC - Estudos, Desenv.e Activ. Lab.,SA Rua Cidade de Goa, nº 4 - Sacavém	5	40.168	591.700	211.666

O valor indicado em Capitais Próprios exclui o Resultado do Exercício

A Empresa não procede à consolidação das Demonstrações Financeiras, atendendo ao facto de que serão consolidadas na sociedade dominante, EDP, S.A.

23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

	1998	1997
Clientes de Cobrança Duvidosa	696.023	775.328

25 - Dívidas de e ao Pessoal da Empresa

	1998	1997
Valores a receber	11.366	9.978
Valores a pagar	574	215





29 - Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo

	1998		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos de accionistas	13.345.105	0	13.345.105
Outros credores:			
Cauções recebidas de clientes		2.973.507	2.973.507
Outras cauções recebidas	582		582

	1997		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos de accionistas	13.345.104	3.336.278	16.681.382
Outros credores:			
Cauções recebidas de clientes		2.921.628	2.921.628
Outras cauções recebidas	1.182		1.182

31 - Compromissos Financeiros

a) Compromissos contratuais

Os compromissos contratuais à data do balanço, correspondentes a encomendas não satisfeitas, são:

- Para aquisição de imobilizado	328.268
- Para aquisição de existências	161.166
- Para aquisição de bens e serviços	690.732

b) Pensão e Encargos Associados

A responsabilidade actual projectada para a data prevista para a reforma é, em 31 de Dezembro de 1998 de 19 168 milhares de contos no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas e de 7 964 milhares de contos no que respeita a actos médicos, encontrando-se

ambas integralmente cobertas, quer por activos do Fundo de Pensões, 16 719 milhares de contos, quer por Provisões.

No exercício foram reconhecidos os seguintes custos (em milhares de contos):

Custo dos serviços correntes	379,4	270,9
Custo dos juros	983,9	463,9
Retorno dos activos do Fundo de Pensões	(1.054,6)	..
Ganhos e perdas actuariais	(57,6)	(26,4)

Pressupostos utilizados no estudo actuarial realizado no exercício de 1998:

Taxa anual de desconto	6,5%
Taxa anual de rendimento do Fundo de Pensões	8,0%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada	40,0%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,5%
Taxa anual de crescimento do total das pensões	2,5%
Taxa anual de crescimento das pensões da segurança social	2,25%
Taxa de inflação	2,0%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1998	6,0%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1999 e anos seguintes	5,0%

32 - Responsabilidades Contingentes

a) Garantias prestadas

A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas, na sua quase totalidade à Administração do Porto de Sines e à Junta Autónoma de Estradas, totaliza 43 775.

b) Garantias solidárias a empréstimos externos contraídos pela EDP

Atendendo a que na reestruturação da EDP, SA e consequente cisão realizada no exercício de 1994, o endividamento financeiro continuou a ser detido pela EDP, S.A., embora os activos que juridicamente o suportavam tivessem sido transferidos para as empresas "nucleares" então constituídas, tornou-se necessária a emissão por estas de garantias solidárias a favor de entidades credoras de parte da dívida financeira externa.

O valor destas garantias ascende, no final do exercício de 1998, a 103 643 milhares de contos.





34 - Movimentos das Provisões

O movimento verificado nas contas de Provisões foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Para Cobranças Duvidosas:				
Para dívidas de clientes	761.974	19.255	92.754	688.475
Para outras dívidas de terceiros	15.171	20.718		35.889
Para Riscos e Encargos:				
Para Compl. Do Fundo Pensões	1.119.272	1.686.966	1.119.272	1.686.966
Para Proc. Judiciais em Curso	220.000		8.000	212.000
Para Actos Médicos	6.135.692	1.970.345	142.037	7.964.000
Para Revisão Contratação Colect.	51.000			51.000
Para Racionalização Efectivos	799.000	1.106.385	385.300	1.520.085
Para Investimentos Financeiros	140.000			140.000
Total	9.242.109			12.298.415

36 - Capital - Número de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 43 800 000 acções escriturais nominativas de 1.000\$00 cada uma.

37 - Capital - Detentores

O capital é detido a 100% pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A..

40 - Movimentos dos Capitais Próprios

O movimento destas contas é o constante do quadro abaixo:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	43.800.000			43.800.000
Ajustamentos de Partes de Capital	-186.283	19.726	20.349	-186.906
Reservas	44.877.035	377.450		45.254.485
Resultados Transitados	1.735.800	7.548.825	8.820.648	463.977
Resultado Líquido do Exercício	7.548.825	8.171.669	7.548.825	8.171.669

a) De acordo com a legislação em vigor, para Reserva Legal é obrigatória a dotação com um mínimo de 5% dos lucros. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento de capital.

b) A Reserva Livre incluída nos capitais próprios da Empresa representa o património líquido, transferido para a SLE no acto da cisão, não coberto por capital social. Na constituição da Empresa a parte do património líquido não coberta pelo Capital Social ficou a constituir uma Reserva considerada equivalente, apenas para este efeito, a um "Prémio de Emissão".

c) O movimento do exercício dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo Inicial	1.735.800
Transferência do resultado do exercício de 1997	7.548.825
Por aplicação em:	
Reserva Legal	377.450
Dividendos	5.900.000
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	20.980
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	415.400
Regularizações diversas	(6.713.830)
Saldo final	463.977





41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Electricidade	Materiais	Total
Existências Iniciais	0	670.307	670.307
Compras	53.072.594	3.649.907	56.722.501
Regularização de Existências	0	4.125	4.125
Existências Finais	0	425.882	425.882
Custo do exercício	53.072.594	3.895.457	56.971.051

43 - Remuneração dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

Mesa da Assembleia Geral	246
Conselho de Administração	30 515
Total	30 761

44 - Vendas e Prestações de Serviços

A repartição do valor líquido das Vendas e das Prestações de Serviços por actividades é a seguinte:

	1998	1997
a) Vendas		
a.1) de energia eléctrica - mercado interno		
em Muito Alta Tensão	3.628.788	3.543.929
em Alta Tensão	7.913.773	8.325.160
em Média Tensão	17.311.888	16.228.433
em Baixa Tensão (> 39,6 kVA)	7.294.017	6.614.059
em Baixa Tensão	57.695.452	54.310.273
em Baixa Tensão (Iluminação Pública)	2.276.414	2.133.684
	96.120.332	91.155.538
a.2) de outros - mercado interno		
Materiais diversos	129.975	207.889
b) Prestações de Serviços - mercado interno		
de electricidade	192.122	216.041
de outros	180.840	173.963
	372.962	390.004

45 - Demonstração de Resultados Financeiros

Custos e Perdas

	Exercício	
	1998	1997
Juros suportados	963.278	1.300.925
Perdas em Empresas do Grupo	85	4.857
Amortiz. Investim. Imóveis	2.147	2.147
Diferenças de câmbio desfavoráveis	11	114
Outros custos e perdas financeiras	2.212	989
Resultados financeiros	213.732	-171.298
	<u>1.180.465</u>	<u>1.137.734</u>

Proveitos e Ganhos

	Exercício	
	1998	1997
Juros obtidos	415.424	416.060
Ganhos em Empresas do Grupo	166.687	126.956
Rendimentos de Imóveis	3.676	3.505
Diferenças de câmbio favoráveis	8	13
Descontos de pronto pagamento obtidos	66.100	79.561
Outros proveitos e ganhos financeiros	528.570	511.639
	<u>1.180.465</u>	<u>1.137.734</u>

página 280

a) A rubrica Juros suportados inclui o montante de 962.530 respeitantes a encargos com Empréstimos de Accionistas;

b) A rubrica Juros obtidos inclui, entre outros:

	1998	1997
Juros de gestão de tesouraria da Holding	389.830	348.248
Juros debitados a clientes MAT/AT/MT/BTE por atraso de pagamento	25.571	67.771

c) Na rubrica Outros Proveitos e Ganhos Financeiros estão incluídos 521.494 debitados a clientes BT/IP como compensação por atraso de pagamento.





46 - Demonstração de Resultados Extraordinários

Custos e Perdas

	Exercício	
	1998	1997
Donativos	1.990	1.292
Dívidas incobráveis	186.597	252.458
Perdas em existências	12.453	24.235
Perdas em imobilizações	15.903	14.240
Multas e penalidades	20.189	783
Correcções relativas a exercícios anter.	225.611	33.300
Outros custos e perdas extraordinárias	3.084.258	1.924.209
Resultados extraordinários	1.080.859	2.877.638
	4.627.860	5.128.155

Proveitos e Ganhos

	Exercício	
	1998	1997
Restituição de Impostos	0	0
Recuperação de dívidas	5.143	3.225
Ganhos em existências	16.578	14.719
Ganhos em imobilizações	30.490	41.921
Benefícios e penalidades contratuais	0	50
Redução de Amortizações e Provisões	1.756.834	1.062.462
Correcções relativas a exercícios anter.	8.621	4.483
Outros proveitos e ganhos extraord.	2.810.194	4.001.295
	4.627.860	5.128.155

a) A rubrica Outros Custos e Perdas

Extraordinárias inclui:

	1998	1997
Insuficiência de estimativa para Impostos	101.202	0
Prémios extraordinários para pensões	762.034	706.900
Indemnizações por despedimento	245.300	71.441
Reforço da Provisão p/complemento do Fundo de Pensões	641.517	0
Reforço da Provisão para Actos Médicos	226.626	0
Provisão para revisão da contratação colectiva	0	51.000
Provisão para racionalização de recursos humanos	1.106.385	799.000

b) A rubrica Redução de Amortizações e Provisões inclui: 1 119 272 correspondentes à utilização da Provisão para Reformas Antecipadas; 142 037 pela utilização da Provisão para Actos Médicos; 385 300 pela

utilização da Provisão para Racionalização de Efectivos e 92 754 relativos à redução da Provisão para dívidas de Clientes.

c) A rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários inclui entre outros os seguintes montantes :

	1998	1997
Excesso de estimativa para Impostos	0	36.750
Compensação de amortizações de imobilizações participadas	1.913.392	1.746.677
Compensação de amortizações de imobilizações em concessão	76.655	84.126
Bonificação da Correção de Hidraulicidade	678.390	1.999.966

48 - Outras Informações

a) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

	1998	1997
Acréscimos de Proveitos		
Energia a facturar, por consumos ocorridos até à data do Balanço	3.119.322	2.889.585
Custos Diferidos		
Reparações e beneficiações de Imobilizado	78.598	127.714
Outros custos diferidos	10.252	4.174
Acréscimos de custos		
Encargos c/ férias e subsídios de férias	1.173.970	1.156.069
Compras e aquisição de serviços a empresas do Grupo	495.119	1.521.731
Outros acréscimos de custos	798.664	708.290
Proveitos Diferidos		
Subsídios para Investimento	44.543.283	41.450.235
Outros proveitos diferidos	0	169

i) Movimento exercício na rubrica "Reparações e Beneficiações de Imobilizado":

	1998	1997
Saldo inicial	127.714	176.830
Acréscimo do exercício	0	0
Transferência para resultados (-)	49.116	49.116
Saldo Final	78.598	127.714

ii) A rubrica "Subsídios para Investimento" representa os valores recebidos, deduzido da correspondente amortização anual.





Os subsídios recebidos no exercício atingiram 5 006 869, neles se incluindo 359 135 de fundos comunitários.

b) Outros Devedores e Outros Credores - Curto prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

i) A rubrica de "Outros Devedores" inclui, entre outras, as seguintes verbas:

	1998	1997
Débitos de empresas do grupo	14.573.308	13 715.074
IRC - Pagamento p/conta efectuado à Holding	3.664.021	3 832.028
Sistema Financeiro, c/ligação	10.835.211	9 075.643
Outros	74.076	807.403
Cauções prestadas a terceiros	4.984	4.952
Devedores por fornecimento de outros bens e prest.de serviços	359.736	323.247
Devedores diversos	95.974	110.639

ii) Na rubrica de "Outros Credores" incluem-se entre outros os seguintes montantes:

	1998	1997
Débitos a empresas do grupo	209.271	3.106.616
Cauções e retenções recebidas de fornecedores e outros credores	13.236	27.375
Credores por fornecimento de outros bens e prestações de serviços	13.480	0
Credores diversos	149.761	152.611

c) Rendas de concessões e de centros electroprodutores

Incluem-se nesta rubrica:

	1998	1997
Rendas de concessões pagas às autarquias	4 534 947	4.318.682

d) Trabalhos para a Própria Empresa

Engloba os seguintes montantes:

	1996	1997
Consumo de materiais	3.385.208	2.769.217
Encargos directos internos	765.776	760.159
Encargos de estrutura	1.123.212	1.163.572
Encargos financeiros	101.529	165.625
Outros	0	465
Total	5.375.725	4.859.038

e) Estado e Outros Entes Públicos

Decomposição dos valores evidenciados
no Balanço:

Saldos credores	
IRC	5.497.589
Retenção de impostos sobre o Rendimento	193.359
IVA a pagar	25.431
Contribuições para Segurança Social	184.527
Restantes Impostos	59.493
Total	5.960.399
Saldos devedores	
IVA a recuperar	77.461

Direcção Administrativa Financeira

Dra. Maria Isolda Figueiredo

O Conselho de Administração:
Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
Eng. João José Gomes de Aguiar
Eng. José Alberto Marcos da Silva
Eng. Manuel Jorge Correia Minderico
Dr. Carlos Alberto de Mendonça Pires



Demonstração dos Fluxos Caixa-Dez. 98



Unidade: milhar de escudos

Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	96.412.233	
Pagamentos a fornecedores	(57.479.232)	
Pagamentos ao pessoal	(11.103.669)	
Fluxo gerado pelas operações	27.829.332	
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(5.310.191)	
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	1.943.943	
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(7.864.564)	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	16.598.519	
Recebimentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	833.866	
Pagamentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	(490.704)	
Fluxos das actividades operacionais (1)		16.941.681
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	3.676	
Imobilizações corpóreas	32.271	
Subsídios de investimento	3.120.980	
Juros e proventos similares	389.830	
Dividendos	96.050	521.827
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas		
Fluxos das actividades de investimento (2)		(8.648.912)
Actividades de financiamento:		
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	3.336.276	
Juros e custos similares	851.211	
Dividendos	5.900.000	10.087.487
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(6.966.507)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		1.326.262
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.512.529
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.838.791

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Numerário	93.376
Depósitos à ordem	
Descobertos bancários	(1.089.796)
Outras disponibilidades:	
Credores diversos	
Ligação financeira com a Holding (Nota 48.b)	10.835.211
Disponibilidades constantes do Balanço	9.838.791

Direcção Administrativa Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Dra. Maria Isolda Figueiredo

O Director Financeiro
Dra. Maria Isolda Figueiredo

O Conselho de Administração:
Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
Eng. João José Gomes de Aguiar
Eng. José Alberto Marcos da Silva
Eng. Manuel Jorge Correia Minderico
Dr. Carlos Alberto de Mendonça Pires

Valor Acrescentado Bruto



	Unidade: milhar de escudos	
	Exercício	
	1998	1997
Vendas e prestações de serviços	96.623.269	91.753.433
Trabalhos para a própria empresa	5.274.196	4.693.413
Outras receitas	217.240	227.629
(A) Proveitos internos inerentes ao V.A.	102.114.705	96.674.475
Compras de electricidade	53.072.594	51.000.726
Materiais diversos	3.898.457	3.301.890
Fornecimentos e serviços externos	5.054.372	5.140.029
Impostos indirectos	52.236	51.578
((B) Consumos corrigidos	62.077.659	59.494.223
VAB - VALOR ACRESCENTADO BRUTO (A)-(B)	40.037.046	37.180.252
Despesas com o pessoal	11.142.409	11.039.482
Despesas financeiras	966.734	1.309.034
- Receitas financeiras	(1.180.464)	(1.137.734)
- Imputação de despesas financeiras a TPE	(101.529)	(165.625)
Amortizações	11.589.722	11.299.775
Provisões	748.373	896.621
Outros encargos de exploração	4.613.717	4.403.449
- Outros proveitos	(330.327)	(344.926)
- Resultados extraordinários	(1.080.860)	(2.877.639)
Imposto sobre o rendimento	5.497.601	5.208.990
Resultado líquido	8.171.669	7.548.825
(C) = (A) - (B) = VAB	40.037.046	37.180.252
VAL - VALOR ACRESCENTADO LÍQUIDO	28.447.324	25.880.477

Direcção Financeira
O Técnico Oficial de Contas
Dra. Maria Isolda Figueiredo

O Director Financeiro
Dra. Maria Isolda Figueiredo

O Conselho de Administração:
Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
Eng. João José Gomes de Aguiar
Eng. José Alberto Marcos da Silva
Eng. Manuel Jorge Correia Minderico
Dr. Carlos Alberto de Mendonça Pires





290	Certificação Legal das Contas
292	Relatório e Parecer do Fiscal Único
294	Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da SLE – Electricidade do Sul, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1998 (que evidencia um total de balanço de 190 507 838 contos e um total de capital próprio de 97 503 226 contos, incluindo um resultado líquido positivo de 8 171 669 contos), a Demonstração dos Resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - b) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - d) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SLE – Electricidade do Sul, S. A., em 31 de Dezembro de 1998, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 09 de Março de 1999.

António de Moura Rodrigues,
em representação de
J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção, SROC

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas:

Nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais e no Decreto - Lei n.º 26-A/96, de 27 de Março, apresentamos a V. Ex.as, no desempenho das funções de Fiscal Único da SLE - Electricidade do Sul, SA, o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998.

1. No desempenho das nossas funções, acompanhámos de forma regular a actividade da sociedade e a sua gestão e efectuámos verificações dos livros, registos contabilísticos, documentos base, existências e procedimentos de controlo interno. No final do ano, examinámos atentamente o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e os respectivos Anexos e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração, documentos que estão em conformidade com os registos contabilísticos, com as normas legais e estatutárias e com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

2. O Relatório de Gestão do Conselho de Administração complementa os esclarecimentos dos documentos

contabilísticos finais, descreve adequadamente a actividade da sociedade no exercício de 1998 e perspectiva a sua evolução, merecendo destaque:

- o resultado líquido alcançado (8,2 milhões de contos) mostra significativo crescimento, em relação a 1997 (+8,3%);
- o cash-flow gerado em 1998: 20,7 milhões de contos (+ 6,1 % que em 1997);
- o investimento a custos técnicos (9,2 milhões de contos) evidencia, em relação ao ano antecedente, um aumento de 1,7%;
- a continuação em 1998 do sucesso das operações de privatização do capital social da EDP, S.A., e a celebração, na 2.ª fase, de um acordo de parceria estratégica com a congénere espanhola IBERDROLA, com repercussões em diversas empresas do Grupo, especialmente nas distribuidoras;
- a publicação pela ERSE do "Regulamento das Relações Comerciais", do "Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações" e do "Regulamento Tarifário", regulamento este que permitiu significativa redução das tarifas de venda para 1999;
- as alterações processuais e organizativas, tendentes a aproveitar as sinergias das Empresas de Distribuição, permitiram reduzir o quadro do pessoal de 234 trabalhadores (12%) e, juntamente com a reestruturação das empresas de distribuição, contribuirão para a não redução da rendibilidade da empresa,
- a prossecução da política orientada para satisfazer as crescentes exigências dos Clientes;





- as medidas tendentes a compatibilizar os programas informáticos e equipamentos utilizados com as questões do Ano 2000 e com a introdução do Euro, merecendo também realce as acções de informação e esclarecimentos desenvolvidos junto de Clientes e entidades interlocutoras;
- a perspectivação para 1999 de que os efeitos de um bom nível de aumento dos consumos de energia, da selecção e distribuição no tempo dos investimentos, de uma adequada redução de custos e de um aumento de produtividade de meios e de recursos, compensem a diminuição dos preços de venda da energia eléctrica.

3. Emitimos a Certificação Legal de Contas, com data de 09/03/99, e o Relatório anual de Fiscalização.

4. Não detectámos, nem tomámos conhecimento de situações que estivessem em discordância com o contrato da sociedade ou com os preceitos legais ou regulamentares aplicáveis.

5. Apreciámos a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que satisfaz o disposto na lei e no pacto social.

6. Desejamos agradecer a referência com que o Conselho de Administração nos distingue no seu Relatório e os esclarecimentos e informações prontamente prestados por este Conselho e pelos responsáveis pelos órgãos e pessoal contactados. Agradecemos também a colaboração prestada pelos Auditores Externos.

7. Face ao que precede e à Certificação Legal de Contas, somos de PARECER que:

7.1. Aproveis o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e respectivo Anexo, relativos a 1998.

7.2. Aproveis a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único

António de Moura Rodrigues,
em representação de
J. Brandão, M.Rodrigues & B.Assunção, SROC

Lisboa, 10 de Março de 1999

Extrato da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

«(...)

O presidente da mesa, constatando que se encontrava regularmente representada a accionista EDP - Electricidade de Portugal, S.A., titular da totalidade do capital social, através do seu administrador Eng. Francisco de la Fuente Sanchez, estando, assim preenchido o quorum estabelecido na lei e nos estatutos da sociedade, declarou abertos os trabalhos da assembleia.

Depois de proferir as habituais palavras de saudação ao representante do accionista único, o senhor presidente da mesa declarou iniciada a discussão do número um da ordem de trabalhos, tendo dado a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração.

No uso da palavra, o Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães fez uma exposição circunstanciada da actividade da sociedade, referindo designadamente a sua articulação e coordenação com o conjunto das empresas do Grupo EDP.

Seguidamente passou-se à votação do número um da ordem de trabalhos, tendo sido aprovados, por unanimidade, o relatório de gestão e de todos os demais documentos de prestação de contas do exercício de mil novecentos e noventa e oito.

(...)»



Edição EN - Electricidade do Norte, S.A.
CENEL - Electricidade do Centro, S.A.
LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.
SLE - Electricidade do Sul, S.A.
Gabinete de Comunicação

Design Shift - Comunicação e Design, Lda.
Pré-Impressão Facsimile, Lda.
Impressão Madeira e Madeira, S.A.

Depósito Legal 91692/95

Tiragem 1500 exemplares
Setembro de 1999



